

1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

a. Controle acionário

A Telefônica Brasil S.A. (Companhia ou Telefônica Brasil), tem sua sede à Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, na capital do Estado de São Paulo, Brasil. A Companhia pertence ao Grupo Telefônica, líder no setor de telecomunicações na Espanha e presente em vários países da Europa e América Latina. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Telefônica S.A., empresa *holding* do Grupo, possuía uma participação total direta e indireta no capital social da Companhia, excluindo ações em tesouraria, de 73,81%, sendo 91,76% das ações ordinárias e 64,60% das ações preferenciais.

b. Operações

A Companhia atua principalmente na prestação de serviços de telefonia fixa e de serviços de dados, no Estado de São Paulo, através de Contrato de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) e autorizações, respectivamente. A Companhia e suas controladas também possuem autorizações para a prestação de outros serviços de telecomunicações, tais como: comunicação de dados, inclusive *internet* em banda larga, serviços de telefonia móvel (Serviço Móvel Pessoal – SMP) e serviços de TV por assinatura, sendo (i) via satélite em todo país; (ii) pela tecnologia MMDS nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre, até dezembro de 2013, em decorrência de renúncia assinada pela Companhia, cujos efeitos passam a vigorar a partir de 18 meses contados desde 5 de junho de 2012, como condição para participação no leilão 4G, ocorrido nos dias 12 e 13 de junho de 2012 (nota 1.b.2); e (iii) por cabo nas cidades de São Paulo, Curitiba, Foz do Iguaçu e Florianópolis.

As concessões e autorizações são outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, nos termos da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 – Lei Geral das Telecomunicações (LGT), que foi alterada pelas Leis nº 9.986, de 18 de julho de 2000 e nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 (notas 1.b.1 e 1.b.2). Sua atuação ocorre através da edição de regulamentos e planos complementares.

b.1. Contrato de Concessão do STFC

A Companhia é concessionária do STFC para a prestação de serviços de telefonia fixa na modalidade local e longa distância nacional para chamadas telefônicas originadas no setor 31 da região 3, que compreende o Estado de São Paulo (exceto os municípios que compõem o setor 33), estabelecidos no Plano Geral de Outorgas (PGO/2008).

O atual contrato de concessão do STFC da Companhia, firmado em 30 de junho de 2011, entrou em vigor em 1º de julho de 2011, outorgado a título oneroso, e tem validade até 31 de dezembro de 2025. Este contrato prevê a possibilidade de alterações em 31 de dezembro de 2015 e 2020. Esta condição permite à ANATEL estabelecer novos condicionamentos e novas metas para universalização e qualidade tendo em vista as situações vigentes à época.

O contrato de concessão prevê que todos os bens pertencentes ao patrimônio da Companhia e que sejam indispensáveis à prestação dos serviços descritos no referido contrato são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente para a ANATEL ao término do contrato de concessão de acordo com a regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo residual dos bens reversíveis era estimado em R\$6.911.508 (R\$6.698.899 em 31 de dezembro de 2011), composto por equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

De acordo com o contrato de concessão, a cada dois anos, durante os vinte anos do contrato, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% (dois por cento) da receita do STFC do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes.

b.2. Autorizações e frequências relativas aos serviços de telefonia móvel

A Vivo S.A. (Vivo), subsidiária integral da Companhia, tem como objeto a exploração do SMP, incluindo os serviços que pode prover, os quais também são regulados pela ANATEL. Sua atuação ocorre através da edição de regulamentos e planos complementares.

As autorizações de frequências concedidas pela ANATEL para prestação de telefonia móvel são renováveis, uma única vez, pelo prazo de 15 anos, mediante pagamento, a cada biênio após a primeira renovação, de ônus equivalentes a 2% (dois por cento) de sua receita do ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais, relativa à aplicação dos Planos de Serviços Básicos e Alternativos.

Aquisição das frequências de 900 e 1800 MHz

Nos leilões realizados pela ANATEL nos dias 14 e 15 de dezembro de 2010, a Vivo foi vencedora em 23 lotes ofertados para venda das subfaixas de sobras nas frequências de 900 e 1800 MHz, em conformidade com o edital de licitação da banda H e sobras nº 002/2010/PVCP/SPV-ANATEL.

Em 28 de abril de 2011, em sua 604ª reunião realizada, o Conselho Diretor da ANATEL, decidiu homologar os lotes 41, 42, 44, 45, 76 a 84, 92, 101, 105, 107, 115, 119, 122, 124, 128 e 163 à Vivo e demais operadoras vencedoras dos lotes do citado leilão.

Em 30 de maio de 2011, a decisão foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) e os Termos de Autorizações foram assinados junto à ANATEL. Dessa maneira, com a adjudicação efetiva dos referidos lotes, a Vivo incrementou seu espectro, passando a operar nas frequências de 900 e 1800 MHz de forma abrangente.

Na data da assinatura dos Termos de Autorização, foi pago o montante de R\$81.175, referente a 10% do valor total e os 90% restantes foram pagos à vista em dezembro de 2011 no montante de R\$730.579. O montante total de R\$811.754, foi ajustado em junho de 2011 de acordo com o prazo remanescente das licenças e registrado como ativo intangível (nota 14).

Autorização do STFC para a Vivo

Em 18 de agosto de 2011, foi publicado no DOU, o Ato nº 7.012 que concede autorização à Vivo para prestação do STFC destinado ao uso público em geral. A Vivo está atuando nessa autorização em âmbito nacional, exceto no Estado de São Paulo onde atua a Companhia.

Aquisição das frequências de 2,5 GHz

Nos leilões para venda das faixas de frequência de 2,5 GHz nacionais, atreladas à faixa de 450 MHz, realizados pela ANATEL nos dias 12 e 13 de junho de 2012, a Vivo foi a vencedora no lote 3 dentre os ofertados, em conformidade com o edital de licitação da banda de quarta geração (4G) nº 004/2012/PVCP/SPV- ANATEL.

O valor ofertado pelo lote 3 foi de R\$1,05 bilhão.

Em 11 de outubro de 2012, pelo Ato nº 5.907 o Conselho Diretor da ANATEL decidiu homologar o uso de blocos de radiofrequências, sem exclusividade, em caráter primário, nas subfaixas 2550 a 2570 MHz/2670 a 2690 MHz, associadas às autorizações para exploração do SMP à Vivo, bem como as demais radiofrequências na faixa de 2,5GHz às respectivas operadoras vencedoras dos lotes do citado leilão. Os termos de autorização destas faixas de radiofrequências foram assinados em 16 de outubro de 2012 e publicados no DOU em 18 de outubro de 2012.

Dessa maneira, com a adjudicação efetiva do referido lote, a Vivo incrementou sua capacidade de prestação de serviço com tecnologia 4G em todo o território nacional e passou a operar na faixa de frequência 2,5GHz, com banda de 20+20 MHz. Além da faixa de 2,5GHz, o lote arrematado inclui a faixa de 450 MHz para as áreas rurais do interior dos estados de Alagoas, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, São Paulo e Sergipe.

Em 16 de outubro de 2012, foi pago, pela Vivo o montante de R\$105.000, equivalente a 10% do valor total da outorga. O valor restante de R\$994.977 (atualizado até 31 de dezembro de 2012), será pago em até 12 meses, atualizados pela variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna da Fundação Getulio Vargas (IGP-DI) ou em 6 parcelas iguais e anuais com vencimentos entre outubro de 2015 e outubro de 2020, atualizadas pela variação do IGP-DI mais juros simples de 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre o valor corrigido.

No quarto trimestre de 2012, o montante total de R\$1.050.000, foi ajustado de acordo com o prazo remanescente das licenças e registrado como ativo intangível (nota 14).

A Vivo explora o SMP, em conformidade com as autorizações que lhes foram outorgadas, como segue:

<u>Área de Operação</u>	<u>Vencimentos das Autorizações</u>
<u>Região 1</u>	
Rio de Janeiro Radiofrequências 800/900/1800/1900/2100 MHz e 2,5 GHz	29/11/20 (banda A), 30/11/20 (banda L), 30/04/23 (banda J) e 18/10/27 (banda X)
Espírito Santo Radiofrequências 800/900/1800/1900/2100 MHz e 2,5 GHz	30/04/23 (banda J), 30/11/23 (banda A e L) e 18/10/27 (banda X)
Amazonas, Roraima, Amapá, Pará e Maranhão Radiofrequências 800/900/1800/2100 MHz e 2,5 GHz	29/11/13 (banda B), 30/04/23 (banda J) e 18/10/27 (banda X)
Minas Gerais (exceto Triângulo Mineiro) Radiofrequências 450/800/900/1800/1900/2100 MHz e 2,5 GHz	29/04/23 (banda A), 30/04/23 (banda J) e 18/10/27 (banda X)
Minas Gerais (Triângulo Mineiro) Radiofrequências 450/800/900/1800/1900/2100 MHz e 2,5 GHz	28/04/20 (banda E), 29/04/23 (banda J) e 18/10/27 (banda X)
Bahia Radiofrequências 800/900/1800/1900/2100 MHz e 2,5 GHz	30/04/23 (banda J), 29/06/23 (banda A e L) e 18/10/27 (banda X)
Sergipe Radiofrequências 450/800/900/1800/1900/2100 MHz e 2,5 GHz	30/04/23 (banda J), 15/12/23 (banda A e L) e 18/10/27 (banda X)
Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte Radiofrequências 450/1800/1900/2100 MHz e 2,5 GHz	7/12/22 (banda L), 30/04/23 (banda E e J) e 18/10/27 (banda X)
<u>Região 2</u>	
Paraná e Santa Catarina Radiofrequências 800/900/1800/1900/2100 MHz e 2,5 GHz	8/04/13 (banda B e L), 30/04/23 (banda J e M) e 18/10/27 (banda X)
Rio Grande do Sul Radiofrequências 800/900/1800/1900/2100 MHz e 2,5 GHz	17/12/22 (banda A e L), 30/04/23 (banda J e M) e 18/10/27 (banda X)
Distrito Federal Radiofrequências 800/900/1800/1900/2100 MHz e 2,5 GHz	24/07/21 (banda A e L), 30/04/23 (banda J e M) e 18/10/27 (banda X)
Goiás e Tocantins Radiofrequências 800/900/1800/1900/2100 MHz e 2,5 GHz	30/04/23 (banda J e M), 29/10/23 (banda A e L) e 18/10/27 (banda X)
Mato Grosso Radiofrequências 800/900/1800/1900/2100 MHz e 2,5 GHz	30/04/23 (banda J e M), 30/03/24 (banda A e L) e 18/10/27 (banda X)
Mato Grosso do Sul Radiofrequências 800/900/1800/1900/2100 MHz e 2,5 GHz	30/04/23 (banda J e M), 28/09/24 (banda A e L) e 18/10/27 (banda X)
Rondônia Radiofrequências 800/900/1800/1900/2100 MHz e 2,5 GHz	30/04/23 (banda J e M), 21/07/24 (banda A e L) e 18/10/27 (banda X)
Acre Radiofrequências 800/900/1800/1900/2100 MHz e 2,5 GHz	30/04/23 (banda J e M), 15/07/24 (banda A e L) e 18/10/27 (banda X)
Rio Grande do Sul (Pelotas, Morro Redondo, Capão do Leão e Turucu), Mato Grosso do Sul (área da CTBC) e Goiás (área da CTBC) Radiofrequências 1800/1900/2100 MHz e 2,5 GHz	7/12/22 (banda L), 30/04/23 (banda D, J e M) e 18/10/27 (banda X)
<u>Região 3</u>	
São Paulo Radiofrequências 450/800/1800/1900/2100 MHz e 2,5 GHz	30/04/23 (banda J), 5/08/23 (banda A e L) e 18/10/27 (banda X)
São Paulo (Ribeirão Preto, Guataporá e Bonfim Paulista) Radiofrequências 450/800/1800/1900/2100 MHz e 2,5 GHz	30/04/23 (banda J), 20/01/24 (banda A e L) e 18/10/27 (banda X)
São Paulo (área de Franca e região) Radiofrequências 450/1800/1900/2100 MHz e 2,5 GHz	7/12/22 (banda L), 30/04/23 (banda J) e 18/10/27 (banda X)

c. Controladas

Vivo S.A. (Vivo): Tem como objeto a exploração do SMP, incluindo atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as autorizações que lhes foram outorgadas.

A. Telecom S.A. (ATelecom): Tem como objeto (i) gestão de prestação de serviços de telecomunicações e de instalação, operação e manutenção de soluções *internet*, *intranet* e *extranet*; (ii) representação comercial, agenciamento, intermediação e distribuição de bens; (iii) comercialização, representação, locação e manutenção de sistemas, equipamentos e aparelhos de telecomunicações e informática em geral; (iv) consultoria, serviços e suporte técnico para especificação, implantação e manutenção de novos sistemas de voz, dados e imagem; (v) importação e exportação de bens e serviços úteis à consecução do objeto social; e (vi) participação no capital social de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista.

Telefônica Data S.A. (TData): Tem como objeto a prestação e exploração de serviços de telecomunicações, bem como a elaboração, implantação e instalação de projetos relacionados com a exploração de soluções empresariais integradas, consultoria em telecomunicações, atividades relacionadas à prestação de serviços de assistência técnica, comercialização, locação e manutenção de equipamentos e redes de telecomunicações.

Telefônica Sistema de Televisão S.A. (TSTV): Tem como objeto a prestação de serviços de televisão por assinatura na modalidade Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS), além de prestações de serviços de telecomunicações em geral e *internet*.

Ajato Telecomunicações Ltda. (Ajato): Tem como objeto a prestação de serviços de telecomunicações e de informática, acesso à rede de telecomunicações, de *internet*, via rádio, abrangendo os serviços de imagem e dados de *telemarketing*, comércio de locação, importação, exportação, manutenção e conserto para esses equipamentos.

GTR Participações e Empreendimentos S.A. (GTR): Tem por objeto a participação em outras companhias, cujo objeto social envolva prestação de serviços de televisão por assinatura e por cabo, telecomunicações em geral, produção, aquisição, licenciamento, importação e distribuição de programas de televisão próprios ou de terceiros, peças de reposição e equipamentos, gerenciamento e exploração de plataformas de serviços de televisão por assinatura e telecomunicações.

TVA Sul Paraná S.A. (TVA Sul): Tem por objeto prestar serviços de televisão por assinatura e por cabo, telecomunicações em geral, produção, aquisição, licenciamento, importação e distribuição de programas de televisão próprios ou de terceiros, peças de reposição e equipamentos, gerenciamento, atualização e exploração de plataformas de serviços de televisão por assinatura e telecomunicações e edição de periódicos.

Lemontree Participações S.A. (Lemontree): Tem por objeto a participação em outras companhias, cujo objeto social envolva prestação de serviços de televisão por assinatura e por cabo, telecomunicações em geral, produção, aquisição, licenciamento, importação e distribuição de programas de televisão próprios ou de terceiros, peças de reposição e equipamentos, gerenciamento, atualização e exploração de plataformas de serviços de televisão por assinatura e telecomunicações e gestão e comercialização de dados.

Comercial Cabo TV São Paulo S.A. (Comercial Cabo): Tem por objeto prestar serviços de televisão por assinatura e por cabo, assessoria e consultoria de telecomunicações em geral, produção, aquisição, licenciamento, importação e distribuição de programas de televisão próprios ou de terceiros, peças de reposição e equipamentos, gerenciamento, atualização e exploração de plataformas de serviços de televisão por assinatura e telecomunicações e exploração de propaganda e publicidade em todas as modalidades.

Aliança Atlântica Holding B.V. (Aliança): Empresa com sede em Amsterdã, Holanda, com participação de 50% da Telefônica Brasil, possui caixa decorrente da venda de ações da Portugal Telecom em junho de 2010. Até 8 de maio de 2012, a Companhia possuía uma participação acionária na Zon Multimédia, empresa do grupo Portugal Telecom que presta serviço de TV por assinatura, *internet*, distribuição de conteúdos audiovisuais, cinema e telecomunicações. Tal participação foi alienada em 8 de maio de 2012.

Companhia AIX de Participações (AIX): Tem como objeto social a participação no Consórcio Refibra, na qualidade de líder, bem como atividades relacionadas à exploração, direta e indireta, de atividades relacionadas à execução, conclusão e exploração de redes subterrâneas de dutos para fibras ópticas.

Companhia ACT de Participações (ACT): Tem por objeto a participação no Consórcio Refibra, na qualidade de líder, bem como atividades relacionadas à prestação de serviço de assessoria técnica para a elaboração dos projetos de conclusão de redes, efetuando os estudos necessários para torná-la economicamente viável, bem como fiscalizar o andamento das atividades vinculadas ao Consórcio.

O quadro a seguir apresenta a relação das empresas controladas, direta e indiretamente, pela Companhia e o percentual de participação no capital total:

Controladas	31.12.12	31.12.11
Vivo S.A (a)	100%	100%
Telefônica Data S.A.	100%	100%
A.Telecom S.A.	100%	100%
Telefônica Sistema de Televisão S.A.	100%	100%
Ajato Telecomunicações Ltda.	100%	100%
GTR Participações e Empreend. S.A. (b)	100%	66,67%
TVA Sul Paraná S.A. (b)	100%	91,50%
Lemontree S.A. (b)	100%	83,00%
Comercial Cabo TV São Paulo S.A. (b)	100%	93,19%
Aliança Atlântica Holding B.V.(c)	50%	50%
Companhia AIX de Participações (c)	50%	50%
Companhia ACT de Participações (c)	50%	50%

(a) consolidada integralmente a partir de abril de 2011 (notas 1 e 4).

(b) consolidadas integralmente a partir de janeiro de 2011 e subsidiárias integrais a partir de junho de 2012.

(c) controladas em conjunto.

d. Negociação das ações em bolsas de valores

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa). É também registrada na *Securities and Exchange Commission* (SEC), dos EUA, e suas *American Depositary Shares* (ADS's) nível II, listadas apenas em ações preferenciais, são negociadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE).

d.1) Ações negociadas na BM&F Bovespa

Em 21 de setembro de 1998, a Companhia iniciou a negociação de suas ações na BM&F Bovespa, sob os códigos de negociação TLPP3 e TLPP4, para as ações ordinárias e preferenciais.

Em Assembleia Geral e Extraordinária (AGE) de 3 de outubro de 2011 da Vivo Participações S.A. (Vivo Part.) e Telesp, foi aprovada a incorporação da Vivo Part. pela Telesp que, na mesma data, alterou a sua denominação social para Telefônica Brasil S.A., modificando, também, em 6 de outubro de 2011 os códigos de negociação para VIVT3 e VIVT4 para as ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, e código de pregão para Telefônica Brasil (vide nota 4).

d.2) Ações negociadas na NYSE

Em 16 de novembro de 1998, a Companhia iniciou processo de negociação de ADS's na NYSE, que atualmente possui as seguintes principais características:

- Espécie das ações: preferenciais.
- Cada ADS representa 1 (uma) ação preferencial.
- As ações são negociadas sob a forma de ADS's com o código "VIV", na Bolsa de Valores de Nova York.
- Banco depositário no exterior: *The Bank of New York*.
- Banco custodiante no Brasil: Banco Itaú S.A.

e. Eventos societários

e.1) Reestruturação Societária – Incorporação de Ações da Vivo Part. pela Telefônica Brasil

Em reunião realizada em 24 de março de 2011, a ANATEL concedeu anuência prévia à operação de reestruturação societária envolvendo a Companhia e a Vivo Part., tendo o Ato nº 1.970, de 1º de abril de 2011, sido publicado no DOU em 11 de abril de 2011.

Em AGE da Companhia, realizada em 27 de abril de 2011, foi aprovado, por unanimidade de votos, o Protocolo de Incorporação de Ações e Instrumento de Justificação celebrado entre a Companhia e a Vivo Part., tendo cada ação da Vivo Part. sido substituída por 1,55 ações da Companhia. Os acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia e de ações ordinárias da Vivo Part. tiveram até o dia 30 de maio de 2011 para exercer o direito de recesso. Os acionistas que optaram pelo direito de recesso foram reembolsados pelas ações das respectivas companhias de que comprovadamente eram titulares em 27 de dezembro de 2010, data da publicação do Fato Relevante relativo à operação. Os valores de reembolso aos acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia e das ações ordinárias da Vivo Part. foram de R\$23,06 e R\$25,30 por ação, respectivamente, calculados pelos seus respectivos valores de patrimônio líquido constantes do balanço levantado em 31 de dezembro de 2010.

e.2) Reestruturação Societária – Concentração das Autorizações do SMP e Simplificação da Estrutura Societária

Em reunião do Conselho de Administração da Vivo Part., realizada em 14 de junho de 2011, foi aprovada a proposta para a concentração das autorizações para a prestação de serviços do SMP (até então detidas pela Vivo Part. no Estado de Minas Gerais e pela Vivo nos outros estados do Brasil), unificando assim as operações e os Termos de Autorização para a exploração do SMP na Vivo.

A forma proposta para viabilizar esta reestruturação societária foi a conferência em 1º de outubro de 2011 dos estabelecimentos comerciais (incluindo os bens, direitos e obrigações) relacionados com a operação de serviços SMP em Minas Gerais pela Vivo Part. para a Vivo (operadora móvel do grupo que detinha as autorizações do SMP nos demais estados do Brasil). Realizada essa conferência, a Vivo Part. passou à situação de *holding*.

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 6.404/76, foi contratada uma empresa especializada para a elaboração do laudo de avaliação de parte do acervo patrimonial da Vivo Part. (data base de 31 de agosto de 2011) correspondente às operações do SMP no Estado de Minas Gerais que foi conferido ao patrimônio da Vivo e do acervo patrimonial da Vivo Part. para a incorporação pela Companhia.

Devido a Vivo Part. ser subsidiária integral da Companhia desde 27 de abril de 2011, cujo patrimônio já continha o investimento nas ações da Vivo, a incorporação: i) não acarretou aumento de capital da Companhia; ii) não houve a substituição de ações detidas por acionistas não controladores da Vivo Part. por ações da Companhia; e iii) não houve necessidade da elaboração de laudo de avaliação de patrimônio líquido a preços de mercado para cálculo de relação de substituição das ações, pois não havia acionistas não controladores a serem protegidos.

Desse modo, nos termos do artigo 226, parágrafos I e II da Lei nº 6.404/76, as ações detidas pela Companhia no acervo patrimonial da Vivo Part. foram extintas. Com a conclusão da reestruturação societária, a Vivo Part. foi incorporada pela Companhia em 3 de outubro de 2011 e a Vivo passou a ser subsidiária integral da Companhia, simplificando e racionalizando a estrutura de custos das empresas envolvidas.

f. Acordo entre a Telefónica S.A. e a Telecom Itália (Ato nº 3.804 de 07 de julho de 2009 e ao Ato nº 68.276 de 31 de outubro de 2007, ambos do Conselho Diretor da ANATEL)

Em outubro de 2007, a TELCO S.p.A. (na qual a Telefónica S.A. detém uma participação de 42,3%), concluiu a aquisição de 23,6% da Telecom Itália. A Telefónica S.A. detém o controle da Companhia que, por sua vez, é controladora da Vivo. A Telecom Itália tem participação na TIM Participações S.A. (TIM), empresa de telefonia celular no Brasil. Entretanto a Telefónica S.A. e a Companhia não têm envolvimento direto com as operações da TIM. Adicionalmente, quaisquer transações entre a Companhia e as controladas e a TIM são transações normais do negócio de telefonia, as quais são regulamentadas pela ANATEL.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - Bases de Preparação e Apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma) e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

A Companhia e suas controladas não possuem operações sazonais.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), exceto pelos investimentos em sociedades controladas avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB, que não diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os CPCs.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 21 de fevereiro de 2013, autorizou emissão destas demonstrações financeiras.

Algumas rubricas do balanço patrimonial e da demonstração de resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram reclassificadas para permitir a comparabilidade com as informações de 31 de dezembro de 2012.

A Companhia declara que as demonstrações financeiras consolidadas estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC vigentes em 31 de dezembro de 2012, as quais incluem os novos pronunciamentos, interpretações e alterações, das seguintes normas, modificações e interpretações publicadas pelo IASB e pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012:

Alterações ao IAS 12, *Imposto de Renda – Recuperação de Ativos Subjacentes*: Esta emenda esclareceu a determinação de imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo valor justo. Introduz a presunção refutável de que o imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo modelo de valor justo no IAS 40 deveria ser definido com base no fato de que seu valor contábil será recuperado através da venda.

Alterações IFRS 7, *Instrumentos Financeiros: Divulgações – Aumento nas Divulgações Relacionadas a Baixas*: Esta emenda exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, porém não baixados, a fim de possibilitar que o usuário das informações compreenda a relação com aqueles ativos que não foram baixados e seus passivos associados. Além disso, a emenda exige divulgações quanto ao envolvimento continuado nos ativos financeiros baixados para permitir que o usuário avalie a natureza do envolvimento continuado da entidade nesses ativos baixados, assim como os riscos associados. Esta emenda entrou em vigor para os períodos anuais iniciados em ou a partir de 1º de julho de 2011 e, no Brasil, somente após a aprovação do CPC e deliberação pela CVM para as companhias abertas.

Cabe mencionar que esta emenda em questão afeta apenas as divulgações, porém atualmente não é aplicável à Companhia, e não tem impacto sobre seu desempenho ou sua situação financeira.

Novas IFRS e Interpretações do IFRIC que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, os seguintes IFRS, alterações e interpretações do IFRIC haviam sido publicados, porém não eram de aplicação obrigatória:

IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes: As revisões do IAS 1 alteraram o agrupamento dos itens apresentados em outros resultados abrangentes. Itens que poderiam ser reclassificados (ou “reciclados”) ao resultado em certo período no futuro (por exemplo, ganhos líquidos em operações de *hedge* de investimentos líquidos, diferenças de variação cambial na tradução de operações no exterior, movimentos líquidos de *hedge* de fluxos de caixa ou ganhos na venda de ativos classificados como disponíveis para venda) deveriam ser apresentados separadamente dos itens que nunca serão reclassificados (por exemplo, ganhos ou perdas atuariais em planos de benefício definido). As revisões afetam somente a apresentação e não há impactos na posição financeira ou de desempenho da Companhia e suas controladas. Estas revisões passam a vigorar para exercícios iniciados em ou a partir de 1º de julho de 2012, e serão aplicadas nas demonstrações financeiras da Companhia quando se tornarem efetivas.

IAS 19 Benefícios aos Empregados (Emenda): O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. A Companhia não prevê impactos significativos em suas demonstrações financeiras consolidadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.

IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011): Como consequência das recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 - Investimentos em Associadas e *Joint Ventures*, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em *joint ventures*, além do investimento em associadas. A Companhia não prevê impactos significativos em suas demonstrações financeiras consolidadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

IAS 32 Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – Revisões do IAS 32: Estas revisões explicam o significado de “atualmente tem o direito legal de compensação”. As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação do IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Estas revisões não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia e suas controladas, com vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

IFRS 1 – Empréstimos do Governo – Revisões da IFRS 1: Estas revisões estabelecem a primeira aplicação das exigências do IAS 20 - Contabilização de Subvenção e Assistências Governamentais, prospectivamente a empréstimos governamentais existentes na data de transição para as IFRS. As entidades podem optar por aplicar as exigências da IFRS 9 (ou IAS 39, conforme o caso) e IAS 20 a empréstimos do governo retrospectivamente, se a informação necessária para isso tivesse sido obtida no momento da contabilização inicial desse empréstimo. A exceção dispensaria as entidades que estejam adotando a norma pela primeira vez da mensuração retrospectiva de empréstimos do governo com uma taxa de juros inferior à do mercado. A revisão terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A revisão não terá impacto sobre a Companhia e suas controladas.

IFRS 7 – Divulgações - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – Revisões da IFRS 7: Estas revisões exigem que uma entidade divulgue informações sobre os direitos à compensação e acordos relacionados (por exemplo, acordos de garantia). As divulgações fornecem informações úteis aos usuários para avaliar o efeito de acordos de compensação sobre a posição financeira de uma entidade. As novas divulgações são necessárias para todos os instrumentos financeiros reconhecidos que são compensados de acordo com o IAS 32 Instrumentos Financeiros - Apresentação. As divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos a um contrato principal de compensação ou acordo semelhante, independentemente de serem ou não compensados de acordo com o IAS 32. A revisão entrará em vigor para os períodos anuais em ou após 1º de janeiro de 2013.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração: A norma IFRS 9, conforme emitida reflete a primeira fase dos trabalhos do IASB referentes à substituição do IAS 39 e aplica-se à classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros, tal como definido no IAS 39. A norma inicialmente vigorou para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, contudo, a norma *Alterações à IFRS 9 Data Efetiva da IFRS 9 e Divulgações para Transição*, emitida em dezembro de 2011, alterou a data efetiva obrigatória para 1º de Janeiro de 2015. Em fases posteriores, o IASB abordará a contabilidade de instrumentos de *hedge* e a redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração de ativos financeiros da Companhia e suas controladas, mas não causará impacto na classificação e mensuração de passivos financeiros. A Companhia quantificará o efeito em conjunto com as outras fases, quando for emitida a norma final, compreendendo todas as fases.

IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas: A norma IFRS 10 substitui a parte do IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, que trata da contabilização das demonstrações financeiras consolidadas. Também aborda as questões suscitadas na SIC-12 *Consolidação - Entidades de Propósito Específico*. A IFRS 10 estabelece um modelo único de controle que se aplica a todas as entidades, inclusive entidades de propósito específico. As mudanças introduzidas pela IFRS 10 exigirão que a Administração exerça julgamento significativo para determinar quais entidades são controladas e, portanto, obrigadas a serem consolidadas por uma controladora, comparativamente aos requisitos que estavam no IAS 27.

Com base nas análises preliminares realizadas, não há expectativa de que a IFRS 10 tenha impacto sobre os investimentos atualmente mantidos pela Companhia. Esta norma entra em vigor para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 11 Empreendimentos Conjuntos: A IFRS 11 substitui o IAS 31 - *Interesses em Empreendimentos Conjuntos* e a SIC-13 - *Entidades Controladas em Conjunto - Contribuições Não Monetárias por Empreendedores*. A IFRS 11 elimina a opção de contabilização de entidades controladas em conjunto (ECC) com base na consolidação proporcional. Em vez disso, as ECC que se enquadrarem na definição de empreendimento conjunto (*joint venture*) deverão ser contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial. A aplicação desta nova norma terá impacto sobre a posição patrimonial e financeira da Companhia, eliminando a consolidação proporcional da Aliança, AIX e ACT (nota 12). Com a aplicação da nova norma, os investimentos nas empresas citadas serão contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Esta norma entra em vigor para períodos anuais com início a partir 1º de janeiro de 2013, e deverá ser aplicada retrospectivamente a empreendimentos conjuntos mantidos na data da aplicação inicial. Estima-se que o impacto da IFRS 11 no período corrente (que corresponderá ao período comparativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013), considerando-se determinados itens, seja uma redução na receita no montante de R\$28.308 e uma redução no lucro operacional no montante de R\$1.370, uma vez que a receita proveniente de empreendimentos conjuntos será apresentada separadamente do lucro operacional subsequente. O ativo circulante e o passivo circulante serão reduzidos em R\$64.873 e R\$2.791, respectivamente, enquanto o impacto no ativo não circulante será de R\$60.012, sendo o passivo não circulante reduzido em R\$2.896.

IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades: A IFRS 12 inclui todas as divulgações anteriormente incluídas no IAS 27 relacionadas às demonstrações financeiras consolidadas, bem como todas as divulgações que foram previamente incluídas no IAS 31 e IAS 28. Estas divulgações são relacionadas às participações de uma entidade em controladas, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas. Uma série de novas divulgações também são necessárias, mas não haverá impacto sobre a posição financeira ou o desempenho da Companhia. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

IFRS 13 Mensuração do Valor Justo: A IFRS 13 estabelece uma única fonte de orientação nas IFRS para todas as mensurações do valor justo. A IFRS 13 não muda a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com as IFRS, quando o valor justo é exigido ou permitido. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação desta norma não terá impacto para a Companhia.

Melhorias Anuais – maio 2012

As melhorias apresentadas abaixo não terão impacto sobre a Companhia e suas controladas:

IFRS 1 Adoção Inicial das IFRS: Esta melhoria explica que uma entidade que deixou de adotar as IFRS no passado e optou por, ou foi obrigada a adotar as IFRS, poderá re-adotar a IFRS 1. Se a IFRS 1 não for re-adotada, a entidade deverá reapresentar retrospectivamente suas demonstrações financeiras como se nunca tivesse deixado de adotar as IFRS.

IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras: Esta melhoria esclarece a diferença entre a informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima necessária. Geralmente, a informação comparativa mínima necessária refere-se ao período anterior.

IAS 16 Imobilizado: Esta melhoria explica que as principais peças de reposição e equipamentos de prestação de serviços que satisfazem a definição de imobilizado não fazem parte dos estoques.

IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação: Esta melhoria esclarece que o imposto de renda decorrente de distribuições a acionistas é contabilizado em conformidade com o IAS 12 Impostos sobre a Renda.

IAS 34 Demonstrações Financeiras Intermediárias: Esta revisão apresenta um alinhamento das exigências de divulgação para ativos totais do segmento com os passivos totais do segmento nas demonstrações financeiras intermediárias. Este esclarecimento também garante que as divulgações intermediárias estejam alinhadas com as divulgações anuais. Estas melhorias terão vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

2.2 - Bases de consolidação e principais variações no âmbito de consolidação

Na consolidação, todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido entre a Companhia e suas controladas foram eliminados.

Os principais acontecimentos e as principais variações no âmbito de consolidação que, por sua relevância devem ser consideradas para a análise das informações consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são apresentados a seguir:

Aquisição da Vivo Part. pela Companhia

Em AGE da Companhia, realizada em 27 de abril de 2011, foi aprovado, por unanimidade de votos, o Protocolo de Incorporação de Ações e Instrumento de Justificação celebrado entre a Companhia e a Vivo Part., tendo cada ação da Vivo Part. sido substituída por 1,55 ações da Companhia. Em função desta incorporação de ações, o capital da Companhia foi aumentado em R\$31.222.630. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem os resultados da Vivo Part. (incorporada pela Companhia em 3 de outubro de 2011) e Vivo desde 1º de abril de 2011. A Vivo Part. e Vivo foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia pelo método de consolidação integral.

Consolidação das empresas TVA

A partir de 1º de janeiro de 2011, a Companhia passou a incluir as empresas GTR, TVA Sul, Lemontree e Comercial Cabo em suas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral.

Aquisição de ações da Lemontree e GTR

Em 29 de setembro de 2011, a Companhia adquiriu 68.533.233 ações ordinárias, que representam 49% desta classe de ações da Lemontree e que por sua vez é detentora de 80,1% das ações ordinárias da Comercial Cabo. Assim, a Companhia passou a ter 83% de participação na Lemontree e 93,19% na Comercial Cabo.

Em 6 de junho de 2012, a Companhia exerceu sua opção de compra em relação (i) a 71.330.508 ações ordinárias remanescentes correspondentes a 51% do capital votante da Lemontree, controladora da Comercial Cabo; e (ii) a 923.778 ações ordinárias remanescentes da GTR, titular de 50,9% das ações ordinárias da TVA Sul, ações essas anteriormente detidas pelo grupo Abril. A opção de compra exercida nesta data, finaliza o processo de aquisição das ações remanescentes da Lemontree e da GTR, iniciado com o exercício parcial da opção implementado em 29 de setembro de 2011, com a aquisição de ações ordinárias da Lemontree, representativas de 49% do seu capital social. Os valores correspondentes às aquisições das ações ordinárias remanescentes da Lemontree e GTR foram de R\$37.737 e R\$6.434, respectivamente.

Estas operações foram consideradas como aquisição de acionistas não controladores para fins de apresentação e mensuração nas presentes demonstrações financeiras.

Com a implementação deste exercício de opção, a Companhia passou a deter 100% das ações representativas do capital votante e total da Lemontree e da GTR e, indiretamente, das sociedades operadoras de serviços de televisão a cabo situadas em São Paulo, Curitiba, Foz do Iguaçu e Florianópolis.

Alienação de ações da Zon Multimídia – Serviços de Telecomunicações e Multimídia, SGPS, S.A.

Em 8 de maio de 2012, a Companhia alienou as 1.618.652 (1.196.395 diretamente e 422.257 indiretamente através da Aliança Atlântica) ações ordinárias, representativas de 0,52% do capital social (com direito a voto) da Zon Multimídia – Serviços de Telecomunicações e Multimídia, SGPS, S.A. (ZON). O resultado líquido positivo consolidado (valor da alienação das ações detidas e baixa dos investimentos) desta operação foi de R\$1.486.

Reestruturação Societária

Visando simplificar a estrutura organizacional atual da Companhia, bem como auxiliar a integração dos negócios e a geração de sinergias decorrentes da racionalização da prestação dos serviços, a Companhia protocolou na ANATEL em 15 de março de 2012 pedido de anuência prévia de reestruturação societária, que se tornou legalmente viável em razão das alterações legislativas aplicáveis às concessionárias de STFC através da Lei nº 12.485.

A reestruturação societária proposta somente poderá ser implementada após a anuência prévia da ANATEL, que segue analisando o caso.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das contratações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado (nota 5).

b) Contas a receber, líquidas

Estão avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratadas, líquido da provisão para redução ao valor recuperável. Inclui os serviços prestados aos clientes que ainda não foram faturados até a data do balanço, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, *simcards* e acessórios. A provisão para redução ao valor recuperável é constituída em montante suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada (nota 6).

c) Estoques

Estão demonstrados pelo custo médio de aquisição ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. Inclui aparelhos celulares, *simcards*, cartões pré-pagos, acessórios, materiais de consumo e manutenção. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para a realização da venda (nota 7).

A provisão para redução ao valor realizável é constituída para os materiais e aparelhos considerados obsoletos ou cujas quantidades são superiores àquelas usualmente comercializadas pela Companhia em um período razoável de tempo.

d) Despesas antecipadas

Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados relativos a serviços contratados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos (nota 10).

e) Investimentos

As participações societárias em controladas (individuais e em conjunto) estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas os investimentos em controladas são consolidados integralmente e os investimentos em controladas em conjunto são consolidados de forma proporcional.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em controlada é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das variações após a aquisição da participação societária na controlada.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio das controladas, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e as controladas, são eliminados de acordo com a participação mantida na controlada.

A participação societária nas controladas será demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas das controladas.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em suas controladas. A Companhia determina, em cada data do encerramento do exercício social, se há evidência objetiva de que o investimento nas controladas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre as controladas, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil das controladas no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

Na consolidação, todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido entre a Companhia e suas controladas foram eliminados.

As variações cambiais do patrimônio líquido da Aliança (controlada em conjunto) são reconhecidas no patrimônio líquido na Companhia em "Ajuste Acumulado de Conversão".

f) Imobilizado, líquido

É demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação e de provisão para a redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicável. O referido custo inclui os custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos e está líquido de créditos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), os quais foram registrados como tributos a recuperar.

Os custos do ativo são capitalizados até o momento em que esteja nas condições previstas para sua entrada em operação.

Os gastos subsequentes à entrada do ativo em operação são reconhecidos imediatamente no resultado, respeitando-se o regime de competência. Gastos que representem melhorias no ativo (aumento da capacidade instalada ou da vida útil) são capitalizados.

Os custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados em contrapartida à provisão para desmobilização de ativos (nota 20) e depreciados ao longo da vida útil dos equipamentos, a qual não é superior ao prazo de locação.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens baseada em estudos técnicos. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos no resultado do exercício em que o ativo for baixado.

g) Intangível, líquido (incluindo o ágio no consolidado)

É demonstrado pelo custo de aquisição e/ou formação, deduzido da amortização e de provisão para a redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicáveis.

Inclui os direitos de uso de *software* adquiridos de terceiros, licenças de concessão e autorização adquiridas da ANATEL, carteira de clientes, marcas e outros ativos intangíveis.

A vida útil de um ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida, sendo:

- Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo método linear e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indícios de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados anualmente. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou no método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.
- Ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, sendo realizado teste de recuperabilidade anualmente ou quando existam indícios de que o valor contábil possa não ser recuperável. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Ágios gerados na aquisição de investimentos e fundamentados em rentabilidade futura são tratados como intangíveis de vida útil indefinida.

h) Arrendamento mercantil

Os contratos que contém cláusulas de uso de ativos específicos e direitos a utilização do ativo são avaliados para identificar o tratamento contábil a ser aplicado sob a perspectiva de arrendamento mercantil.

Arrendamentos mercantis financeiros, nos quais a Companhia ou controladas obtém os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos do arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento de forma a obter taxa de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo.

Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento.

Os juros implícitos no passivo reconhecido são apropriados no resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.

Os contratos em que o arrendador conserva parte significativa dos riscos e benefícios são considerados como arrendamento mercantil operacional, sendo seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício ao longo do prazo contratual.

Suas controladas possuem contratos classificados como arrendamento mercantil financeiro tanto na condição de arrendadora como arrendatária. Como arrendadora, a A.Telecom possui contratos de aluguel de equipamentos de informática (Produto Soluciona TI), para os quais reconhece na data de instalação uma receita pelo valor presente das parcelas do contrato em contrapartida nas contas a receber. Como arrendatária, a Vivo possui contratos de aluguel de torres e *rooftops*, decorrentes de uma operação de venda e *leaseback* financeiro, para os quais manteve inalterado o valor residual dos mencionados ativos no momento da venda, reconheceu um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e registrou uma receita diferida no valor da diferença entre o preço de venda e o mencionado valor presente.

A diferença entre o valor nominal das parcelas e o contas a receber/pagar registrado é reconhecida como receita/despesa financeira em base ao método da taxa de juros efetiva de acordo com a duração do contrato (nota 29).

i) Análise de recuperabilidade dos ativos

Nos termos do IAS 36/CPC1 (R1), a Companhia e suas controladas revisam, quando as circunstâncias lhes indicarem, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido em excesso do valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto com base na taxa do custo de capital "*The Capital Asset Pricing Model*" (CAPM) (Modelo de Precificação de Ativos) antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital e os riscos específicos do ativo.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

As perdas em operações continuadas, incluindo a desvalorização de estoques, são reconhecidas na demonstração dos resultados em contas de despesas compatíveis com a função dos ativos.

Para os ativos, excluindo o ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de encerramento de exercício para identificar se há alguma indicação de que as perdas do valor recuperável anteriormente reconhecidas podem já não existir ou possam ter diminuído.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida.

A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

i.1) Ágio: o teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente no final do exercício social ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

i.2) Ativos Intangíveis: os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

i.3) Avaliação do valor em uso: As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- Receitas: As receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado frente ao PIB e a participação da Companhia e controladas neste mercado;
- Custos e despesas operacionais: Os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia e controladas, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- Investimentos de capital: Os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços.

As premissas chave são baseadas no desempenho histórico da Companhia e suas controladas e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

O teste de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia e suas controladas não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, visto que o valor recuperável excede o seu valor líquido contábil na data de avaliação.

j) Combinações de negócios e ágios

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de aquisição é mensurado pelo valor justo dos ativos, instrumentos de patrimônio e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição. Ativos identificáveis adquiridos, passivos e contingências assumidas na combinação de negócios são mensurados inicialmente pelo valor justo na data de aquisição, independente do grau da participação dos acionistas não controladores.

Inicialmente, o ágio representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo líquido dos ativos adquiridos, passivos assumidos e passivos contingentes identificáveis de uma empresa adquirida, na respectiva data de aquisição. Se o custo de aquisição for menor que o valor justo do ativo líquido da empresa adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Para fins de teste de valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado à unidade geradora de caixa que se espera que seja beneficiada pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essa unidade.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada é incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

k) Instrumentos financeiros e caixa e equivalentes de caixa

(i) Ativos Financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, como empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

Os ativos financeiros da Companhia e controladas incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber e outros recebíveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de *hedge*, definidos pela norma correspondente. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável, se e quando aplicável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira na demonstração do resultado, se e quando aplicáveis.

Investimentos mantidos até o vencimento: os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída em receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira na demonstração do resultado. A Companhia e suas controladas não registraram investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Ativos financeiros disponíveis para venda: são ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (i) empréstimos e recebíveis, (ii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iii) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda no grupo de outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas acumulados anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos na demonstração do resultado.

O valor justo de ativos financeiros disponíveis para a venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Desreconhecimento (baixas): um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, o mesmo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia na data do encerramento social do exercício se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrida) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possam ser razoavelmente estimados.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas).

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Receita de juros continua a ser computada sobre o valor contábil reduzido com base na taxa de juros efetiva original para o ativo. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

Investimentos financeiros disponíveis para venda

A Companhia avalia na data de encerramento do exercício social se há alguma evidência objetiva de que o investimento não é recuperável.

Para investimentos em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significativa e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil.

Quando há evidência de perda por redução ao valor recuperável, a perda acumulada (mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos a perda por redução ao valor recuperável que tenha sido previamente reconhecida na demonstração do resultado) é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado.

Aumentos no valor justo após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável são reconhecidos diretamente no resultado abrangente.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia e controladas incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pela norma correspondente.

A Companhia e controladas não designaram nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Empréstimos e financiamentos: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixas): um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

l) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de cobertura (*hedge accounting*)

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos, como *swaps* de moeda e taxa de juros para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

Para os fins de contabilidade de *hedge*, os contratos da Companhia e controladas foram classificados como *hedges* de fluxo de caixa, quando fornecem proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um passivo reconhecido que possa afetar o resultado, e de valor justo quando fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de parte identificada de certos passivos que seja atribuível a um risco particular (variação cambial) e possa afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de *hedge*, a Companhia e controladas classificam formalmente e documentam a relação de *hedge*, à qual a Companhia e controladas desejam aplicar contabilidade de cobertura, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da Administração para levar a efeito o *hedge*. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge* o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma em que a Companhia e controladas irão avaliar a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge*.

Espera-se que esses *hedges* sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo sendo permanentemente avaliados para verificar se foram efetivamente eficazes ao longo de todos os períodos base para os quais foram destinados.

Hedges de fluxo de caixa que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma: (i) a porção do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que é determinada como um *hedge* eficaz deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes) e (ii) a porção ineficaz do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* deve ser reconhecida na demonstração do resultado.

Hedges de valor justo que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma: (i) o ganho ou a perda resultante das mudanças do valor justo de um instrumento de *hedge* deve ser reconhecido no resultado e (ii) o ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto deve ajustar a quantia escriturada do item coberto a ser reconhecido na demonstração do resultado. As mudanças do valor justo do instrumento de *hedge* e as mudanças do valor justo do item objeto de *hedge* atribuíveis ao risco coberto são reconhecidas na linha da demonstração de resultado relacionada ao item objeto de *hedge*.

Classificação entre circulante e não circulante

Instrumentos derivativos não classificados como instrumento de *hedge* eficaz são classificados como circulante e não circulante com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

- Quando a Companhia e controladas mantiverem um derivativo como *hedge* econômico (e não aplicar contabilidade de *hedge*), por um período superior a 12 meses após a data do balanço, o derivativo é classificado como não circulante (ou segregado em parcela circulante e não circulante), consistentemente com a classificação do item correspondente.

- Os instrumentos derivativos e classificados como *hedge* eficazes, são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item objeto de *hedge*.

O instrumento derivativo é segregado em parcela de circulante e não circulante apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

m) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo superior a 18 meses para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo.

Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

n) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Juros sobre o capital próprio

Pela legislação brasileira é permitido às sociedades pagarem juros sobre o capital próprio (JSCP), os quais são similares ao pagamento de dividendos, porém são dedutíveis para fins de apuração dos tributos sobre a renda. A Companhia e suas controladas para fins de atendimento à legislação tributária brasileira provisionam nos seus livros contábeis o montante devido em contrapartida à conta de despesa financeira no resultado do exercício e para fins de apresentações destas demonstrações financeiras reverte a referida despesa em contrapartida a um débito direto no patrimônio líquido, resultando no mesmo tratamento contábil dos dividendos. A distribuição dos juros sobre o capital próprio aos acionistas está sujeita a retenção de imposto de renda à alíquota de 15%.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados nos balanços patrimoniais como obrigações legais (provisões no passivo circulante) e os dividendos em excesso a esse mínimo, ainda não aprovados pela assembleia de acionistas, como reserva de dividendos no patrimônio líquido.

o) Provisões

Geral

As provisões são reconhecidas quando a Companhia ou controladas tem uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, onde é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser efetuada do montante dessa obrigação. As provisões são atualizadas até a data do balanço pelo montante provável da perda, observada a natureza de cada contingência (nota 20).

As provisões para demandas judiciais estão apresentadas pelo seu montante bruto, sem considerar os correspondentes depósitos judiciais e são classificadas como cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias. Os depósitos judiciais estão classificados como ativo, dado que não existem as condições requeridas para apresentá-los líquidos com a provisão.

Provisões para demandas judiciais cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias

A Companhia e suas controladas são parte em demandas administrativas e judiciais de natureza trabalhista, tributária, cível e regulatória, tendo sido constituída provisão contábil em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. As provisões para demandas judiciais e administrativas são determinadas com base nas opiniões da Administração da Companhia e suas controladas e de seus consultores jurídicos.

Provisão para desmobilização de ativos

Referem-se aos custos a serem incorridos pela necessidade de ter que devolver os *sites* (localidades destinadas a instalações de torres e equipamentos em imóveis alugados) aos proprietários nas mesmas condições em que se encontravam quando da assinatura do contrato inicial de locação.

Passivos contingentes reconhecidos em uma combinação de negócios

Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao valor justo.

Subsequentemente é mensurado entre o maior de: (i) o valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima; ou (ii) o valor inicialmente reconhecido menos, quando for o caso, amortização acumulada reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita.

p) Impostos, taxas e contribuições

A seguir, relacionamos as legendas relativas aos impostos, taxas e contribuições descritas nestas demonstrações financeiras:

CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Tributo Federal;
COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Tributo Federal;
CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Tributo Federal;
FISTEL – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações;
FUNTTEL – Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações;
FUST – Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações;
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – Tributo Estadual;
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras – Tributo Federal;
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Tributo Federal;
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte - Tributo Federal;
ISS – Imposto sobre Serviço Prestado – Tributo Municipal;
PIS – Programa de Integração Social – Tributo Federal;
TFF – Taxa de Fiscalização e Funcionamento; e
TFI – Taxa de Fiscalização e Instalação.

A despesa com imposto de renda e contribuição social inclui os efeitos de tributos correntes e diferidos, conforme segue:

Imposto de renda e contribuição social correntes

O valor contábil dos ativos e passivos referentes ao imposto corrente do último exercício e dos anos anteriores representa o montante que se estima recuperar ou pagar às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são as que estão vigorando na data do balanço. No balanço patrimonial os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Tributos diferidos

O valor dos tributos diferidos é obtido a partir da análise do balanço considerando as diferenças temporárias, que são aquelas geradas por diferenças entre os valores fiscais de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício social e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas do imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do encerramento do exercício social.

Os ativos e passivos fiscais diferidos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização. Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido.

Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Tributos sobre vendas

As receitas de prestação de serviços estão sujeitas à tributação pelo ICMS ou ISS às alíquotas vigentes em cada região e à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços de telecomunicações, às alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente. As demais receitas auferidas pela Companhia e controladas, incluindo as receitas relacionadas à revenda de mercadorias, na modalidade não cumulativa, são tributadas às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e a COFINS, respectivamente, e pelo ICMS às alíquotas vigentes em cada Estado.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

q) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e suas controladas e seu custo puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

r) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários circulantes e não circulantes, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, as despesas e os custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras na demonstração do resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa, a Companhia e suas controladas concluíram que o ajuste a valor presente dos ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

A Companhia e suas controladas utilizaram as taxas de WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) e do CDI (Certificado de Depósitos Interbancários) como base para os cálculos dos ajustes a valor presente, aplicados conforme os itens de ativos e passivos.

s) Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Caso os empréstimos ou assistência similares sejam disponibilizadas pelos governos ou instituições relacionadas com uma taxa de juros inferior à taxa de mercado atual aplicável, o efeito favorável desses juros é considerado como subsídio adicional do governo.

As normas tributárias brasileiras (Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, posteriormente alterada pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005), possibilitaram às pessoas jurídicas titulares de empreendimentos localizados nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), cuja atividade se enquadre em setor econômico considerado prioritário, em ato do Poder Executivo, a pleitear a redução do imposto de renda nos termos destes atos normativos.

Através da incorporação da Vivo Part., a Companhia adquiriu benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração para as áreas do Norte de Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha. A concessão deste incentivo se estende até o exercício de 2013.

A Vivo também possui benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração, para os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima. A concessão deste incentivo se estende até o exercício de 2013.

A parcela de lucro incentivada também foi excluída do cálculo dos dividendos, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízos. O montante acumulado de lucro incentivado não distribuído pela Vivo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$59.257 (R\$38.043 em 31 de dezembro de 2011).

Em janeiro de 2010 foi aprovada uma linha de financiamento junto ao BNDES através do Programa de Sustentação do Investimento (BNDES PSI). Os recursos estão sendo utilizados para a aquisição de equipamentos nacionais em projetos de ampliação da capacidade de rede, previamente cadastrados (finamizados) junto ao BNDES, e liberados conforme a realização dos investimentos.

Por se tratar de financiamento com taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado, esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20/CPC 7. Os financiamentos foram inicialmente registrados a valor justo com base nas taxas de mercado, sendo o ajuste decorrente da comparação do valor mensurado com base na taxa contratada contabilizado como receita diferida (nota 21).

t) Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis decorrentes da prestação de serviços de telecomunicações e de vendas de mercadorias, e estão sendo apresentadas líquidas dos tributos, descontos e devoluções (no caso de venda de mercadorias), incidentes sobre as mesmas. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros sejam transferidos à Companhia e suas controladas, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia e controladas.

As receitas da Companhia e controladas compreendem basicamente os serviços de telecomunicações de voz, dados, serviços adicionais que são ofertados aos clientes através de pacotes de tráfego com valor fixo (mensalidade) ou de acordo com o consumo de tráfego realizado pelos clientes, remuneração pelo uso da rede e vendas de mercadorias.

Reconhecimento das receitas de serviços de telecomunicações

As receitas correspondentes à prestação de serviços de telecomunicações são contabilizadas pelo regime de competência com base nos valores contratados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares. A receita não faturada entre a data do último faturamento até a data do balanço é apurada e reconhecida no mês em que o serviço é prestado.

As receitas referentes às vendas de cartões de telefones públicos são diferidas e reconhecidas no resultado com base na estimativa de utilização dos cartões.

As receitas referentes aos créditos de recarga de celulares pré-pagos, bem como os respectivos tributos devidos são diferidos e reconhecidos no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados.

As receitas de contratos de locação de equipamentos classificados como arrendamento mercantil financeiro são reconhecidas na instalação dos equipamentos, momento em que ocorre a efetiva transferência de risco. A receita é reconhecida pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do contrato.

As receitas de serviços estão sujeitas basicamente aos seguintes tributos indiretos: ICMS, PIS, COFINS e ISS.

Reconhecimento das receitas e custos de vendas de mercadorias

As receitas e os custos de vendas de mercadorias (aparelhos celulares, *simcards* e acessórios) são registrados quando os riscos e benefícios das mercadorias são transferidos aos compradores. Vendas efetuadas em lojas próprias são reconhecidas no momento da venda ao consumidor final. As receitas e os custos de vendas de mercadorias, realizadas através de agentes credenciados (*dealers*) são reconhecidas no resultado quando da ativação do aparelho, limitado a 90 dias da data da venda (nota 24).

Programa de fidelização

A Vivo mantém um programa de pontos por fidelidade dos clientes que lhes permitem acumular pontos ao efetuar o pagamento das faturas referentes à utilização dos serviços oferecidos. Os pontos acumulados podem ser trocados por aparelhos ou serviços, condicionada à obtenção de um saldo mínimo de pontos por parte do cliente. A contraprestação recebida é alocada ao custo dos aparelhos ou serviços resgatados pelo seu valor justo. O valor justo dos pontos é determinado através da divisão do valor do desconto concedido pela quantidade de pontos necessários para efetuar o resgate em função do programa de pontos. A parcela da receita referente ao valor justo do saldo acumulado de pontos gerados é diferida e reconhecida na demonstração do resultado no momento do resgate dos pontos.

Para a definição da quantidade de pontos a serem contabilizados, são aplicadas técnicas estatísticas que consideram premissas e históricos sobre taxas de resgate esperadas, percentuais de expiração e cancelamentos de pontos entre outros. Essas estimativas estão sujeitas a variações e incertezas em função de mudanças no comportamento de resgates dos clientes (nota 21).

Taxa de adesão e campanhas promocionais

As taxas de habilitação pagas pelos clientes da Companhia ou controladas para possibilitá-los a participar das campanhas promocionais são diferidas e lançadas no resultado ao longo do período de duração da referida campanha.

Acordos que combinam mais de um elemento

As ofertas de pacotes comerciais que combinam diferentes elementos são analisadas para determinar se é necessário separar os distintos elementos identificados, aplicando em cada caso o critério de reconhecimento de receitas apropriado. A receita total gerada pela venda do pacote é distribuída entre seus elementos identificados em função dos respectivos valores justos.

A determinação dos valores justos de cada um dos elementos identificados implica na necessidade de realizar estimativas complexas devido à própria natureza do negócio.

A ocorrência de uma mudança nas estimativas dos valores justos relativos poderia afetar a distribuição das receitas entre os componentes e, consequentemente as receitas diferidas.

u) Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, operações com derivativos, empréstimos, financiamentos, debêntures, ajustes ao valor presente de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações financeiras. São reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas pela Companhia e suas controladas.

v) Planos de benefícios pós emprego

A Companhia e suas controladas patrocinam individualmente fundos de pensão de benefícios pós emprego para empregados ativos e aposentados, bem como plano multipatrocinado de complementação de aposentadoria e assistência médica para ex-empregados. As contribuições são determinadas em bases atuariais e são registradas pelo regime de competência. Os planos de benefícios são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, a fim de verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para formar a reserva necessária para ambos os compromissos atuais e futuros.

Os passivos atuariais de planos com características de benefício definido foram calculados adotando-se o método de crédito unitário projetado. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de forma imediata no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).

Para os planos com características de contribuições definidas, a obrigação é limitada ao pagamento das contribuições, as quais são reconhecidas no resultado nos respectivos períodos de competência.

O ativo ou passivo de plano de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal – NTNs), deduzido dos custos de serviços passados ainda não reconhecidos e do valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente a Companhia. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de redução nas contribuições patronais futuras do plano.

w) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia e controladas requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos, são descritas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Planos de benefícios pós emprego

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide nota 35.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado nos instrumentos financeiros.

Ativo imobilizado e intangíveis, incluindo ágio

O tratamento contábil do investimento em ativo imobilizado e intangíveis inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e o valor justo na data de aquisição, em particular para os ativos adquiridos em combinações de negócios.

A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e aos usos alternativos dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto tecnológico e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

Quando uma desvalorização é identificada no valor dos ativos tangíveis e intangíveis, é registrado um ajuste do valor na demonstração do resultado do período. A determinação da necessidade de registrar uma perda por desvalorização implica na realização de estimativas que incluem, entre outras, a análise das causas da possível desvalorização, bem como o montante esperado da mesma. São também considerados fatores como a obsolescência tecnológica, a suspensão de determinados serviços e outras mudanças nas circunstâncias que demonstram a necessidade de registrar uma possível desvalorização.

A Companhia e controladas analisam periodicamente o desempenho da unidade geradora de caixa definida a fim de identificar uma possível desvalorização nos ágios. A determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa a que são atribuídos os ágios inclui também o uso de hipóteses e estimativas e requer um grau significativo de julgamento e critério.

Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e controladas.

A Companhia e suas controladas avaliam a recuperabilidade do ativo fiscal diferido com base nas estimativas de resultados futuros. Essa recuperabilidade depende, em última instância, da capacidade da Companhia e suas controladas de gerar lucros tributáveis ao longo do período em que o ativo fiscal diferido é dedutível. Na análise é considerado o calendário previsto de reversão de passivo fiscal diferido, bem como as estimativas de lucros tributáveis, com base em projeções internas atualizadas de modo a refletir as tendências mais recentes.

A determinação da classificação adequada dos itens fiscais depende de vários fatores, incluindo a estimativa do momento e a realização do ativo fiscal diferido e do momento esperado dos pagamentos desses impostos. O fluxo real de entradas e saídas do imposto de renda pode divergir das estimativas realizadas pela Companhia e suas controladas, como consequência de mudanças na legislação fiscal, ou de transações futuras não previstas que possam afetar os saldos fiscais.

Provisões para demandas judiciais tributárias, trabalhistas, cíveis e regulatórias

As provisões são reconhecidas quando a Companhia ou suas controladas têm uma obrigação presente como consequência de um evento passado, cuja liquidação requer uma saída de recursos que é considerada provável e que pode ser estimada com confiabilidade. Essa obrigação pode ser legal ou tácita, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a Companhia ou suas controladas assumirão determinadas responsabilidades. A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de encerramento, incluída a opinião de peritos independentes, como consultores jurídicos.

x) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia é o Real. As transações em moeda estrangeira foram convertidas com base na taxa de câmbio da data da transação. Os ativos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço. As variações cambiais decorrentes das operações em moeda estrangeira foram reconhecidas no resultado como receita ou despesa financeira.

y) Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio (Ptax) na data da transação e convertidos subsequentemente usando a Ptax na data das demonstrações financeiras que, em 31 de dezembro de 2012, eram: US\$1,00 = R\$2,0435, €1,00 = R\$2,693946, e em 31 de dezembro de 2011, eram: US\$1,00 = R\$1,8758, €1,00 = R\$2,427098. Os ganhos e perdas resultantes da conversão desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos na demonstração do resultado.

z) Participação dos empregados nos resultados

A Companhia e suas controladas têm obrigações decorrentes dos contratos de trabalho com seus empregados, reconhecendo estas provisões durante o exercício. São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas em contas específicas de acordo com a função nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas.

aa) Transações envolvendo pagamento em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações emitidas pela controladora, Telefônica S.A., para seus dirigentes e empregados baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data de sua outorga, utilizando modelo binomial de valorização. Esse valor justo é debitado na demonstração do resultado ao longo do período até a aquisição, com o reconhecimento do passivo correspondente.

bb) Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

cc) Participações de acionistas não controladores

As participações dos acionistas não controladores representam a parcela do lucro ou prejuízo e do patrimônio líquido das controladas que não é detida pela Companhia, sendo destacada no balanço patrimonial consolidado dentro do patrimônio líquido.

dd) Informações por segmentos

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que: (i) todas as decisões dos administradores e gestores são tomadas com base em relatórios consolidados; (ii) a missão da Companhia é prover seus clientes de serviços de telecomunicações com qualidade; e (iii) todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, a conclusão da Administração é de que a Companhia e controladas operam em um único segmento operacional de prestação de serviços de telecomunicações.

ee) Demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foi preparada conforme o IAS 7/CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada seguindo o CPC09 – Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (*stakeholders*).

4. AQUISIÇÃO DA VIVO PART.

Conforme descrito na nota 2.2), em 27 de abril de 2011, as assembleias de acionistas da Companhia e da Vivo Part. aprovaram a aquisição de 100% das ações desta última pela Companhia, tendo cada ação da Vivo Part. sido substituída por 1,55 ações da Companhia. Esta operação foi contabilizada utilizando o método de aquisição.

A Companhia adotou como valor justo das ações adquiridas com base em laudo de valor econômico elaborado por empresa especializada contratada pela Administração pelo fato de se tratar de uma transação entre duas empresas sob controle comum, cujo valor por ação aproxima-se ao valor pago pela SP Telecomunicações Participações Ltda. na Oferta Pública de Ações (OPA) do mês de março de 2011, que resultou na aquisição de 2,65% do capital da Vivo Part., anteriormente em poder de acionistas não controladores.

Os valores justos dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos da Vivo Part. foram mensurados e reconhecidos na data de aquisição.

Esses valores foram determinados mediante diversos métodos de avaliação dependendo do tipo de ativo e/ou passivo em questão, bem como da melhor informação disponível e com o auxílio de assessoria de especialistas.

Os métodos e hipóteses utilizados para a determinação desses valores justos foram os seguintes:

Licenças

O valor justo foi determinado através do método *Multi-Period Excess Earnings Method* (MEEM) que é baseado em um cálculo de desconto de fluxos de caixa dos benefícios econômicos futuros atribuíveis às licenças, líquidos das eliminações dos encargos relacionados aos ativos contributivos implicados na geração desses fluxos e excluindo os fluxos atribuíveis à carteira de clientes.

Esse método se baseia na premissa de que os ativos intangíveis raramente geram lucros por si só. Assim, os fluxos de caixa atribuíveis às licenças são aqueles que sobram depois do retorno de todos os ativos contributivos necessários para gerar os fluxos de caixa estimados. O valor justo alocado às licenças na data de aquisição foi de R\$12.876.000, o qual está sendo amortizado contabilmente pelo prazo de 27,75 anos.

Carteira de clientes

A carteira de clientes também foi avaliada pelo método MEEM, que é baseado em um cálculo de desconto de fluxos de caixa dos benefícios econômicos futuros atribuíveis à base de clientes, líquidas das eliminações das obrigações de contribuições implicados em sua geração. Para estimar a vida útil remanescente da base de clientes, foi feita uma análise da duração média das relações com os clientes utilizando-se de um método de taxa de retirada.

O objetivo dessa análise de vidas é estimar uma curva de subsistência que preveja os perfis de rotatividade futuros associados à atual base de clientes. Como aproximação da curva de subsistência dos clientes, foram consideradas as denominadas “curvas de Iowa”. O valor justo alocado à carteira de clientes na data de aquisição foi de R\$2.042.000, o qual está sendo amortizado contabilmente pelo prazo médio de 8,5 anos.

Marca

O valor justo da marca “Vivo” foi calculado com o método de “*relief-from-royalty*”. De acordo com este método, o valor do ativo é determinado capitalizando-se os *royalties* que são economizados pelo fato de ter a propriedade intelectual. Em outras palavras, o dono da marca obtém um lucro por possuir o ativo intangível em vez de ter de pagar *royalties* por sua utilização. A economia de *royalties* foi determinada aplicando-se uma taxa de *royalties* de mercado (expressa como uma porcentagem sobre receitas) às receitas futuras que se espera obter com a venda do produto ou serviço associado ao ativo intangível. Uma taxa de *royalties* de mercado é a taxa normalmente expressa como uma porcentagem das receitas líquidas, que um proprietário interessado cobraria de um usuário interessado na utilização de um ativo de sua propriedade em uma transação livre, estando ambas as partes devidamente informadas. O valor justo alocado à marca na data de aquisição foi de R\$1.642.000, o qual está sendo amortizado contabilmente pelo prazo de 19,5 anos.

A seguir são apresentados o valor justo, o ágio e o custo da participação dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos da Vivo Part. na data de aquisição:

Informações (em R\$ mil)	Valor Justo
Ativo circulante	7.244.124
Ativo não circulante	28.134.683
Ativo fiscal diferido líquido ^(b)	417.883
Outros ativos não circulantes	2.385.177
Imobilizado	6.198.358
Ativo Intangível ^(a)	19.133.265
Passivo circulante	(7.964.209)
Passivo não circulante	(5.352.456)
Outros passivos não circulantes ^(c)	(5.352.456)
Valor dos ativos líquidos	22.062.142
Custo da participação	31.222.630
Ágio na operação	9.160.488

(a) Inclui a alocação do valor justo atribuído a licenças (R\$12.876.000), à marca (R\$1.642.000) e a carteira de clientes (R\$2.042.000). A Companhia não considera dedutível para fins fiscais a marca e a carteira de clientes.

(b) Inclui o reconhecimento do imposto de renda diferido sobre (a) e (c).

(c) Inclui a alocação do valor justo atribuído ao passivo contingente de R\$283.000.

O valor justo das contas a receber de mercadorias vendidas e serviços prestados é no montante total de R\$2.809.561. O montante bruto é de R\$3.027.732. Sobre o montante bruto das contas a receber de mercadorias vendidas e serviços prestados foi constituído a provisão de R\$218.171 para redução ao valor recuperável. A Companhia espera o recebimento do montante líquido desta provisão.

De acordo com o IFRS 3(R) - Combinação de Negócios, o adquirente deve reconhecer, na data de aquisição, passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios, mesmo se não for provável que sejam requeridas saídas de recursos para liquidar a obrigação, desde que seja uma obrigação presente que surge de eventos passados e seu valor justo possa ser mensurado com confiabilidade. Atendendo-se os requerimentos anteriores foi reconhecido nesta aquisição passivos contingentes a valor justo de R\$283.000, os quais foram determinados com base na saída de caixa estimada para sua liquidação na data de aquisição.

Os custos incorridos na transação foram lançados no resultado, em outras despesas operacionais.

Desde a data de aquisição até a conclusão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, a Vivo Part. e Vivo contribuíram com R\$16.125.386 da receita operacional líquida combinada e R\$2.615.068 do lucro líquido combinado da Companhia em 2011. Adicionalmente, se a transação tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2011, a receita operacional líquida e lucro líquido combinados seriam de R\$33.171.549 e R\$5.072.405, respectivamente.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Caixa e contas bancárias	18.398	17.969	94.454	77.404
Aplicações financeiras	3.060.884	808.933	7.101.625	2.862.938
Total	3.079.282	826.902	7.196.079	2.940.342

As aplicações financeiras de curto prazo correspondem basicamente a CDBs, baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) com liquidez imediata, e são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha.

6. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Valores faturados	1.622.311	1.771.020	4.033.333	3.673.097
Valores a faturar	804.965	912.684	1.675.091	1.677.708
Valores de interconexão	338.014	210.668	977.644	896.639
Contas a receber bruto	2.765.290	2.894.372	6.686.068	6.247.444
Provisão para redução ao valor recuperável	(614.566)	(607.736)	(1.079.254)	(1.056.729)
Total	2.150.724	2.286.636	5.606.814	5.190.715
Circulante	2.150.724	2.286.636	5.513.436	5.105.860
Não circulante	-	-	93.378	84.855

A seguir apresentamos análise dos valores a receber líquidos da provisão para redução ao valor recuperável, por idade de vencimento (*aging list*):

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Avencer	1.395.227	1.653.269	4.299.125	4.103.377
Vencidas – 1 a 30 dias	377.142	371.256	718.838	631.923
Vencidas – 31 a 60 dias	113.042	97.504	218.930	204.775
Vencidas – 61 a 90 dias	51.107	46.932	188.835	115.125
Vencidas – 91 a 120 dias	27.955	24.188	60.648	49.815
Vencidas – mais de 120 dias	186.251	93.487	120.438	85.700
Total	2.150.724	2.286.636	5.606.814	5.190.715

Não havia cliente que representasse mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

As movimentações da provisão para redução ao valor recuperável, são como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.10	(607.450)	(765.633)
Ingressos (nota 26)	(300.905)	(506.581)
Combinação de negócios	-	(218.171)
Consolidação TVA	-	(3.659)
Baixas	300.619	437.315
Saldo em 31.12.11	(607.736)	(1.056.729)
Ingressos (nota 26)	(267.453)	(654.273)
Baixas	260.623	631.748
Saldo em 31.12.12	(614.566)	(1.079.254)

A controlada A.Telecom possui o produto “Soluciona TI” que consiste na locação de equipamentos de informática ao segmento de pequenas e médias empresas e o recebimento de parcelas fixas pelo prazo contratual. Considerando os termos contratuais, a Companhia classificou esse produto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 e 2011 como “Arrendamento Mercantil Financeiro”.

O saldo consolidado das contas a receber de 31 de dezembro de 2012 e 2011 contempla os seguintes efeitos:

	31.12.12	31.12.11
Valor presente dos pagamentos mínimos a receber	294.245	261.933
Receita financeira não realizada	7.757	8.941
Investimento bruto no arrendamento mercantil a receber	302.002	270.874
Provisão para redução ao valor recuperável	(86.648)	(69.375)
Total dos valores a receber líquidos	215.354	201.499
Circulante	121.976	116.644
Não circulante	93.378	84.855

O cronograma de vencimentos em 31 de dezembro de 2012 é como segue:

	Investimento bruto	Valor presente
A vencer até um ano	200.867	200.867
A vencer até cinco anos	101.135	93.378
Total	302.002	294.245

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o exercício.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Materiais para consumo	39.641	54.124	59.417	94.547
Materiais para revenda (a)	5.835	7.030	380.163	435.032
Outros estoques	3.835	6.333	4.005	6.468
Total bruto	49.311	67.487	443.585	536.047
Provisão para redução ao valor realizável e obsolescência	(24.908)	(35.651)	(55.776)	(64.326)
Total no ativo circulante	24.403	31.836	387.809	471.721

(a) Contempla, entre outros, estoque de aparelhos celulares, *simcards* e equipamentos de informática.

A seguir, demonstramos a movimentação da provisão para redução ao valor realizável e para obsolescência:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.10	(92.920)	(99.696)
Adições	(10.191)	(37.462)
Reversões	67.460	95.149
Combinação de negócios	-	(18.852)
Consolidação TVA	-	(3.465)
Saldo em 31.12.11	(35.651)	(64.326)
Adições	(4.718)	(35.972)
Reversões	15.461	44.522
Saldo em 31.12.12	(24.908)	(55.776)

Os custos das mercadorias vendidas, que incluem os valores da provisão para redução ao valor realizável e obsolescência, estão demonstrados na nota 25.

8. TRIBUTOS DIFERIDOS E A RECUPERAR

8.1 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Impostos e contribuições retidos na fonte	106.693	106.072	141.620	152.919
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	453.933	1.051.864	528.111	1.143.988
ICMS (a)	366.211	422.679	1.631.088	1.665.896
ICMS convênio 39/Portaria CAT 06 (b)	178.535	284.959	288.520	307.832
PIS e COFINS	39.265	43.898	148.092	210.950
Outros	6.916	9.141	53.957	28.440
Total	1.151.553	1.918.613	2.791.388	3.510.025
Circulante	602.328	1.130.761	2.052.423	2.495.066
Não circulante	549.225	787.852	738.965	1.014.959

- (a) Inclui créditos gerados na compra de bens do ativo imobilizado, cuja compensação ocorre em 48 meses.
- (b) Refere-se ao pedido de ressarcimento do ICMS pago para faturas que foram canceladas posteriormente.

8.2 Tributos diferidos

A Companhia e suas controladas constituem imposto de renda e contribuição social diferidos ativos considerando a existência de lucro tributável nos cinco últimos exercícios sociais e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, os quais foram fundamentados em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração.

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Ativo diferido				
IR sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa (a)	21.290	-	21.290	348.576
Crédito fiscal incorporado (b)	9.461	22.076	9.461	46.962
IR e CS sobre diferenças temporárias (c)				
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias e cíveis	805.557	671.989	1.104.065	950.988
Planos de benefícios pós emprego	126.605	98.833	133.371	104.856
Provisão para redução ao valor recuperável das contas a receber	93.442	97.466	169.434	178.433
Provisão para desmobilização, perdas e alienação de ativos	7.467	8.745	210.107	137.829
Participação nos resultados	34.888	43.368	62.218	82.564
Depreciação acelerada contábil	128.070	101.668	421.768	433.512
Provisão para redução ao valor realizável dos estoques	8.469	12.121	13.951	17.542
Provisão para programa de fidelização	-	-	28.168	23.399
Operações com derivativos	26.522	37.352	42.922	69.387
Fornecedores e outras provisões	62.314	129.087	290.199	354.916
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	81.926	99.143	136.170	110.664
Total do ativo diferido	1.406.011	1.321.848	2.643.124	2.859.628

Passivo diferido				
Crédito fiscal incorporado (b)	(269.514)	(207.668)	(269.514)	(207.668)
IR e CS sobre diferenças temporárias (c)				
Lei da Inovação tecnológica	(209.185)	(224.254)	(416.700)	(333.156)
Variação cambial	(3.383)	(14.742)	(3.383)	(14.742)
Carteira de clientes	(546.383)	(630.896)	(546.383)	(630.896)
Marcas e patentes	(508.178)	(536.808)	(508.178)	(536.808)
Licença	(399.878)	(79.976)	(399.878)	(79.976)
Efeitos dos ágios gerados na incorporação da Vivo Part.	(344.927)	(258.695)	(344.927)	(258.695)
Ágios da Vivo Part.	(266.870)	(53.374)	(266.870)	(53.374)
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	(74.344)	(104.389)	(74.344)	(104.389)
Total do passivo diferido	(2.622.662)	(2.110.802)	(2.830.177)	(2.219.704)
Total do ativo (passivo) líquido, não circulante	(1.216.651)	(788.954)	(187.053)	639.924
Total do ativo diferido líquido, não circulante	-	-	1.029.598	1.428.878
Total do passivo diferido líquido, não circulante	(1.216.651)	(788.954)	(1.216.651)	(788.954)

Os tributos diferidos foram constituídos no pressuposto de realização futura como segue:

- a) Prejuízo fiscal e base negativa: representa o montante registrado, pela Companhia (2012) e controladas (2011), que conforme a legislação tributária brasileira poderá ser compensado no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios sem prazo de prescrição. As controladas TData e TSTV não contabilizaram o potencial crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos que seriam gerados pela utilização de seus prejuízos fiscais e bases negativas no montante de R\$301.081 em 31 de dezembro de 2012 (R\$241.361 em 31 de dezembro de 2011), tendo em vista as incertezas, nesse momento, quanto à capacidade de gerar resultados tributáveis futuros suficientes que assegurem a realização desses tributos diferidos.

A seguir, demonstramos os montantes dos créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa reconhecidos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

	Controladora			Consolidado		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Base do prejuízo fiscal e base negativa em 31.12.11	-	-	-	1.745.928	1.705.050	3.450.978
Crédito fiscal (25% + 9%)	-	-	-	436.482	153.455	589.937
Crédito fiscal reconhecido	-	-	-	259.011	89.565	348.576
Crédito fiscal não reconhecido	-	-	-	177.471	63.890	241.361
Base do prejuízo fiscal e base negativa em 31.12.12	48.264	102.486	150.750	930.409	997.434	1.927.843
Crédito fiscal (25% + 9%)	12.066	9.224	21.290	232.602	89.769	322.371
Crédito fiscal reconhecido	12.066	9.224	21.290	12.066	9.224	21.290
Crédito fiscal não reconhecido	-	-	-	220.536	80.545	301.081

- b) Crédito fiscal incorporado: representado pelos benefícios fiscais oriundos de reestruturações societárias de ágios por expectativa de rentabilidade futura, cujo aproveitamento fiscal obedece ao limite previsto na legislação tributária.
- c) IR e CS sobre diferenças temporárias: a realização ocorrerá por ocasião do pagamento das provisões, da efetiva perda para redução ao valor recuperável das contas a receber ou da realização dos estoques, bem como pela reversão de outras provisões.

As movimentações do ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos são demonstradas a seguir:

	Controladora			Consolidado		
<u>Ativo Diferido</u>	Prejuízo fiscal	Ativos diferidos	Total	Prejuízo fiscal	Ativos diferidos	Total
Saldo em 31.12.10	-	1.011.687	1.011.687	2.325	1.011.687	1.014.012
Adições	-	133.216	133.216	-	252.826	252.826
Baixas e realizações	-	(74.609)	(74.609)	(393.067)	(108.222)	(501.289)
Combinação de negócios	-	251.554	251.554	739.318	1.354.761	2.094.079
Saldo em 31.12.11	-	1.321.848	1.321.848	348.576	2.511.052	2.859.628
Adições	154.657	168.917	323.574	154.657	376.070	530.727
Baixas e realizações	(133.367)	(106.044)	(239.411)	(481.943)	(265.288)	(747.231)
Saldo em 31.12.12	21.290	1.384.721	1.406.011	21.290	2.621.834	2.643.124

	Controladora	Consolidado
<u>Passivo Diferido</u>		
Saldo em 31.12.10	(510.333)	(510.333)
Adições	(246.024)	(274.332)
Baixas e realizações	78.681	176.794
Combinação de negócios	(1.433.126)	(1.611.833)
Saldo em 31.12.11	(2.110.802)	(2.219.704)
Adições	(636.515)	(755.397)
Baixas e realizações	124.655	144.924
Saldo em 31.12.12	(2.622.662)	(2.830.177)

A Companhia prevê a realização dos ativos (passivos) fiscais diferidos líquidos em 31 de dezembro de 2012, conforme demonstrado:

Ano	Controladora	Consolidado
2013	259.724	810.532
2014	92.189	264.867
2015	(5.753)	142.010
2016	(21.620)	(17.122)
2017	(28.932)	(19.784)
2018 em diante	(1.512.259)	(1.367.556)
Total	(1.216.651)	(187.053)

Os valores de recuperação acima estão baseados em projeções que podem sofrer alterações no futuro.

9. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

A Companhia e suas controladas possuem depósitos e bloqueios judiciais vinculados a processos cíveis, trabalhistas e tributários, conforme demonstrado a seguir:

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Depósitos judiciais				
Trabalhista	830.081	718.060	933.866	789.705
Tributário	1.549.738	1.449.211	2.182.719	1.938.470
Cível	667.646	601.347	866.668	715.285
Total	3.047.465	2.768.618	3.983.253	3.443.460
Bloqueios judiciais (a)	20.791	22.102	52.846	47.651
Total	3.068.256	2.790.720	4.036.099	3.491.111

Circulante	-	-	126.625	116.421
Não Circulante	3.068.256	2.790.720	3.909.474	3.374.690

(a) Em 31 de dezembro de 2011, os montantes de R\$25.244 e R\$25.554 na controladora e consolidado, respectivamente, foram reclassificados para a linha de "Aplicações financeiras em garantia".

b) Movimentação

	Controladora				Total
	Trabalhista	Tributário	Cível	Bloqueio Judicial	
Saldos em 31.12.10 no ativo não circulante	553.534	539.919	526.581	41.409	1.661.443
Ingressos	126.575	46.324	122.489	59.668	355.056
Baixas/reversões	(39.080)	(595)	(57.693)	(81.969)	(179.337)
Atualização monetária	38.620	60.821	36.235	-	135.676
Incorporação Vivo Part.	5.457	802.742	3.764	5.919	817.882
Transferências	32.954	-	(30.029)	(2.925)	-
Saldos em 31.12.11 no ativo não circulante	718.060	1.449.211	601.347	22.102	2.790.720
Ingressos	154.180	18.005	93.902	37.267	303.354
Baixas/reversões	(85.558)	(9.301)	(47.042)	(59.728)	(201.629)
Atualização monetária	41.955	96.607	37.249	-	175.811
Transferências	1.444	(4.784)	(17.810)	21.150	-
Saldos em 31.12.12 no ativo não circulante	830.081	1.549.738	667.646	20.791	3.068.256

	Consolidado				Total
	Trabalhista	Tributário	Cível	Bloqueio Judicial	
Saldos em 31.12.10	555.322	546.387	528.887	45.070	1.675.666
Ingressos	139.123	92.412	141.146	83.222	455.903
Baixas/reversões	(42.796)	(5.605)	(76.361)	(99.991)	(224.753)
Combinação de negócios	54.939	1.146.771	77.336	58.113	1.337.159
Consolidação TVA	2.488	24.128	6.542	1.743	34.901
Atualização monetária	39.847	133.211	39.177	-	212.235
Transferências	40.782	1.166	(1.442)	(40.506)	-
Saldos em 31.12.11	789.705	1.938.470	715.285	47.651	3.491.111
Ingressos	193.650	131.495	205.779	55.659	586.583
Baixas/reversões	(93.583)	(17.681)	(77.468)	(71.268)	(260.000)
Atualização monetária	42.714	134.776	40.915	-	218.405
Transferências	1.380	(4.341)	(17.843)	20.804	-
Saldos em 31.12.12	933.866	2.182.719	866.668	52.846	4.036.099

Circulante	37.113	15.939	47.502	26.071	126.625
Não Circulante	896.753	2.166.780	819.166	26.775	3.909.474

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas mantinham diversos depósitos judiciais tributários, perfazendo o montante de R\$1.549.738 (R\$1.449.211 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$2.182.719 (R\$1.938.470 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado. Na nota 20, apresentamos maiores detalhes sobre os assuntos que originaram estes depósitos.

Segue uma breve descrição dos principais depósitos judiciais tributários consolidados:

- Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

A Vivo está envolvida em discussões judiciais que envolvem (i) ação realizada com créditos decorrentes de pagamentos a maior, não reconhecidos pelo fisco; (ii) débito fiscal em face do recolhimento a menor, em virtude de divergências nas declarações acessórias (Declaração de Créditos e Débitos Tributários Federais – DCTFs); e (iii) discussões referentes às alterações de alíquotas e aumento das bases de cálculo promovidas pela Lei nº 9.718/98.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$62.924 (R\$68.532 em 31 de dezembro de 2011).

- Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE)

A Companhia e suas controladas têm questionamentos administrativos e judiciais, visando a afastar a incidência da CIDE sobre remessas de recursos efetuadas para o exterior, oriundas de contratos de transferência de tecnologia, licenciamento de marcas e *softwares* etc.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$5.038 (R\$4.852 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$136.211 (R\$123.228 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

- Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL)

A ANATEL realiza a cobrança da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI) sobre a prorrogação das licenças concedidas e sobre as estações rádio base, estações móveis e radioenlaces.

Tal cobrança resulta do entendimento da ANATEL de que a prorrogação seria fato gerador da TFI e que as estações móveis, ainda que da titularidade de terceiros, também estão sujeitas a TFI. Por entender que esta cobrança é indevida, a Companhia e suas controladas questionam em âmbito judicial a referida taxa.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo na controladora e consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$818.502 (R\$767.530 em 31 de dezembro de 2011).

- Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)

A Companhia e suas controladas possuíam discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) não retenção de IRRF sobre remessas ao exterior a título de tráfego sainte (operadoras fixas); (ii) não retenção de IRRF sobre recebimento de juros sobre o capital próprio (operadoras móveis); e (iii) IRRF incidente sobre rendimento com aluguéis e *royalties*, trabalho assalariado e aplicações financeiras de renda fixa.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$48.759 (R\$46.051 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$58.367 (R\$61.469 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

- Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ)

A Companhia e suas controladas possuíam discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) débitos referentes a compensações de pagamento a maior de IRPJ não homologadas pela Receita Federal do Brasil; e (ii) exigência de estimativas de IRPJ e ausência de recolhimento – débitos do Sistema Integrado de Informações Econômico-Fiscais (SIEF).

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$24.095 (R\$22.617 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$25.422 (R\$23.866 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

- Contribuição à Empresa Brasil de Comunicação (EBC)

O Sindicato das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil) ingressou com mandado de segurança para discutir a Contribuição ao Fomento da Radiodifusão Pública à EBC, criada pela Lei nº 11.652/08. A Companhia e suas controladas, como associadas ao sindicato, efetuaram depósitos judiciais dos valores relativos à referida contribuição.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$34.765 (R\$31.053 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$370.026 (R\$254.328 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

- Contribuição Previdenciária, Seguro Acidente de Trabalho (SAT) e Verbas para Terceiros (INSS)

A Companhia ingressou com mandado de segurança com o objetivo de anular lançamento decorrente da cobrança de (i) SAT e verbas de terceiros sobre pagamentos de "Indenização Compensatória por Supressão de Benefícios" em razão da supressão, por Acordo Coletivo de Trabalho de 1996/1997 e 1998/1999; (ii) e diferencial de alíquota de SAT (1% para 3% de seguro de acidente de trabalho).

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo na controladora e consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$91.915 (R\$88.532 em 31 de dezembro de 2011).

- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)

A Companhia ingressou com mandado de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de não recolher os adicionais de 0,5% e 10% de FGTS instituídos pela Lei Complementar nº 110/2001 incidentes sobre os depósitos realizados pelos empregadores (a discussão não resulta em redução da parte dos depósitos no FGTS realizados pela empresa em nome dos empregados).

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo na controladora e consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$66.386 (R\$62.154 em 31 de dezembro de 2011).

- Imposto sobre o Lucro Líquido (ILL)

A Companhia ingressou com mandado de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de compensação dos valores indevidamente recolhidos a título de ILL, com parcelas vincendas de IRPJ.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo na controladora e consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$49.355 (R\$46.770 em 31 de dezembro de 2011).

- Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST)

A Companhia e suas controladas ingressaram com mandados de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de: (i) não inclusão das despesas de interconexão (ITX) e de exploração industrial de linha dedicada (EILD) na base de cálculo do FUST nas operadoras fixas e (ii) não inclusão das receitas de ITX e EILD na base de cálculo do FUST nas operadoras móveis, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do art. 6º da Lei n.º 9.998, de 17 de agosto de 2000.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$330.331 (R\$291.019 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$341.403 (R\$299.545 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

- Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF)

Em decorrência da incorporação da PTelecom Brasil S.A pela Vivo Part., (incorporada posteriormente pela Companhia), foi absorvido o saldo do depósito judicial, relativo ao mandado de segurança ingressado pela PTelecom Brasil S.A, visando afastar a exigência de CPMF sobre contratos simbólicos e simultâneos de câmbio, exigido pelo Banco Central do Brasil para conversão de empréstimo externo em investimento.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo na controladora e consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$20.899 (R\$20.220 em 31 de dezembro de 2011).

- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) ICMS declarado e não pago; (ii) não incidência do ICMS sobre comunicação inadimplida; (iii) exigência de multa por atraso no recolhimento do imposto, pago espontaneamente; (iv) ICMS supostamente incidente sobre acesso, adesão, habilitação, disponibilidade e utilização de serviços, bem como aqueles relativos a serviços suplementares e facilidades adicionais; (v) direito ao crédito de aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e também de energia elétrica; e (vi) cartões de ativação para o serviço pré-pago.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$168 (R\$33 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$34.235 (R\$29.974 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

- Outros impostos, taxas e contribuições

A Companhia e suas controladas possuíam discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre serviços meios; (ii) Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) não abarcado por isenção; (iii) taxas municipais de fiscalização, funcionamento e publicidade; (iv) taxa de uso do solo; (v) contribuições previdenciárias referente à suposta falta de retenção dos 11% sobre o valor de várias notas fiscais, faturas e recibos de prestadoras de serviços contratados mediante cessão de mão de obra; e (vi) Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração (PPNUM) pela ANATEL.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$59.525 (R\$68.380 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$107.074 (R\$92.322 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

10. DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Propaganda e publicidade	817	817	173.688	171.566
Aluguéis	8.738	8.520	31.207	24.126
Seguros	4.731	6.452	10.705	10.289
Manutenção de software	4.496	13.161	7.872	14.503
Encargos financeiros	-	-	3.247	3.426
Impostos, taxas e contribuições	343	326	1.654	974
Outras	7.485	8.429	19.964	30.172
Total circulante	26.610	37.705	248.337	255.056
Propaganda e publicidade	-	-	130	835
Aluguéis	11.795	15.202	20.000	19.618
Seguros	3.144	860	3.545	1.695
Encargos financeiros	-	-	3.905	5.317
Outras	1.781	2.228	3.816	4.673
Total não circulante	16.720	18.290	31.396	32.138

11. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Adiantamentos a empregados e fornecedores	70.888	59.412	97.152	73.646
Créditos com partes relacionadas	95.916	190.333	38.033	40.285
Subsídio na venda de aparelhos celulares	-	-	53.756	53.408
Crédito com fornecedores (a)	16.930	17.057	479.283	217.255
Outros valores a realizar	14.711	21.485	37.900	39.218
Total circulante	198.445	288.287	706.124	423.812
Créditos junto a Barramar S.A. (b)	-	-	47.797	52.248
Valores vinculados ao Tesouro Nacional	-	13.819	-	13.819
Superávit plano de pensão	17.595	29.621	48.048	31.210
Créditos com partes relacionadas	34.643	37.068	20.118	20.214
Outros valores a realizar	23.349	28.713	24.142	30.802
Total não circulante	75.587	109.221	140.105	148.293

(a) Os valores consolidados em 31 de dezembro de 2012, incluem R\$362.774 referente à operação de alienação de torres de transmissão não estratégicas de propriedade da Vivo, com garantia de recebimento apresentada pelo comprador.

(b) Referem-se a créditos com a empresa Barramar S.A., registrados na Companhia AIX de Participações, líquidos da provisão para perdas.

12. INVESTIMENTOS

	Saldos em 31.12.11	Adições	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e aprovados	Outros resultados abrangentes	Baixa do valor residual	Outros movimentos	Saldos em 31.12.12
Participações em controladas	10.001.448	244.291	3.995.228	(2.932.200)	22.871	-	(3.240)	11.328.398
Aliança Atlântica Holding B.V.	52.023	-	861	(1.140)	5.266	-	-	57.010
A. Telecom S.A.	722.857	-	9.336	(91.353)	(72)	-	-	640.768
Companhia AIX de Participações	64.775	-	(275)	(2.317)	-	-	-	62.183
Companhia ACT de Participações	3	-	2	-	-	-	-	5
Telefônica Data S.A.	198.555	210.000	(98.598)	-	(766)	-	(3.855)	305.336
Telefônica Sistemas de Televisão S.A.	213.387	-	(51.195)	-	-	-	936	163.128
Vivo S.A.	8.685.946	-	4.173.983	(2.837.390)	17.957	-	-	10.040.496
GTR Participações e Empreendimentos S.A. (b)	2.073	776	(999)	-	-	-	11	1.861
Lemontree Participações S.A. (b)	19.681	2.877	(11.019)	-	-	-	(135)	11.404
Comercial Cabo TV São Paulo S.A. (b)	35.517	28.638	(22.537)	-	722	-	(244)	42.096
TVA Sul Paraná S.A. (b)	6.631	2.000	(4.331)	-	(236)	-	47	4.111
Ágios	10.208.980	-	-	-	-	-	-	10.208.980
Outras participações (a)	35.455	-	-	-	(5.068)	(6.704)	-	23.683
Zon Multimídia – partic. Direta (d)	6.737	-	-	-	(33)	(6.704)	-	-
Outros investimentos	28.718	-	-	-	(5.035)	-	-	23.683
Total de investimentos na controladora	20.245.883	244.291	3.995.228	(2.932.200)	17.803	(6.704)	(3.240)	21.561.061
Outras participações(a)	2.380	-	-	-	(500)	(1.880)	-	-
Zon Multimídia – partic. Indireta (d)	2.380	-	-	-	(500)	(1.880)	-	-
Total de investimentos no consolidado	37.835	-	-	-	(5.568)	(8.584)	-	23.683

	Saldos em 31.12.10	Adições	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e aprovados	Outros resultados abrangentes	Incorporação Vivo Part	Saldos em 31.12.11
Participações em controladas	1.266.272	9.176.917	2.562.983	(1.040.211)	564	(1.965.077)	10.001.448
Aliança Atlântica Holding B.V.	60.248	-	1.057	(12.835)	3.553	-	52.023
A. Telecom S.A.	612.934	-	110.037	-	(114)	-	722.857
Companhia AIX de Participações	68.900	-	3.251	(7.376)	-	-	64.775
Companhia ACT de Participações	6	-	(3)	-	-	-	3
Telefônica Data S.A.	206.424	114.000	(122.036)	-	167	-	198.555
Telefônica Sistemas de Televisão S.A.	259.770	-	(46.383)	-	-	-	213.387
Vivo S.A.	-	-	1.081.911	(1.020.000)	(3.042)	8.627.077	8.685.946
Vivo Participações S.A.	-	9.058.997	1.533.157	-	-	(10.592.154)	-
GTR Participações e Empreendimentos S.A. (b)	2.055	-	18	-	-	-	2.073
Lemontree Participações S.A. (b)	17.047	3.920	(1.286)	-	-	-	19.681
Comercial Cabo TV São Paulo S.A. (b)	32.392	-	3.125	-	-	-	35.517
TVA Sul Paraná S.A. (b)	6.496	-	135	-	-	-	6.631
Ágios	1.064.644	11.468.537	-	-	-	(2.324.201)	10.208.980
Mais valia dos ativos líquidos adquiridos, atribuída à controladora (c)	-	10.742.820	(254.333)	-	-	(10.488.487)	-
Outras participações (a)	39.657	-	-	-	(4.202)	-	35.455
Zon Multimídia – partic. Direta	9.036	-	-	-	(2.299)	-	6.737
Outros investimentos	30.621	-	-	-	(1.903)	-	28.718
Total de investimentos na controladora	2.370.573	31.388.274	2.308.650	(1.040.211)	(3.638)	(14.777.765)	20.245.883
Outras participações(a)	3.190	-	-	-	(810)	-	2.380
Zon Multimídia – partic. Indireta	3.190	-	-	-	(810)	-	2.380
Total de investimentos no consolidado	42.847	-	-	-	(5.012)	-	37.835

- (a) Os valores de outras participações estão avaliados pelo valor justo.
(b) Consolidadas a partir de 1º de janeiro de 2011 (nota 2.2).
(c) Compreende a alocação dos ativos identificáveis em R\$16.560.000, passivo contingente em R\$283.000, líquido dos impostos diferidos em R\$5.534.180, referente à aquisição da Vivo Part., os quais foram alocados na Controladora com a posterior incorporação da mencionada companhia em 3 de outubro de 2011 (nota 4).
(d) Em 8 de maio de 2012, a Companhia alienou sua participação societária na ZON (nota 2.2).

Controladas consolidadas proporcionalmente

A Companhia tem participação acionária de 50% nas empresas Aliança, AIX e ACT, as quais são consolidadas proporcionalmente. A natureza de cada operação está detalhada na nota (1.c).

A proporção correspondente à Companhia dos ativos, passivos, receitas e despesas das entidades consolidadas proporcionalmente em 31 de dezembro de 2012 e 2011 para os exercícios findos nessas datas, incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas, foram:

	31.12.12			31.12.11		
	Cia ACT	Cia AIX	Aliança Atlântica	Cia ACT	Cia AIX	Aliança Atlântica
Ativo circulante	5	6.707	58.161	4	3.501	49.655
Ativo não circulante	-	60.012	-	-	65.461	2.378
Passivo circulante	-	1.640	1.151	1	2.338	10
Passivo não circulante	-	2.896	-	-	1.849	-
Patrimônio líquido	5	62.183	57.010	3	64.775	52.023
Receitas	35	25.353	2.920	25	27.491	1.139
Despesas	(33)	(25.628)	(2.059)	(28)	(24.240)	(82)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	2	(275)	861	(3)	3.251	1.057

13. IMOBILIZADO LÍQUIDO

13.a) Composição

Em 31 de dezembro de 2012:

	Controladora			Consolidado		
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos de comutação	11.688.628	(10.459.546)	1.229.082	15.533.267	(13.282.873)	2.250.394
Equipamentos e meios de transmissão	20.514.733	(16.165.541)	4.349.192	30.747.089	(23.674.159)	7.072.930
Equipamentos terminais/modens	5.293.989	(4.219.074)	1.074.915	9.887.957	(8.319.054)	1.568.903
Infraestrutura	8.620.997	(6.103.762)	2.517.235	13.303.406	(9.041.716)	4.261.690
Materiais e equipamentos de televisão	-	-	-	1.054.592	(861.018)	193.574
Outros	1.378.888	(1.224.644)	154.244	3.669.465	(2.863.451)	806.014
Provisões para perda	(14.262)	-	(14.262)	(19.073)	-	(19.073)
Bens e instalações em andamento	709.857	-	709.857	1.476.419	-	1.476.419
Total	48.192.830	(38.172.567)	10.020.263	75.653.122	(58.042.271)	17.610.851

Em 31 de dezembro de 2011:

	Controladora			Consolidado		
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos de comutação	11.445.943	(10.204.823)	1.241.120	15.084.380	(13.133.295)	1.951.085
Equipamentos e meios de transmissão	19.802.238	(15.738.322)	4.063.916	30.051.932	(23.289.097)	6.762.835
Equipamentos terminais/modens	4.634.852	(3.671.023)	963.829	8.830.900	(7.283.847)	1.547.053
Infraestrutura	8.483.629	(5.837.164)	2.646.465	13.124.946	(8.504.974)	4.619.972
Materiais e equipamentos de televisão	-	-	-	907.865	(728.696)	179.169
Outros	1.384.460	(1.176.466)	207.994	3.546.825	(2.758.443)	788.382
Provisões para perda	(17.467)	-	(17.467)	(23.435)	-	(23.435)
Bens e instalações em andamento	585.660	-	585.660	1.328.859	-	1.328.859
Total	46.319.315	(36.627.798)	9.691.517	72.852.272	(55.698.352)	17.153.920

13.b) Movimentação

	Controladora				Depreciação (d)	Saldo em 31.12.12
	Saldo em 31.12.11	Adições	Baixas líquidas	Transferências líquidas		
Equipamentos de comutação	1.241.120	40.660	(56)	202.097	(254.739)	1.229.082
Equipamentos e meios de transmissão	4.063.916	345.101	(12.568)	414.522	(461.779)	4.349.192
Equipamentos terminais/modens	963.829	654.597	(3.576)	4.837	(544.772)	1.074.915
Infraestrutura	2.646.465	14.416	(4.518)	133.571	(272.699)	2.517.235
Outros	207.994	1.815	(1.039)	1	(54.527)	154.244
Provisões para perda (b)	(17.467)	-	3.205	-	-	(14.262)
Bens e instalações em andamento	585.660	895.062	(12.175)	(758.690)	-	709.857
Total	9.691.517	1.951.651	(30.727)	(3.662)	(1.588.516)	10.020.263

Consolidado						
	Saldo em 31.12.11	Adições	Baixas líquidas (a)	Transferências líquidas (c)	Depreciação (d)	Saldo em 31.12.12
Equipamentos de comutação	1.951.085	59.238	(14.103)	706.758	(452.584)	2.250.394
Equipamentos e meios de transmissão	6.762.835	396.498	27.960	995.829	(1.110.192)	7.072.930
Equipamentos terminais/modens	1.547.053	1.084.260	(4.261)	(14.488)	(1.043.661)	1.568.903
Infraestrutura (a)	4.619.972	42.599	(180.142)	474.162	(694.901)	4.261.690
Materiais e equipamentos de televisão	179.169	121.817	(8)	21.789	(129.193)	193.574
Outros	788.382	216.483	(3.177)	50.040	(245.714)	806.014
Provisões para perda (b)	(23.435)	(1.965)	6.327	-	-	(19.073)
Bens e instalações em andamento	1.328.859	2.419.269	(15.184)	(2.256.525)	-	1.476.419
Total	17.153.920	4.338.199	(182.588)	(22.435)	(3.676.245)	17.610.851

Controladora						
	Saldo em 31.12.10	Adições	Baixas líquidas	Transferências líquidas	Depreciação (d)	Saldo em 31.12.11
Equipamentos de comutação	1.231.455	53.956	(2.235)	198.390	(240.446)	1.241.120
Equipamentos e meios de transmissão	3.672.915	382.707	(19.391)	444.550	(416.865)	4.063.916
Equipamentos terminais/modens	1.005.549	566.649	(4.217)	33.190	(637.342)	963.829
Infraestrutura	2.794.729	23.565	(20.641)	133.118	(284.306)	2.646.465
Outros	194.790	58.176	(2.186)	18.274	(61.060)	207.994
Provisões para perda (b)	(26.064)	-	8.597	-	-	(17.467)
Bens e instalações em andamento	702.585	738.425	(13.442)	(841.908)	-	585.660
Total	9.575.959	1.823.478	(53.515)	(14.386)	(1.640.019)	9.691.517

Consolidado								
	Saldo em 31.12.10	Adições	Baixas líquidas	Transferências líquidas	Depreciação (d)	Combinação de negócios	Consolidação TVA	Saldo em 31.12.11
Equipamentos de comutação	1.234.081	60.166	(5.087)	390.972	(346.804)	617.757	-	1.951.085
Equipamentos e meios de transmissão	3.709.166	377.411	(49.123)	1.106.119	(847.229)	2.441.209	25.282	6.762.835
Equipamentos terminais/modens	1.274.037	991.417	(4.819)	1.081	(1.002.764)	258.714	29.387	1.547.053
Infraestrutura	2.811.505	228.124	(61.059)	492.876	(703.375)	1.851.056	845	4.619.972
Materiais e equipamentos de televisão	187.343	125.865	-	(53.488)	(109.607)	-	29.056	179.169
Outros	218.469	160.948	(4.879)	48.747	(193.108)	556.973	1.232	788.382
Provisões para perda (b)	(41.373)	-	8.985	8.953	-	-	-	(23.435)
Bens e instalações em andamento	807.469	2.068.327	(12.609)	(2.009.147)	-	472.649	2.170	1.328.859
Total	10.200.697	4.012.258	(128.591)	(13.887)	(3.202.887)	6.198.358	87.972	17.153.920

- (a) Os valores de baixas líquidas incluem o montante de R\$138.812, referente à alienação de torres e *rooftops* não estratégicos de propriedade da Vivo.
- (b) A Companhia e suas controladas reconheceram provisão para possível obsolescência de materiais utilizados para manutenção do imobilizado fundamentada nos patamares de uso histórico e expectativa de utilização futura.
- (c) Os saldos remanescentes nas transferências demonstradas no quadro anterior, R\$18.774 referem-se aos valores residuais das operações de vendas de torres e *rooftops* pendentes de transferência de risco e propriedade, que serão reconhecidos como baixas líquidas no momento do reconhecimento das respectivas receitas.
- (d) As adições dos custos e despesas de depreciação estão apresentadas na linha de "Depreciação e Amortização" nas notas 25, 26 e 27.

13.c) Taxas de depreciação

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os ativos imobilizados foram depreciados de forma linear à taxa anual, como segue:

Equipamentos de comutação	10,00 a 33,33
Equipamentos e meios de transmissão	5,00 a 14,29
Equipamentos terminais/modens	10,00 a 66,67
Infraestrutura	4,00 a 66,67
Materiais e equipamentos de televisão	8,00 a 20,00
Outros ativos imobilizados	10,00 a 20,00

13.d) Bens do imobilizado em garantia

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas possuíam bens do ativo imobilizado dados em garantia em processos judiciais no montante de R\$150.194 (R\$16.527 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$235.847 (R\$70.317 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

13.e) Capitalização de custos de empréstimos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia e controladas não capitalizaram custos de empréstimos em função de não haver ativos qualificáveis.

14. INTANGÍVEL LÍQUIDO

14.a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Ágios	-	-	10.225.280	10.225.280
Outros intangíveis	15.730.850	16.565.398	19.784.009	19.828.404
Total	15.730.850	16.565.398	30.009.289	30.053.684

A seguir apresentamos a movimentação dos ágios em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	Consolidado			
	31.12.10	Adição por combinação de negócios	31.12.11	31.12.12
Ajato Telecomunicações Ltda.	149	-	149	149
Spanish e Figueira (incorporado da TDBH) (a)	212.058	-	212.058	212.058
Santo Genovese Participações Ltda. (b)	71.892	-	71.892	71.892
Telefônica Televisão Participações S.A. (c)	780.693	-	780.693	780.693
Vivo Participações S. A. (d)	-	7.169.577	7.169.577	7.169.577
Telemig Celular S. A. (e)	-	133.896	133.896	133.896
Telemig Celular Participações S. A. (e)	-	1.485.172	1.485.172	1.485.172
Global Telecom S. A. (e)	-	204.762	204.762	204.762
Tele Centro Oeste Celular Participações S. A. (e)	-	150.930	150.930	150.930
Ceterp Celular S. A. (e)	-	16.151	16.151	16.151
Total	1.064.792	9.160.488	10.225.280	10.225.280

- (a) Ágio oriundo da cisão parcial da empresa Figueira que foi vertido para a Companhia em virtude da incorporação da Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH) em 2006.
- (b) Ágio gerado na aquisição do controle da Santo Genovese Participações Ltda. (controladora da Atrium Telecomunicações Ltda.), ocorrida em 2004.
- (c) Ágio gerado na aquisição da TTP (anteriormente Navytreet) incorporada em 2008 e está fundamentado em estudo de rentabilidade futura.
- (d) Ágio gerado na aquisição da Vivo Part. em abril de 2011.
- (e) Ágios oriundos da Vivo Part., vertidos para a Companhia através da incorporação ocorrida em 2011.

O saldo de outros intangíveis estava composto em 31 de dezembro de 2012 e 2011, como segue:

Em 31 de dezembro de 2012:

	Controladora			Consolidado		
	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido
Softwares	3.215.274	(2.652.564)	562.710	9.516.578	(7.625.745)	1.890.833
Carteira de clientes	1.990.278	(383.269)	1.607.009	2.114.561	(507.552)	1.607.009
Marcas e Patentes	1.601.408	(106.767)	1.494.641	1.643.511	(148.870)	1.494.641
Licença	12.644.000	(580.000)	12.064.000	16.987.547	(2.275.703)	14.711.844
Outros	187.711	(185.221)	2.490	719.431	(690.791)	28.640
Softwares em andamento	-	-	-	51.042	-	51.042
Total	19.638.671	(3.907.821)	15.730.850	31.032.670	(11.248.661)	19.784.009

Em 31 de dezembro de 2011:

	Controladora			Consolidado		
	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido
Softwares	3.003.719	(2.411.994)	591.725	8.744.914	(6.883.758)	1.861.156
Carteira de clientes	1.990.278	(127.447)	1.862.831	2.114.561	(251.730)	1.862.831
Marcas e Patentes	1.601.408	(22.562)	1.578.846	1.643.511	(64.665)	1.578.846
Licença	12.644.000	(116.000)	12.528.000	15.937.373	(1.577.392)	14.359.981
Fundo de comércio	-	-	-	38.800	(31.116)	7.684
Outros	187.711	(183.715)	3.996	683.021	(658.554)	24.467
Software em Andamento	-	-	-	133.439	-	133.439
Total	19.427.116	(2.861.718)	16.565.398	29.295.619	(9.467.215)	19.828.404

14.b) Movimentação

	Controladora				
	Saldo em 31.12.11	Adições	Transferências líquidas	Amortização (b)	Saldo em 31.12.12
Softwares	591.725	207.890	3.662	(240.567)	562.710
Carteira de clientes	1.862.831	-	-	(255.822)	1.607.009
Marcas e patentes	1.578.846	-	-	(84.205)	1.494.641
Licença	12.528.000	-	-	(464.000)	12.064.000
Outros	3.996	-	-	(1.506)	2.490
Total	16.565.398	207.890	3.662	(1.046.100)	15.730.850

	Consolidado					
	Saldo em 31.12.11	Adições	Baixas líquidas	Transferências líquidas (a)	Amortização (b)	Saldo em 31.12.12
Softwares	1.861.156	486.278	(18)	313.630	(770.213)	1.890.833
Carteira de clientes	1.862.831	-	-	-	(255.822)	1.607.009
Marcas e Patentes	1.578.846	-	-	-	(84.205)	1.494.641
Licença	14.359.981	1.050.200	-	-	(698.337)	14.711.844
Fundo de comércio	7.684	-	-	(7.684)	-	-
Outros	24.467	12.510	-	-	(8.337)	28.640
Softwares em andamento	133.439	227.572	-	(309.969)	-	51.042
Total	19.828.404	1.776.560	(18)	(4.023)	(1.816.914)	19.784.009

	Controladora				
	Saldo em 31.12.10	Adições	Transferências líquidas	Amortização (b)	Combinação de negócios
Softwares	607.788	229.921	14.386	(260.370)	-
Carteira de clientes	14.512	-	-	(69.398)	1.917.717
Marcas e patentes	-	-	-	(21.051)	1.599.897
Licença	-	-	-	(116.000)	12.644.000
Outros	4.489	2.944	-	(3.437)	-
Total	626.789	232.865	14.386	(470.256)	16.161.614

	Consolidado						
	Saldo em 31.12.10	Adições	Baixas líquidas	Transferências líquidas	Amortização (b)	Combinação de negócios	Saldo em 31.12.11
Softwares	638.975	380.942	(64)	161.984	(632.725)	1.312.044	1.861.156
Carteira de clientes	14.512	-	-	-	(193.681)	2.042.000	1.862.831
Marcas e Patentes	-	-	-	-	(63.154)	1.642.000	1.578.846
Licença	-	811.754	-	-	(483.743)	14.031.970	14.359.981
Fundo de comércio	-	2.976	-	-	(1.962)	6.670	7.684
Outros	12.195	10.436	(314)	(1.263)	(7.842)	1.487	24.467
Softwares em andamento	-	183.179	-	(146.834)	-	97.094	133.439
Total	665.682	1.389.287	(378)	13.887	(1.383.107)	19.133.265	19.828.404

- (a) Dos saldos remanescentes nas transferências demonstradas no quadro anterior, R\$7.684 referem-se a transferência do Fundo de Comércio para despesas antecipadas da Vivo e R\$3.662 para o imobilizado.
- (b) As adições dos custos e despesas de amortização estão apresentadas na linha de "Depreciação e Amortização" nas notas 25, 26 e 27.

14.c) Taxas de amortização

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os ativos intangíveis foram amortizados de forma linear à taxa anual, como segue:

	Controladora	Consolidado
Software	20,00	20,00 a 33,33
Carteira de clientes	10,00	9,00 a 15,00
Marcas e patentes	5,00	5,00
Licenças	3,60 a 20,00	3,60 a 20,00
Outros ativos intangíveis	10,00 a 20,00	10,00 a 20,00

15. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Salários e remunerações	34.771	36.817	38.640	40.651
Encargos e benefícios sociais	81.576	95.222	204.778	223.359
Participação de empregados nos resultados	89.433	112.392	172.937	214.983
Outros	-	7	-	16.631
Total	205.780	244.438	416.355	495.624

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Fornecedores diversos	1.741.088	1.939.717	5.205.511	5.348.202
Valores a repassar	93.239	61.694	151.809	146.437
Interconexão / Interligação	356.720	395.576	532.057	513.646
Assistência técnica	-	-	-	29.030
Total	2.191.047	2.396.987	5.889.377	6.037.315

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Tributos sobre a renda	-	-	243.542	129.610
Imposto de renda e contribuição social a pagar (a)	-	-	243.542	129.610
Tributos indiretos	559.112	732.577	2.026.687	1.995.452
ICMS (b)	405.103	588.631	1.534.750	1.585.884
PIS e COFINS	135.006	118.295	362.998	319.981
Fust e Funttel	11.886	18.050	34.853	38.306
Outros	7.117	7.601	94.086	51.281
Total	559.112	732.577	2.270.229	2.125.062
Circulante	529.055	700.187	1.781.480	1.691.991
Não circulante	30.057	32.390	488.749	433.071

- (a) Os valores de imposto de renda e contribuição social a pagar estão apresentados líquidos dos recolhimentos por estimativa.
- (b) A parcela do passivo não circulante, inclui o valor de R\$437.295 em 31 de dezembro de 2012 (R\$380.271 em 31 de dezembro de 2011) referentes ao ICMS - Programa Paraná Mais Emprego, decorrente do convênio com o Governo do Estado do Paraná, referente à postergação do pagamento de ICMS. Este Convênio estabelece que o vencimento do ICMS ocorra sempre no 49º mês subsequente àquele em que o ICMS for apurado. Esse valor é atualizado pela variação do Fator de Correção Anual (FCA).

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

18.1 – Empréstimos e Financiamentos

	Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				31.12.12 (a)	31.12.11 (a)	31.12.12 (a)	31.12.11 (a)
Financiamento – BNDES	URTJLP (b)	TJLP+3,73%	15/05/15	938.063	1.327.147	938.063	1.327.147
Financiamento – BNDES	URTJLP (b)	TJLP+1,73%	15/05/15	50.770	71.821	50.770	71.821
Financiamento – BNDES	R\$	5,50%	15/01/21	1.957	1.912	1.957	1.912
Empréstimo – Mediocrédito	US\$	1,75%	02/02/14	9.310	14.027	9.310	14.027
Empréstimo – Capital Giro	R\$	108,90% CDI		-	91.570	-	91.570
Empréstimo – Resolução 4131	US\$	4,10%	25/10/13	326.263	282.205	326.263	282.205
Financiamento – BNDES	URTJLP (b)	TJLP+0% a 4,30%	15/07/19	-	-	1.916.737	1.659.858
Financiamento – BNDES	UMBND (c)	ECM (d) + 2,38% a.a.	15/07/19	-	-	455.296	194.276
Financiamento – BNDES	R\$	4,50% a 5,50%	15/10/20	-	-	146.365	135.471
Empréstimos – BEI	US\$	4,18% a 4,47%	02/03/15	-	-	795.601	707.975
Financiamento – BNB	R\$	10,00%	30/10/16	-	-	338.610	438.279
Comissão BBVA		0,43%	28/02/15	-	-	241	221
Financiamento – BNDES	URTJLP (b)	TJLP+5,0%	15/01/15	-	-	2.071	-
Financiamento – BNDES	URTJLP (b)	TJLP+5,70%	15/04/16	-	-	2.312	2.071
Financiamento – BNDES	URTJLP (b)	TJLP+9,00%	15/04/16	-	-	1.901	2.341
Financiamento – BNDES PSI	R\$	5,50% e 8,70%	15/04/16	-	-	25.471	17.628
Financiamento – Leasing	R\$	14,70%	09/11/13	-	-	356	726
Total				1.326.363	1.788.682	5.011.324	4.947.528
Circulante				743.941	510.899	1.255.323	988.413
Não circulante				582.422	1.277.783	3.756.001	3.959.115

- (a) Valores apresentados ao valor justo, quando aplicável.
- (b) URTJLP – Unidade de Referência da Taxa de Juros de Longo Prazo, utilizada pelo BNDES como moeda contratual nos contratos de financiamento.
- (c) UMBND – Unidade monetária, baseada em uma cesta de moedas utilizada pelo BNDES como moeda contratual nos contratos de financiamento que tenham como base recursos captados em moeda estrangeira.
- (d) ECM é a taxa divulgada pelo BNDES trimestralmente e refere-se aos encargos de cesta de moedas.

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

- Em outubro de 2007 foi aprovado um crédito para a Companhia para financiar investimentos de produtos e serviços de produção nacional. A totalidade destes recursos já foi sacada e os respectivos investimentos estão comprovados e aceitos pelo BNDES.
- Em agosto de 2007, a Vivo contratou junto ao BNDES uma linha de financiamento no valor de R\$1.530.459. Os recursos foram liberados com a finalidade de financiar projetos de investimento para a implantação e ampliação da capacidade de rede móvel em todo território nacional. As liberações de crédito ocorreram parceladamente e em 31 de dezembro de 2011 não havia mais nenhum crédito disponível para saque. O contrato tem prazo total de sete anos, com pagamento de principal em 60 prestações mensais e sucessivas desde 15 de setembro 2009, após um período de dois anos de carência.

Em 14 de outubro de 2011 foi contratada, junto ao BNDES, uma linha de financiamento no valor total de R\$3.031.110. Os recursos desta linha são destinados a investimentos na expansão e melhoria da rede atual, implantação de infraestrutura necessária para novas tecnologias, entre os anos de 2011 e 2013, além da construção de um *data center* em Tamboré (SP) e projetos sociais.

O contrato tem prazo total de oito anos, com um período de carência que vence em 15 de julho de 2014 onde serão pagos somente os juros trimestralmente. Após esse período serão pagos juros e amortizações do principal em 60 prestações mensais e sucessivas.

Como dois dos cinco sub créditos que constituem esse financiamento têm taxas de juros inferiores às taxas praticadas no mercado (TJLP e TJLP + 1,48%), esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20/CPC 7. Desta forma, utilizando o método de juros efetivos definido pelo IAS 39/CPC 38, foi efetuado um comparativo entre (i) o valor total da dívida calculada com base nas taxas definidas em contrato; e (ii) o valor total da dívida calculada com base nas taxas praticadas pelo mercado (valor justo). A subvenção concedida pelo BNDES, ajustada a valor presente e diferida de acordo com a vida útil do ativo financiado resultou em um saldo até 31 de dezembro de 2012 de R\$18.322 (R\$21.418 em 31 de dezembro de 2011).

Até 31 de dezembro de 2012 foram liberados R\$1.802.113 (R\$1.004.177 em 31 de dezembro de 2011).

- Em janeiro de 2010, foi aprovada uma linha de financiamento para a Vivo, junto ao BNDES no valor de até R\$319.927 através do Programa de Sustentação do Investimento (BNDES PSI). Os recursos estão sendo utilizados em projetos de ampliação da capacidade de rede via aquisição de equipamentos nacionais previamente cadastrados (finamizáveis) junto ao BNDES, e liberados conforme a comprovação de realização dos investimentos. Até 31 de dezembro de 2012 foram liberados R\$184.489 e o saldo remanescente de R\$135.438 foi cancelado.

Por se tratar de financiamento com taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (4,5% a 5,5% a.a. pré-fixados), esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20/CPC 7. Desta forma, utilizando o método de juros efetivos definido pelo IAS 39/CPC 38, foi efetuado um comparativo entre (i) o valor total da dívida calculada com base nas taxas fixadas em contrato; e (ii) o valor total da dívida calculada com base nas taxas praticadas pelo mercado (valor justo). A subvenção concedida pelo BNDES, ajustada a valor presente e diferida de acordo com a vida útil do ativo financiado resultou em um saldo até 31 de dezembro de 2012 de R\$23.876 (R\$29.007 em 31 de dezembro de 2011).

Com o processo de conferência de acervo patrimonial, a Vivo passou a responder pelos contratos de financiamento que antes pertenciam à extinta Vivo Part., cujo saldo era de R\$26.825 em 31 de dezembro de 2012 (R\$24.848 em 31 de dezembro de 2011).

- Em novembro de 2010 e em março de 2011 foram aprovadas linhas de financiamento para a Comercial Cabo no valor total de R\$40.163 junto ao BNDES. Até 31 de dezembro de 2012 foram liberados R\$41.950 (R\$24.237 em 31 de dezembro de 2011). Esta operação também se enquadra no escopo do IAS 20/CPC 7, por ter taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (5,5% a.a. pré-fixados), e a subvenção concedida pelo BNDES, ajustada a valor presente, resultou em 31 de dezembro de 2012 em R\$2.404 (R\$2.401 em 31 de dezembro de 2011).

- Em dezembro de 2010, foi aprovada linha de financiamento para a Companhia no valor total de R\$5.417 junto ao BNDES através do Programa de Sustentação do Investimento (BNDES PSI). Em 31 de dezembro de 2012 o saldo era de R\$1.946 (R\$1.912 em 31 de dezembro de 2011). Esta operação também se enquadra no escopo do IAS 20/CPC 7, por ter taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (5,5% a.a. pré-fixados), e a subvenção concedida pelo BNDES, ajustada a valor presente, resultou em 31 de dezembro de 2012 em R\$331 (R\$376 em 31 de dezembro de 2011).

Médiocrédito

Empréstimo tomado em 1993 através da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás) e *Instituto Centrale per il Credito a Médio Termine (Mediocredito Centrale)* no montante de US\$45.546 com amortizações semestrais vencendo em 2014, destinado a realização de uma rede de telefonia rural via satélite no Estado de Mato Grosso. Há um derivativo contratado para proteger a Companhia dos riscos cambiais associados a esta dívida e, por ser um *hedge* efetivo, foi adotada a metodologia de *hedge accounting*. Portanto, em 31 de dezembro de 2012 o risco coberto deste instrumento foi reconhecido no balanço pelo seu valor justo nesta data.

Banco Europeu de Investimentos - BEI

Foi contratada uma linha de financiamento pela Vivo junto ao BEI no valor €250 milhões (equivalente na contratação à US\$365 milhões). Os recursos foram liberados em duas parcelas sendo a primeira em 19 de dezembro de 2007 e a segunda em 28 de fevereiro de 2008. O contrato tem prazo total de sete anos, com pagamento do principal em duas prestações, em 19 de dezembro de 2014 e 2 de março de 2015. Os juros são cobrados semestralmente de acordo com as datas de cada liberação. O contrato possui uma operação de *swap* atrelada que transforma o risco da variação cambial em percentual de variação do CDI.

Banco do Nordeste – BNB

- Em 29 de janeiro de 2007, foi contratada uma linha de financiamento junto ao BNB no valor de R\$247.240. Estes recursos foram destinados a projetos de investimento na implantação e ampliação da capacidade de rede móvel celular dentro da região Nordeste. O contrato tem prazo total de dez anos, com pagamento do principal em 96 parcelas, após o prazo de 2 anos de carência.
- Em 30 de outubro de 2008, foi contratada uma linha de financiamento junto ao BNB no valor de R\$389.000. Estes recursos foram destinados a projetos de investimento na implantação e ampliação da capacidade de rede móvel celular dentro da região Nordeste. O contrato tem prazo total de dez anos, com pagamento do principal em 96 parcelas, após o prazo de 2 anos de carência.

18.2 – Debêntures

	Controladora/Consolidado				
	Moeda	Encargos	Vencimento	31.12.12	31.12.11
Debêntures (2ª emissão) – Série 2	R\$	106,00% do CDI		-	346.470
Debêntures (4ª emissão) – Série 1 e 2	R\$	108,00% a 112,00% do CDI	15/10/14	744.678	756.617
Debêntures (4ª emissão) – Série 3	R\$	IPCA+7,00%	15/10/14	96.249	87.390
Debêntures (1ª emissão) – Telemig	R\$	IPCA+0,50%	05/07/21	72.137	67.935
Debêntures (3ª emissão)	R\$	100,00% do CDI + 0,75	10/09/17	2.044.674	-
Custo de emissões	R\$			(1.833)	(1.981)
Total				<u>2.955.905</u>	<u>1.256.431</u>
Circulante				702.215	468.624
Não circulante				2.253.690	787.807

Captação pela Vivo Part.

2ª Emissão

No âmbito do primeiro programa de distribuição de valores mobiliários no valor de R\$2 bilhões anunciado em 20 de agosto de 2004, a Vivo Part. emitiu, em 1º de maio de 2005, debêntures relativas à 2ª emissão, no valor de R\$1 bilhão, com prazo de duração de dez anos, contados da data de emissão em 1º de maio de 2005.

Esta oferta consistiu na emissão em duas séries, sendo R\$200 milhões na primeira série e R\$800 milhões na segunda série com vencimento final em 4 de maio de 2015. As debêntures da primeira série foram resgatadas antecipadamente em 31 de janeiro de 2011 e as da segunda série rendem juros, com pagamentos semestrais correspondentes a 106,00% (segunda série) da acumulação das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de um dia, extra grupo (taxas DI), calculadas e divulgadas pela Central de Custódia e Liquidação de Títulos (CETIP S.A.).

Em 29 de julho de 2011 a Assembleia Geral de Debenturistas, em primeira convocação, deliberou sobre a aprovação da transferência das debêntures da 2ª Distribuição Pública de emissão da Vivo Part. para a Telefônica Brasil sem alteração dos termos e condições, e correspondente aditamento da Escritura para refletir a alteração de titularidade da emissora.

1ª Série

Em 31 de janeiro de 2011 ocorreu o resgate antecipado e integral da 1ª série da 2ª emissão da Vivo Part., totalizando 20.000 debêntures, escriturais, não-conversíveis em ação, da espécie quirografária, com valor nominal de R\$10 (dez mil reais), totalizando R\$200 milhões, cujas características foram aprovadas nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 25 de abril de 2005 e 13 de maio de 2005 e a primeira repactuação em 30 de março de 2009.

O resgate foi realizado pelo valor nominal unitário das debêntures, na data da emissão, acrescido: (i) da remuneração devida até a data do pagamento das debêntures resgatadas e (ii) de prêmio percentual calculado sobre o valor nominal unitário das debêntures (“prêmio”), equivalentes ao valor de R\$4,41 (quatro reais e quarenta e um centavos), por debênture, em conformidade com o disposto na cláusula 4.13 do instrumento particular de escritura da 2ª emissão de debêntures não conversíveis em ações.

2ª Série

Nas reuniões do Conselho de Administração da Vivo Part. realizadas em 25 de abril de 2005 e 13 de maio de 2005 foram aprovadas as características da 2ª série da 2ª emissão da Companhia.

Em 3 de maio de 2010, ocorreu a repactuação das debêntures da 2ª série da 2ª emissão da Vivo Part. de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de maio de 2010. O valor total repactuado foi de R\$340.230 e a Vivo Part. resgatou e cancelou as debêntures dissidentes no valor de R\$459.770. O novo período de vigência foi de 24 meses, a contar de 1º de maio de 2010, intervalo de tempo durante o qual permaneceram inalteradas as condições de remuneração ora definidas. Durante esse segundo período de vigência da remuneração (até 1º de maio de 2012), as debêntures da Vivo Part. fizeram jus a uma remuneração de 106,00% da taxa média dos depósitos interbancários de um dia, denominada taxa DI *over* extra grupo, calculada de acordo com a fórmula constante na cláusula 4.9 da “escritura de 2ª emissão”.

Em 13 de abril de 2012 foi aprovado pelo Conselho de Administração o resgate antecipado das debêntures da 2ª série da 2ª emissão. No resgate ocorrido em 2 de maio de 2012, foi resgatada a totalidade das debêntures, quantidade de 21.936 no valor de R\$219.360, nos seguintes termos e condições: as debêntures foram resgatadas e canceladas, o resgate foi realizado pelo valor nominal unitário, acrescido da remuneração devida até a data do pagamento e não houve pagamento de prêmio, pois a data do resgate coincidiu com a data do vencimento da repactuação. O restante das debêntures em circulação foi recomprado nos dias 9 e 10 de abril de 2012, nas quantidades de 539 e 11.548, respectivamente, totalizando R\$120.870, considerando a Cláusula de Aquisição Facultativa da Escritura e posteriormente canceladas.

4ª Emissão

Em 4 de setembro de 2009, o Conselho de Administração da Vivo Part. aprovou a 4ª emissão pública, pela Vivo Part., de debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, da espécie quirografia, com prazo de 10 anos.

O valor total da emissão foi de R\$810 milhões, cuja oferta base correspondeu a R\$600 milhões, acrescida de R\$210 milhões em virtude do exercício integral da opção de debêntures adicionais.

Foram emitidas 810.000 (oitocentas e dez mil) debêntures em 3 (três) séries, sendo 98.000 debêntures na 1ª série, 640.000 na 2ª série e 72.000 na 3ª série. A quantidade de debêntures alocada em cada uma das séries foi decidida em comum acordo entre a Vivo Part. e o coordenador líder da oferta após a conclusão do procedimento de “*Bookbuilding*”.

A remuneração para a 1ª série é de 108,00% do CDI, para a 2ª série é de 112,00% do CDI e para a 3ª série, cupom de 7,00% a.a. sobre o valor nominal atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Estas debêntures rendem juros com pagamentos semestrais nas 1ª e 2ª séries e pagamentos anuais na 3ª série.

Os recursos obtidos por meio da emissão da oferta foram destinados ao pagamento integral do valor do principal da dívida representada pela 6ª emissão de notas promissórias comerciais da Vivo Part. e para reforço do seu capital de giro.

Os custos de transação associados a esta emissão, cujo montante em 31 de dezembro de 2012 era de R\$840 (R\$1.981 em 31 de dezembro de 2011), foram apropriados em conta redutora do passivo como custos a incorrer e estão sendo reconhecidos como despesas financeiras, conforme os prazos contratuais desta emissão. A taxa efetiva desta emissão, considerando os custos de transação é de 112,13% do CDI.

Em 29 de julho de 2011 a Assembleia Geral de Debenturistas, em primeira convocação, deliberou a aprovação da transferência das debêntures da 4ª Distribuição Pública de emissão da Vivo Part. para a Telefônica Brasil sem alteração dos termos e condições, e correspondente aditamento da Escritura para refletir a alteração de titularidade da emissora.

Em 24 de julho de 2012 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a proposta para a repactuação da 1ª série da 4ª emissão, no valor de R\$98 milhões a 106,00% CDI.

Em 15 de outubro de 2012, ocorreu a repactuação das debêntures da 1ª série da 4ª emissão da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 24 de julho de 2012. O valor total repactuado foi de R\$93.150 e a Companhia resgatou as debêntures dissidentes no valor de R\$4.850 mantendo-as em tesouraria para posterior cancelamento.

As repactuações da 2ª e 3ª séries estão previstas de acordo com o seguinte cronograma: 2ª série em 15 de outubro de 2013 e 3ª série em 15 de outubro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2012 o saldo total era de R\$840.927.

Captação pela Telemig Celular S.A.(Telemig, empresa incorporada pela Vivo Part. em 1º de junho de 2010)

1ª Emissão

Em cumprimento ao Contrato de Prestação de SMP, em conformidade com a Seleção Pública nº 001/07, o Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, se comprometeu a subscrever debêntures emitidas pela Telemig, no âmbito do Programa Minas Comunica, utilizando recursos do Fundo de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicações (FUNDOMIC). Por este Programa, a Telemig viabilizaria o atendimento com o SMP a 134 localidades das áreas de registro 34, 35 e 38.

Ainda de acordo com o programa, seriam emitidas 5.550 debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas e certificados, em até cinco séries.

Em contrapartida à certificação pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do atendimento a 15 localidades, em dezembro de 2007, foram emitidas 621 debêntures na 1ª série da 1ª emissão, no valor de R\$6.210. Em março de 2008, pelo atendimento a 42 localidades, foram emitidas 1.739 debêntures na 2ª série da 1ª emissão, no valor de R\$17.390. Em 31 de dezembro de 2008, pelo atendimento a 77 localidades, foram emitidas 3.190 debêntures na 3ª série da 1ª emissão, no valor de R\$31.900, finalizando assim o programa de atendimento a 134 localidades dentro do Estado de Minas Gerais.

Em 31 de dezembro de 2012 o saldo total era de R\$72.137.

Captação pela Companhia

3ª Emissão

Em 24 de julho de 2012 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a proposta de captação de recursos no mercado financeiro local através da emissão de debêntures simples não conversíveis no montante de até R\$2 bilhões, com o prazo máximo de até 7 anos e com garantia firme de colocação.

Em 10 de setembro de 2012 foram emitidas 200.000 (duzentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), totalizando o montante de R\$2 bilhões, realizada nos termos da Instrução CVM nº476 de 16 de janeiro de 2009, distribuição pública com esforços restritos.

A remuneração é de 100,00% do CDI acrescida de um *spread* de 0,75% ao ano, base de 252 dias úteis. Estas debêntures rendem juros com pagamentos semestrais e terão prazo de vigência de 5 anos, vencendo-se em 10 de setembro de 2017. O valor nominal unitário de cada uma das debêntures será integralmente amortizado em uma única parcela, na data de vencimento.

As debêntures não possuem repactuação programada.

Os recursos obtidos por meio da oferta restrita foram destinados para: (i) investimentos diretamente à telefonia móvel de 4ª geração (4G), especificamente para liquidar o preço da autorização obtida pela Vivo no leilão 4G; e (ii) na manutenção de liquidez e prolongamento de outras dívidas já contraídas pela Companhia.

Os custos de transação associados a esta emissão cujo montante em 31 de dezembro de 2012 era de R\$993, foram apropriados em conta redutora do passivo como custos a incorrer e estão sendo reconhecidos como despesas financeiras, conforme os prazos contratuais desta emissão.

Em 31 de dezembro de 2012 o saldo total era de R\$2.044.674.

18.3 – Cronograma de Pagamentos

Os montantes não circulantes de empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2012 tem a seguinte composição por ano de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2014	592.646	1.300.124
2015	170.163	1.159.235
2016	253	439.277
2017	2.000.041	2.389.703
2018 em diante	73.009	721.352
Total	2.836.112	6.009.691

18.4 – Cláusulas Restritivas

A Companhia e a Vivo possuem empréstimos e financiamentos junto ao BNDES, cujo saldo em 31 de dezembro de 2012 era de R\$3.360.866 (R\$3.253.102 em 31 de dezembro de 2011). De acordo com os contratos, existem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados semestral e anualmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos nos dois contratos vigentes foram atingidos.

As debêntures da 4ª emissão, cujo saldo líquido dos custos de emissão em 31 de dezembro de 2012 era de R\$840.927 (R\$842.026 em 31 de dezembro de 2011), possuem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados trimestralmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos foram atingidos.

O contrato da Telemig (empresa incorporada pela Vivo Part. em 1º de junho de 2010) com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, relativo às debêntures, cujo saldo em 31 de dezembro de 2012 era de R\$72.137 (R\$67.935 em 31 de dezembro de 2011), possui cláusulas restritivas quanto a pedidos de recuperação judicial e extrajudicial, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de autofalência ou decretação de falência, falta de pagamento, falta de cumprimento de obrigações não fiduciárias e cumprimento de determinados índices financeiros. Nesta mesma data, todas estas cláusulas restritivas foram cumpridas.

18.5 - Garantias

Em 31 de dezembro de 2012, foram dadas garantias para parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia e a Vivo, conforme quadro a seguir:

Bancos	Saldo do empréstimo / financiamento	Garantias
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	R\$1.916.737 (URTJLP) R\$455.296 (UMBND) R\$146.365 (PSI - Vivo)	<ul style="list-style-type: none"> Contrato (2007) R\$514.355: Garantia em recebíveis referente a 15% do saldo devedor ou 4 (quatro) vezes o valor da maior prestação, o que for superior. Contrato (PSI) R\$146.365: alienação dos ativos financiados. Contrato (2011) R\$1.857.678: Garantia em recebíveis referente a 15% do saldo devedor ou 4 (quatro) vezes o valor da maior prestação, o que for superior. Telefônica Brasil é interveniente garantidora
Banco Europeu de Investimento – BEI	R\$795.601	<ul style="list-style-type: none"> Risco comercial garantido pelo Banco BBVA Espanha.
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	R\$338.610	<ul style="list-style-type: none"> Fiança bancária concedida pelo Banco Bradesco S.A. no montante equivalente a 100% do saldo devedor do financiamento. Constituição de um fundo de liquidez representado por aplicações financeiras no montante equivalente a 3 (três) parcelas de amortização, referenciada pela prestação média pós-carência. Telefônica Brasil é interveniente fiadora.

19. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (JSCP)

A seguir, demonstramos os saldos a receber e a pagar de dividendos e juros sobre o capital próprio.

a) Composição dos saldos a receber:

	Controladora	
	31.12.12	31.12.11
Vivo	390.747	171.907
Aliança Atlântica Holding B.V.	1.140	-
Companhia AIX de Participações	-	772
ATelecom	2.218	-
Total	394.105	172.679

b) Movimentação dos saldos a receber:

	Controladora
Saldo em 31.12.10	2.201
Dividendos complementares de 2010	6.605
Incorporação Vivo Part.	211.907
Dividendos e JSCP intermediários	990.772
Recebimentos de dividendos e JSCP	(1.038.806)
Saldo em 31.12.11	172.679
Dividendos complementares de 2011	814.525
Dividendos e JSCP intermediários	2.049.125
Recebimentos de dividendos e JSCP	(2.642.224)
Saldo em 31.12.12	394.105

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos de suas controladas estão sendo alocados no grupo de “Atividades de Investimentos”.

c) Composição dos saldos a pagar:

	Controladora/Consolidado	
	31.12.12	31.12.11
Telefônica Internacional	-	156.589
SP Telecomunicações Participações	-	126.283
Telefônica	-	129.489
Compañia de Telecomunicaciones de Chile	-	310
Acionistas não controladores	467.831	560.315
Total	467.831	972.986

d) Movimentação dos saldos a pagar:

	Consolidado
Saldo em 31.12.10	450.897
Dividendos complementares de 2010	1.694.099
Combinação de negócios	2.074.065
Dividendos e JSCP intermediários	2.249.400
Prescrição de dividendos e JSCP	(107.874)
Pagamentos de dividendos e JSCP	(5.387.601)
Saldo em 31.12.11	972.986
Dividendos complementares de 2011	1.953.029
Dividendos e JSCP intermediários	1.122.522
Prescrição de dividendos e JSCP	(89.692)
Pagamentos de dividendos e JSCP	(3.493.997)
Outros movimentos	2.983
Saldo em 31.12.12	467.831

Os juros sobre o capital próprio e dividendos não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 (três) anos, contados a partir da data do início do pagamento. Caso ocorra a prescrição de dividendos e juros sobre o capital próprio, os montantes são contabilizados em contrapartida ao patrimônio líquido para posterior distribuição.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de “Atividades de Financiamentos”.

20. PROVISÕES

a) Composição:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Provisões para demandas judiciais e administrativas				
Trabalhistas	598.733	425.486	717.247	526.210
Tributárias	1.336.071	1.146.930	1.953.043	1.606.735
Cíveis e regulatório	568.225	490.823	795.294	664.703
Subtotal	2.503.029	2.063.239	3.465.584	2.797.648
Provisão para benefícios pós emprego (a)	372.368	291.178	392.269	308.893
Passivo contingente (b)	264.520	256.044	264.520	256.044
Provisão para desmobilização (c)	24.935	13.657	221.316	200.813
Total	3.164.852	2.624.118	4.343.689	3.563.398
Circulante	334.852	287.137	496.790	416.313
Não circulante	2.830.000	2.336.981	3.846.899	3.147.085

- (a) Refere-se às provisões atuariais para os planos de benefícios pós emprego, registradas pela Companhia e controladas (nota 35).
(b) Decorrente do PPA gerado na aquisição do controle da Vivo Part. em 2011 (nota 4).
(c) Referem-se aos custos a serem incorridos na necessidade de ter que se devolverem aos proprietários os *sites* (localidades destinadas a instalações de rádios base, equipamentos e imóveis) nas mesmas condições em que se encontravam quando da assinatura do contrato inicial de locação.

A Companhia, como entidade e também como sucessora das empresas incorporadas, e as controladas respondem por processos administrativos e judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia e suas controladas, baseadas na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

b) Movimentação:

	Controladora						Total
	Trabalhista	Tributária	Cível e Regulatório	Provisão para benefícios pós emprego	Passivo contingente	Provisão para desmobilização	
Saldo em 31.12.10	365.230	302.610	426.144	219.000	-	12.862	1.325.846
Ingressos	75.745	34.387	74.933	72.178	-	795	258.038
Baixas por reversão	(21.527)	(1.089)	(35.798)	-	(31.084)	-	(89.498)
Baixas por pagamento	(15.553)	(2.410)	(39.190)	-	-	-	(57.153)
Incorporação Vivo Part.	9.773	769.519	22.231	-	-	-	801.523
Combinação de negócios	-	-	-	-	283.000	-	283.000
Atualização monetária	11.818	43.913	42.503	-	4.128	-	102.362
Saldo em 31.12.11	425.486	1.146.930	490.823	291.178	256.044	13.657	2.624.118
Ingressos	204.996	100.562	124.999	81.190	766	11.472	523.985
Baixas por reversão	(27.353)	(242)	(67.053)	-	-	(194)	(94.842)
Baixas por pagamento	(22.420)	-	(29.307)	-	-	-	(51.727)
Atualização monetária	18.024	88.821	48.763	-	7.710	-	163.318
Saldo em 31.12.12	598.733	1.336.071	568.225	372.368	264.520	24.935	3.164.852
Circulante	38.642	-	296.210	-	-	-	334.852
Não circulante	560.091	1.336.071	272.015	372.368	264.520	24.935	2.830.000

	Consolidado						Total
	Trabalhista	Tributária	Cível e Regulatório	Provisão para benefícios pós emprego	Passivo contingente	Provisão para desmobilização	
Saldos em 31.12.10	366.391	310.649	446.159	219.000	-	16.712	1.358.911
Ingressos	112.300	66.569	172.518	72.565	-	12.760	436.712
Baixas por pagamento	(26.696)	(11.143)	(117.734)	-	-	-	(155.573)
Baixas por reversão	(32.088)	(6.760)	(57.144)	(3.259)	(31.084)	(66.512)	(196.847)
Atualização monetária	11.918	110.618	48.347	-	-	5.581	176.464
Combinação de negócios	93.739	1.136.802	162.266	20.587	283.000	232.272	1.928.666
Consolidação TVA	646	-	10.291	-	4.128	-	15.065
Saldos em 31.12.11	526.210	1.606.735	664.703	308.893	256.044	200.813	3.563.398
Ingressos	238.830	231.977	244.595	84.281	766	21.484	821.933
Baixas por pagamento	(37.946)	(1.665)	(109.356)	-	-	-	(148.967)
Baixas por reversão	(28.383)	(7.979)	(67.843)	(905)	-	(7.853)	(112.963)
Atualização monetária	18.536	123.975	63.195	-	7.710	6.872	220.288
Saldos em 31.12.12	717.247	1.953.043	795.294	392.269	264.520	221.316	4.343.689
Circulante	80.091	20.833	395.866	-	-	-	496.790
Não circulante	637.156	1.932.210	399.428	392.269	264.520	221.316	3.846.899

20.1 Provisões e Contingências Trabalhistas

Grau de Risco	Valor envolvido			
	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Provável	598.733	425.486	717.247	526.210
Possível	61.756	194.564	274.156	404.262

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas reclamações trabalhistas de ex-empregados e de empregados terceirizados (esses alegando responsabilidade subsidiária ou solidária), que reivindicam, entre outros, falta de pagamento de horas extraordinárias; equiparação salarial; complementos salariais de aposentadoria; remuneração por insalubridade, periculosidade e questionamentos referentes à terceirização.

A Companhia também figura no polo passivo de reclamações trabalhistas ajuizadas por ex-empregados aposentados, vinculados ao Plano de Assistência Médica aos Aposentados (PAMA), que requerem dentre outros pontos a anulação da alteração ocorrida no plano médico dos aposentados. As ações aguardam pronunciamento do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos e nas recentes prestações jurisdicionais, considera esta ação como sendo de risco possível. Não foi atribuído valor referente a essas ações, pois, neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia é parte em Ações Cíveis Públicas promovidas pelo Ministério Público do Trabalho cujos objetos versam essencialmente sobre a determinação à Companhia de deixar de contratar empresa interposta para execução das atividades fim da empresa. Não foram atribuídos valores ao grau de risco possível referentes a estas Ações Cíveis Públicas no quadro acima, pois nestas fases processuais, na hipótese de perda, não há condições de estimar o prejuízo para a Companhia.

20.2 Provisões e Contingências Tributárias

Grau de Risco	Valor envolvido			
	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Provável	1.336.071	1.146.930	1.953.043	1.606.735
Possível	6.955.316	6.032.640	13.738.155	11.679.158

Provisões tributárias

Tributos Federais

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia mantinha discussões administrativas e judiciais relativas à (i) contribuições adicionais ao FGTS sobre os depósitos realizados pelos empregadores (a discussão não resulta em redução da parte dos depósitos no FGTS realizados pela Companhia em nome dos empregados); (ii) manifestações de inconformidade decorrente de não homologação de pedidos de compensações e pedidos de restituição formulados pela Companhia; (iii) contribuições sociais referente à suposta falta de retenção dos 11% sobre o valor de notas fiscais, faturas e recibos de prestadoras de serviços contratados mediante cessão de mão de obra; (iv) CIDE incidente sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como *royalties*; (v) fixas: não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada (EILD) na base de cálculo do FUST e móveis: não inclusão das receitas de interconexão na base de cálculo do FUST; (vi) contribuição à Empresa Brasileira de Comunicação, criada pela Lei nº 11.652/08; (vii) TFI/TFF sobre estações móveis; (viii) IRRF sobre juros sobre capital próprio; (ix) Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração (PPNUM) pela ANATEL, instituído pela Resolução nº 451/06; (x) IRPJ/PIS/COFINS decorrentes da não homologação de pedidos de compensações/restituição formulados pela Companhia e controladas; (xi) compensação de FINSOCIAL; (xii) falta de retenção da contribuição social incidente sobre serviços prestados, de remuneração, salários e outros salários de contribuição; (xiii) COFINS - exigência decorrente da adoção de faturamento como base de cálculo sem o cômputo de receitas financeiras; (xiv) majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como majoração da alíquota da COFINS, exigidas por meio da Lei nº 9.718/98; e (xv) Imposto sobre o Lucro Líquido (ILL). Em 31 de dezembro de 2012, os montantes provisionados totalizavam R\$1.323.434 (R\$1.146.219 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$1.860.803 (R\$1.530.789 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

Tributos Estaduais

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas mantinham discussões tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, relativas à (i) créditos de ICMS sobre energia elétrica bem como outros créditos de ICMS com ausência de comprovação documental; (ii) serviços de telecomunicações não tributados pelo ICMS; (iii) glosa do ICMS sobre incentivos fiscais relativos a projetos culturais; (iv) ICMS sobre assinatura de TV; e (v) multa administrativa ambiental. Em 31 de dezembro de 2012, os montantes provisionados totalizavam R\$36 (R\$14 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$67.426 (R\$63.625 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

Tributos Municipais

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas mantinham diversas ações tributárias no âmbito municipal, na esfera judicial, que, com base na opinião de seus consultores jurídicos, são classificadas como perda provável. Em 31 de dezembro de 2012, os montantes provisionados totalizavam R\$12.601 (R\$697 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$16.648 (R\$4.531 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

As referidas ações versam sobre: (i) IPTU; (ii) ISS incidente sobre serviços de locação de bens móveis e atividades-meio e suplementares; e (iii) taxa de vigilância, controle e fiscalização (TVCF).

Outras Provisões

Em 31 de dezembro de 2012, existiam provisões desvinculadas a demandas, administrativa ou judicial que versam sobre ISS referente à efetiva prestação dos serviços de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza. Em 31 de dezembro de 2012, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$8.166 (R\$7.790 em 31 de dezembro de 2011).

Contingências tributárias

Tributos Federais

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas mantinham diversas ações administrativas e judiciais em âmbito federal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias. Em 31 de dezembro de 2012, os montantes envolvidos totalizavam R\$1.430.670 (R\$1.620.845 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$3.146.736 (R\$3.185.747 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

Dentre as ações, destacam-se: (i) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações formulados pela Companhia; (ii) multa pela distribuição de dividendos com a suposta existência de débitos federais em aberto; (iii) INSS (contribuição previdenciária) sobre remuneração decorrente da reposição de perdas salariais originadas do “Plano Verão” e “Plano Bresser”, SAT, Seguro Social e de valores devidos a terceiros (INCRA e SEBRAE), fornecimento de refeições aos empregados, retenção de 11% (cessão de mão de obra); (iv) IRRF sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como *royalties*; (v) PIS incidente sobre *roaming*; (vi) CPMF incidente sobre operações decorrentes de convênio de cooperação técnica com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) (compensação via SIAFI) e sobre contratos de câmbio simbólicos exigidos pelo Banco Central; (vii) IRPJ e CSLL relativos a deduções das receitas de reversões de provisões; (viii) IRPJ e CSLL - glosa de custos e despesas diversas não comprovadas; (ix) deduções da COFINS de perda com operações de *swap*; (x) PIS / COFINS regime de competência versus regime de caixa; (xi) IRPJ devido em decorrência do excesso na destinação feita ao FINOR, FINAN ou FUNRES; (xii) IRPJ sobre operações com derivativos; (xiii) IRPJ e CSLL - glosa das despesas relacionadas ao ágio pago na aquisição da Celular CRT S.A. e ágio decorrente do processo de privatização e reestruturações societárias da Vivo; e (xiv) contribuição à Empresa Brasileira de Comunicação, criada pela Lei nº 11.652/08.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Tributos Estaduais

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas mantinham diversas ações administrativas e judiciais em âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias. Em 31 de dezembro de 2012, os montantes envolvidos totalizavam R\$4.014.790 (R\$2.934.325 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$5.870.365 (R\$4.172.479 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

Dentre as ações, destacam-se: (i) sobre prestação de serviços de facilidades, utilidade e comodidade e locação de modên Speedy; (ii) ligações internacionais (DDI); (iii) creditamento indevido relativo à obtenção de bens destinados ao ativo fixo e falta de estorno proporcional do crédito referente à aquisição de ativo imobilizado; (iv) valores apropriados indevidamente a título de créditos extemporâneos de ICMS; (v) prestação de serviço fora de São Paulo com recolhimento do ICMS para o Estado de São Paulo; (vi) *co-billing*; (vii) substituição tributária com base de cálculo fictícia (pauta fiscal); (viii) aproveitamento de créditos provenientes da aquisição de energia elétrica; (ix) atividades meio, serviços de valor adicionado e suplementares (Convênio 69/98); (x) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (xi) saídas de mercadorias com preços inferiores aos de aquisição (descontos incondicionais); (xii) cobrança diferida do ICMS interconexão (Documento de Declaração de Tráfego e de Prestação de Serviços - DETRAF); (xiii) créditos advindos de benefícios fiscais concedidos por outros entes federados; (xiv) glosa de incentivos fiscais relativos a projetos culturais; (xv) transferências de bens do ativo entre estabelecimentos próprios; (xvi) créditos do imposto sobre serviços de comunicação utilizados na prestação de serviços da mesma natureza; (xvii) doação de cartões para ativação no serviço pré-pago; (xviii) estorno de crédito decorrente de operação de estorno e comodato, em cessão de redes (consumo próprio e isenção de órgãos públicos); (xix) multa Detraf; (xx) ICMS sobre consumo próprio; (xxi) ICMS sobre isenção de órgãos públicos; (xxii) emissão de notas fiscais com valor do ICMS negativo; e (xxiii) reescrituração de livro fiscal sem autorização prévia do fisco.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Tributos Municipais

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas mantinham diversas ações administrativas e judiciais em âmbito municipal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias. Em 31 de dezembro de 2012, os montantes envolvidos totalizavam R\$383.397 (R\$329.477 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$544.323 (R\$471.876 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

Dentre as ações, destacam-se: (i) ISS de atividade meio, serviço de valor adicionado e suplementar; (ii) ISS retenção na fonte; (iii) IPTU; (iv) taxa de uso do solo; (v) diversas taxas municipais; (vi) tarifa de uso da rede móvel (TUM) e locação de infraestrutura; (vii) serviços de publicidade; (viii) serviços prestados por terceiros; (ix) serviços de consultoria em áreas de gestão empresarial prestados pela Telefônica Internacional (TISA); e (x) ISS incidente sobre prestação de serviço de identificador de chamadas e habilitação de celular.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

ANATEL

Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST)

Mandados de Segurança impetrados, separadamente, pelas operadoras fixas e móveis para reconhecimento do direito de: Fixas: não inclusão das despesas de interconexão e EILD na base de cálculo do FUST e Móveis: não inclusão das receitas de interconexão na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do art. 6º da Lei n.º 9.998/00, os quais aguardam julgamento de 2ª instância judicial.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pela ANATEL em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, EILD e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 31 de dezembro de 2012, os montantes envolvidos totalizavam R\$883.771 (R\$718.010 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$1.970.800 (R\$1.719.531 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL)

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas mantinham ações administrativas e judiciais, as quais aguardam julgamento de 1ª instância administrativa e 2ª instância judicial. Em 31 de dezembro de 2012, os montantes envolvidos totalizavam R\$195.126 (R\$232.343 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$614.314 (R\$622.606 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

As referidas ações versam sobre a cobrança da contribuição ao FUNTTEL sobre outras receitas (que não são de telecomunicação), bem como receitas e despesas transferidas a outras operadoras (interconexão).

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL)

Por ocasião das prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado (operadoras fixas) e das prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal (operadoras móveis), a ANATEL realiza a cobrança da TFI.

Tal cobrança resulta do entendimento da ANATEL de que a prorrogação seria fato gerador da TFI. Por entender que esta cobrança é indevida, a Companhia e suas controladas, separadamente, questionam, em âmbito judicial a referida taxa. Em 31 de dezembro de 2012, os valores envolvidos totalizavam R\$47.562 (R\$197.666 em 31 de dezembro de 2011) na controladora com depósito integral e R\$1.589.479 (R\$1.504.365 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado, sem o respectivo depósito judicial.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Preço Público Relativo à Administração de Recursos de Numeração (PPNUM)

A Vivo, em conjunto com as demais operadoras móveis do Brasil, possui ação judicial questionando a cobrança de PPNUM cobrado pela ANATEL em função da utilização pelas operadoras, os quais têm natureza de taxa. Por ocasião das cobranças, a Vivo efetuou o depósito judicial relativo aos valores devidos. Em 23 de abril de 2009 foi proferida sentença favorável às operadoras e o processo, atualmente, aguarda julgamento de 2ª instância judicial. Em 31 de dezembro de 2012, o valor envolvido totalizava R\$2.138 (R\$1.977 em 31 de dezembro de 2011).

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

20.3 Provisões e Contingências Cíveis e Regulatórias

Grau de Risco	Valor envolvido			
	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Provável	568.225	490.823	795.294	664.703
Possível	2.012.725	1.429.616	2.656.850	1.978.973

Provisões cíveis

- A Companhia está envolvida em ações que versam sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação aos planos de expansão da rede após 1996 (processos de complementação de ações). Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Considerando o grau de risco provável foi provisionado o valor de R\$31.260 (R\$26.182 em 31 de dezembro de 2011).
- A Companhia e suas controladas são parte em demandas de natureza cível, nas esferas administrativa e judicial que têm por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços. Estas demandas são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores, PROCON, bem como Ministérios Público Estadual e Federal. De igual modo, a Companhia e controladas, também figuram como demandadas, ou demandantes, em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas daquelas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 31 de dezembro de 2012, foi provisionado o montante de R\$193.216 (R\$165.778 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$377.649 (R\$315.169 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.
- A Companhia também é parte em diversos processos judiciais movidos por consumidores individuais, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais e que, individualmente, não são consideradas relevantes, tendo como base para análise da provisão, a estatística da média histórica de condenação para ações semelhantes. Em 31 de dezembro de 2012, foi provisionado o montante de R\$78.711 (R\$81.539 em 31 de dezembro de 2011).

Provisões regulatórias

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia e suas controladas figuravam como parte em processos administrativos perante a ANATEL, os quais foram instaurados sob o fundamento de alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como em processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. A avaliação de perda destes processos é provável tendo sido constituídas provisões em 31 de dezembro de 2012 no montante de R\$265.038 (R\$217.324 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$307.674 (R\$241.813 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

Contingências cíveis

- Plano Comunitário de Telefonia (PCT): Refere-se ao processo de Ação Civil Pública no qual a Companhia está envolvida e que é relacionado ao PCT, que versa sobre eventual direito de indenização dos adquirentes de planos de expansão e que não receberam ações em retribuição pelos investimentos financeiros, no município de Mogi das Cruzes com valor total envolvido de aproximadamente R\$236.236 (R\$197.863 em 31 de dezembro de 2011). Esse processo foi considerado como de risco de perda possível pelos consultores jurídicos. O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) reformou a sentença, julgando a ação improcedente. A Associação para Telefonia do Município de Mogi das Cruzes (parte autora) interpôs recurso especial para reformar a decisão do TJSP e está aguardando julgamento do recurso.
- Ação Coletiva movida pela Associação dos Participantes da SISTEL (ASTEL) no Estado de São Paulo – pela qual os participantes associados da Sistel no Estado de São Paulo questionam as mudanças realizadas no Plano de Assistência Médica dos Aposentados da Companhia (PAMA) e em apertada síntese, restabelecimento ao “*status quo*” anterior. O processo está ainda em fase de instrução processual, pelo que não há decisão judicial em nenhuma instância. O risco atribuído a esses processos pelos consultores jurídicos é possível. O valor é inestimável e os pedidos ilíquidos pela sua inexecutabilidade, tendo em vista que envolve retorno as condições do plano anterior.
- Ações Cíveis Públicas propostas pela Associação dos Participantes da SISTEL (ASTEL) no Estado de São Paulo e pela Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Participantes em Fundos de Pensão do Setor de Telecomunicação (FENAPAS), ambas propostas contra a Sistel, a Companhia e outras operadoras, visando a anulação da cisão de plano previdenciário PBS, alegando em apertada síntese o “*desmonte do sistema de previdência complementar da Fundação Sistel*”, que originou diversos planos específicos PBS espelhos, e correspondentes alocações de recursos provenientes de *superávit* técnico e contingência fiscal existentes à época da cisão. O risco atribuído a esses processos pelos consultores jurídicos é possível. O valor é inestimável e os pedidos ilíquidos pela sua inexecutabilidade, tendo em vista que envolve retorno a acervo cindido da Sistel relativo às operadoras de telecomunicações do antigo Sistema Telebrás.
- O Ministério Público do Estado de São Paulo ajuizou uma ação civil pública reivindicando indenização por danos morais e materiais sofridos por todos os consumidores dos serviços de telecomunicações de 2004 a 2009 devido à má qualidade de serviços e falhas do sistema de comunicações. A proposta de condenação formulada pelo Ministério Público foi de R\$1 bilhão. A sentença proferida em 20 de abril de 2010 impõe o pagamento de indenizações pelos danos causados a todos os consumidores que se habilitarem na ação ao seu recebimento.

Alternativamente, caso não se apresentem consumidores em número compatível com a gravidade do dano, após decorrido o prazo de 1 (um) ano, foi fixado pelo juiz o valor de R\$60 milhões, para fins de depósito no Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados. Não é possível estimar quantos consumidores poderão se apresentar na habilitação individual, nem tampouco os valores por estes reclamados. As partes apresentaram recurso de apelação. Os efeitos da sentença estão suspensos. Não foi atribuído valor ao grau de risco de perda possível referente a esta ação civil pública no quadro acima, pois neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia e, de igual maneira, não há como se atribuir um contingenciamento equivalente ao valor da causa.

- A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas que tem por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo PROCON, bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal, assim como, também são parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio em montante de R\$1.236.312 no consolidado (R\$920.509 em 31 de dezembro de 2011) e R\$643.432 na controladora (R\$372.166 em 31 de dezembro de 2011), onde a análise do grau de risco de perda pelos consultores jurídicos é possível.
- A Companhia e suas controladas vêm recebendo autuações referentes ao descumprimento do Decreto do SAC. Atualmente temos diversas ações (processos administrativos e judiciais), nas quais a análise do grau de risco de perda possível feita pelos consultores jurídicos representa um montante de R\$19.314 no consolidado e R\$7.550 na controladora.
- Propriedade Intelectual: Lune Projetos Especiais Telecomunicação Comércio e Ind. Ltda (Lune), empresa brasileira, propôs ação judicial em 20 de novembro de 2001 contra 23 operadoras de telecomunicações de serviço móvel alegando ser possuidora da patente do identificador de chamadas, bem como ser titular do registro da marca “Bina”. Pretende a interrupção da prestação desse serviço pelas operadoras e indenização equivalente a quantidade paga pelos consumidores pela utilização do serviço.

Houve sentença desfavorável para determinar que a Vivo se abstenha de comercializar telefones celulares com serviço de identificação de chamadas (Bina), com multa diária de R\$10.000,00 (dez mil reais) em caso de descumprimento. Além disso, a sentença condena a Vivo ao pagamento de indenização por *royalties*, a ser apurado em liquidação de sentença. Opostos Embargos de Declaração por todas as partes, sendo acolhidos os embargos de declaração da Lune no sentido de entender cabível a apreciação da tutela antecipada nesta fase processual. Interposto Recurso de Agravo de Instrumento em face da presente decisão, que concedeu efeito suspensivo a tutela antecipada tornando sem efeito a decisão desfavorável até julgamento final do Agravo. Interposto Recurso de Apelação em face da sentença pendente de julgamento. Acreditamos, com base na opinião de consultores jurídicos, que a probabilidade de um resultado desfavorável é possível. Não há como determinar neste momento a extensão das responsabilidades potenciais com relação a esta reivindicação.

- Validade de plano pré-pago: A Vivo, em conjunto com outras operadoras de telecomunicações sem fio, são rés em várias ações movidas pelo Ministério Público e associações de defesa do consumidor que contestam a imposição de prazo para utilização de minutos pré-pagos. Os demandantes alegam que os minutos pré-pagos não devem expirar após prazo específico. Decisões conflitantes foram proferidas pelos tribunais sobre a matéria. Apesar de acreditarmos que os nossos critérios para a imposição do prazo está em conformidade com as normas da ANATEL, acreditamos, com base na opinião de consultores jurídicos, que a probabilidade de um resultado desfavorável com relação a esta afirmação é possível, exceto para ações coletivas contra a Telemig, para o qual a probabilidade de um resultado desfavorável em relação a esta alegação é considerada remota, também com base na opinião de consultores jurídicos.

Contingências regulatórias

- A Companhia e suas controladas mantêm processos administrativos instaurados pela ANATEL com fundamento em alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa, com avaliação de risco de perda possível consolidada no montante de R\$1.164.988 (sendo R\$1.125.507 na controladora, dos quais R\$903.926 referente à avaliação dos processos administrativos, R\$177.736 referente à avaliação dos processos administrativos judicializados e R\$43.845 referente à avaliação de outros processos judiciais) em 31 de dezembro de 2012 e R\$860.601 (sendo R\$859.587 na controladora, dos quais R\$858.660 referente à avaliação dos processos administrativos e R\$927 referente à avaliação de outros processos judiciais) em 31 de dezembro de 2011.
- Processos administrativos que discutem o pagamento do ônus de 2% sobre as receitas de interconexão em decorrência da prorrogação das radiofrequências associadas ao SMP. De acordo com a cláusula 1.7 dos Termos de Autorização que outorgaram o direito de uso de radiofrequências associadas ao SMP, a prorrogação do uso destas radiofrequências implica o pagamento, a cada biênio, durante o período de prorrogação (15 anos), de um ônus correspondente a 2% da receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviço, Básico e Alternativos da prestadora, apurada no ano anterior ao do pagamento.

Contudo, a ANATEL determinou que o ônus correspondente a 2% deveria contemplar, além das receitas decorrentes da aplicação dos Planos de Serviço, também, as receitas de interconexão, o que não está previsto na cláusula 1.7 dos referidos Termos de Autorização.

Por considerar, com base no disposto nos Termos de Autorização, que as receitas de interconexão não devem integrar o cálculo da onerosidade de 2% na prorrogação do direito de uso das radiofrequências, a Vivo, no âmbito administrativo, impugnou todos esses lançamentos, recorrendo do posicionamento da ANATEL.

No entendimento de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

- Processo Administrativo nº 08012.008501/2007-91: Trata-se de representação efetuada, no âmbito do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), por Global Village Telecom Ltda (GVT), Intelig Telecomunicações Ltda (Intelig), Transit do Brasil Ltda. e Easytone Telecomunicações Ltda. em 6 de agosto de 2007, contra Claro S.A. (Claro), Tim Brasil Serviços e Telecomunicações S.A. (TIM), TNL SCS S.A. (Oi) e Vivo, por supostas práticas de cartel e de *price squeeze*, com o escopo de aumentar a tarifa de VUM, elevando os custos de empresas concorrentes. Em face da representação, em 21 de agosto de 2008, a Secretaria de Direito Econômico (SDE) instaurou processo administrativo contra as representadas com o fim de avaliar se as práticas imputadas seriam passíveis de enquadramento nos (i) incisos I, III e IV do artigo 20 e incisos V do artigo 21; e (ii) incisos I, III e IV do artigo 20 e incisos I e V, todos da Lei nº 8.884/94, quais sejam, cartel e *price squeeze*.

Em 25 de março de 2010, a SDE emitiu nota técnica por meio da qual: (i) afastou a acusação de cartel em relação a todas as representadas, recomendando seu arquivamento; (ii) sugeriu a exclusão da Oi do pólo passivo também pela investigação de *price squeeze* por entender que seu grupo econômico seria devedor líquido de VUM e por não existir evidências de práticas reiteradas de preços inferiores ao VUM; e (iii) recomendou a condenação da Vivo, TIM e Claro sob a hipótese do artigo 20, incisos I, III e IV e o artigo 21, inciso V, todos da Lei nº 8.884/94, pela elevação dos custos de empresas concorrentes (*price squeeze*).

O processo está no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), em instrução, para posterior julgamento.

A opinião dos consultores jurídicos da Companhia é de que o Processo Administrativo nº 08012.008501/2007-91 deve ser classificado como de risco possível de perda e, portanto, não foi constituída provisão. Caso o CADE venha a condenar as representadas apenas por *price squeeze*, estima-se que a multa pode variar de 0,1% a 0,5% do faturamento bruto da Vivo em 2006. Todavia na remota hipótese do CADE entender pela configuração de cartel, inicialmente afastada pela SDE, estima-se que a multa poderá variar entre 10% e 15% do faturamento bruto da Vivo em 2006.

Vale ressaltar que a Lei nº 12.529/12 entrou em vigor no dia 29 de maio de 2012 e ainda não existem casos decididos pelo CADE, aplicando os novos critérios. A estimativa aqui indicada se baseia em uma conta proporcional que considerou jurisprudência anterior e os critérios da Lei nº 8.884/94.

20.4 Garantias

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas concederam garantias aos processos de natureza tributária, cível e trabalhista, como segue:

	Controladora			Consolidado		
	Imóveis e equipamentos	Depósitos e bloqueios judiciais	Cartas fiança	Imóveis e equipamentos	Depósitos e bloqueios judiciais	Cartas fiança
Cíveis, trabalhistas e tributárias	139.414	3.068.256	1.029.293	235.847	4.036.099	1.887.699
Total	139.414	3.068.256	1.029.293	235.847	4.036.099	1.887.699

Além das garantias citadas no quadro anterior, em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas possuíam valores de aplicações financeiras bloqueadas judicialmente (exceto as aplicações relacionadas à empréstimos), no montante de R\$49.728 (R\$69.298 em 31 de dezembro de 2011).

21. RECEITAS DIFERIDAS

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Receita de habilitação (a)	57.581	67.672	57.581	67.672
Cartões indutivos	9.948	15.783	9.948	15.783
Serviços e mercadorias (b)	-	-	558.165	583.751
Subvenções governamentais (d)	44	44	8.294	8.322
Programa de fidelização (e)	-	-	82.848	68.821
Outras receitas	2.170	1.457	17.737	16.919
Total circulante	69.743	84.956	734.573	761.268
Receita de habilitação (a)	31.786	30.792	31.786	30.792
Serviços e mercadorias (b)	-	-	38.742	48.095
Alienação de ativos imobilizados (c)	-	-	171.174	-
Doações de equipamentos (f)	-	-	16.235	22.638
Subvenções governamentais (d)	287	331	36.639	44.880
Outras receitas	6.949	7.493	8.786	9.861
Total não circulante	39.022	38.616	303.362	156.266

- a) Refere-se ao diferimento da receita de habilitação (fixa) reconhecida no resultado ao longo do período estimado de permanência do cliente na planta.
- b) Refere-se aos saldos dos contratos de receitas de recargas de pré-pagos e operações de multielementos, que são apropriados ao resultado à medida que os serviços são prestados aos clientes.
- c) Refere-se aos saldos líquidos dos valores residuais da operação de alienação de torres e *rooftops* não estratégicos, de propriedade da Vivo que serão transferidos ao resultado quando do cumprimento das condições para reconhecimento contábil.
- d) Refere-se aos valores de subvenção governamental decorrentes de recursos obtidos de uma linha de financiamento junto ao BNDES (Programa PSI), utilizados para a aquisição de equipamentos nacionais, com cadastro no BNDES (Finame), aplicados em projetos de ampliação da capacidade de rede e que estão sendo amortizados pelos prazos de vida útil dos equipamentos.
- e) Refere-se ao programa de pontos por fidelidade que a Vivo mantém, que permite aos clientes acumular pontos ao efetuar o pagamento das faturas referentes à utilização dos serviços oferecidos. O saldo representa a estimativa da Companhia para troca por pontos, por parte dos clientes, por mercadorias e/ou serviços no futuro.
- f) Refere-se aos saldos de doações de equipamentos de rede por fornecedores, os quais são amortizados pelos prazos de vida útil dos referidos equipamentos.

b) Movimentação

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.10	128.738	141.739
Ingressos	346.073	12.139.462
Baixas	(351.239)	(12.017.250)
Combinação de negócios	-	653.583
Saldo em 31.12.11	123.572	917.534
Ingressos	236.009	20.763.225
Baixas	(250.816)	(20.642.824)
Saldo em 31.12.12	108.765	1.037.935
 Circulante	 69.743	 734.573
Não circulante	39.022	303.362

22. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Retenções de terceiros	56.929	155.503	139.154	252.807
Valores a restituir a assinantes	38.742	53.882	45.618	59.265
Arrendamento mercantil (a)	12.430	11.669	14.799	11.669
Obrigações com partes relacionadas	103.573	138.900	50.147	66.476
Ônus de renovação de licenças	83.991	-	106.877	44.296
Outros credores	15.241	14.654	22.859	32.101
Total circulante	310.906	374.608	379.454	466.614
Arrendamento mercantil (a)	-	9.398	18.460	9.398
Obrigações com partes relacionadas	7.168	5.119	7.201	4.976
Pessoal, encargos e benefícios sociais	13.179	15.160	13.224	15.160
Mútuo assunção de dívida e parcelamento	-	-	-	21.587
Ônus de renovação de licenças	-	-	87.564	-
Outros credores	15.329	15.262	17.730	17.137
Total não circulante	35.676	44.939	144.179	68.258

(a) As controladas possuem contratos de arrendamento mercantil financeiro para uso de equipamentos de informática e torres de transmissão.

b) Arrendamento mercantil

	Consolidado	
	31.12.12	31.12.11
Pagamentos futuros brutos do arrendamento mercantil financeiro	51.025	23.920
Despesa financeira não realizada	(17.766)	(2.853)
Valor presente dos pagamentos mínimos a pagar	33.259	21.067
Circulante	14.799	11.669
Não circulante	18.460	9.398

O cronograma consolidado dos vencimentos do arrendamento mercantil é como segue:

	Consolidado	
	Investimento bruto	Valor presente
A vencer até um ano	16.367	14.799
A vencer mais de um ano	34.658	18.460
Total	51.025	33.259

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o exercício.

c) Compromissos e garantias (aluguéis)

A Companhia aluga equipamentos e instalações, bem como a Vivo é arrendadora de diversas lojas, prédios administrativos e *sites* onde se encontram instaladas estações rádio base, por meio de vários contratos operacionais que vencem em datas diferentes, cujos pagamentos são mensais. Em 31 de dezembro de 2012, os valores totais equivalentes ao período integral dos contratos, eram de R\$5.171.847 e R\$9.906.827, na controladora e consolidado, respectivamente.

Estes compromissos com aluguel de lojas, prédios administrativos e *sites* sob contratos não canceláveis apresentam os seguintes prazos:

	Controladora	Consolidado
Até um ano	489.530	1.230.640
Um ano até cinco anos	2.586.610	5.216.076
Mais de cinco anos	2.095.707	3.460.111
Total	5.171.847	9.906.827

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social realizado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é de R\$37.798.110. O capital subscrito e integralizado está representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

	31.12.12	31.12.11
Capital total em ações		
Ordinárias	381.587.111	381.587.111
Preferenciais	744.014.819	744.014.819
Total	1.125.601.930	1.125.601.930
Ações em tesouraria		
Ordinárias	(251.440)	(239.740)
Preferenciais	(2.081.246)	(1.477.546)
Total	(2.332.686)	(1.717.286)
Ações em circulação		
Ordinárias	381.335.671	381.347.371
Preferenciais	741.933.573	742.537.273
Total	1.123.269.244	1.123.884.644
Valor Patrimonial por ação em circulação em R\$:	39,78	38,55

Segundo o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 1.350.000.000 (um bilhão, trezentos e cinquenta milhões) de ações, ordinárias ou preferenciais, sendo o Conselho de Administração o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado. Não obstante, a Lei das Sociedades Anônimas - Lei nº 6.404/76; art. 166; IV – estabelece que o capital social pode ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária convocada para decidir sobre a reforma do Estatuto Social, caso a autorização para o aumento esteja esgotada.

Não há obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre o número de ações de cada espécie, observando-se entretanto, que o número de ações preferenciais, sem direito a voto ou com voto restrito, não poderá ultrapassar 2/3 das ações emitidas.

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital, sem prêmio e no recebimento de dividendo 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme disposto no artigo 7.º do Estatuto Social da Companhia e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei nº 6.404/76.

Em abril de 2011, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$31.222.630 decorrente da incorporação de 100% das ações da Vivo Part. pela Companhia, aprovada em assembleia do dia 27 de abril de 2011 (nota 4) correspondente a 619.364.658 (seiscentos e dezenove milhões, trezentos e sessenta e quatro mil e seiscentos e cinquenta e oito) ações, sendo 212.767.241 (duzentos e doze milhões, setecentos e sessenta e sete mil e duzentos e quarenta e uma) ações ordinárias e 406.597.417 (quatrocentos e seis milhões, quinhentos e noventa e sete mil e quatrocentos e dezessete) ações preferenciais.

b. Prêmio Pago na Aquisição de Participação de Acionistas Não Controladores

De acordo com as práticas contábeis brasileiras anteriores à adoção do IFRS/ CPC, um ágio era registrado quando da aquisição de ações por valores superiores aos valores contábeis, gerado pela diferença entre o valor contábil das ações adquiridas e o valor justo da transação. Com a adoção do IAS 27R/CPCs 35 e 36, os efeitos de todas as transações de aquisição de ações de acionistas não controladores passaram a ser registrados no patrimônio líquido quando não houver alteração no controle acionário. Consequentemente, tais transações deixaram de gerar ágio ou resultados e os ágios previamente gerados nas aquisições de acionistas não controladores, incluindo as despesas capitalizadas no processo foram ajustados em contrapartida ao patrimônio líquido da Companhia. O processo de aquisição das participações dos acionistas não controladores na Lemontree e GTR (nota 2.2) resultou no montante de R\$40.519, registrado nesta rubrica. O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2012 era de R\$70.448 (R\$29.929 em 31 de dezembro de 2011).

c. Reservas de Capital

Reserva Especial de Ágio

Representa o benefício fiscal gerado pela incorporação da Telefônica Data do Brasil Ltda. que será capitalizado anualmente em favor do acionista controlador a medida da realização do crédito fiscal, nos termos da Instrução CVM 319/99. O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2012 e 2011 era de R\$63.074.

Outras Reservas de Capital

Reserva decorrente do processo de incorporação das *holdings*: TBS Celular Participações Ltda, Portelcom Participações S.A. e PTelecom Brasil S.A. pela Vivo Part., a qual foi registrada na Companhia com a incorporação da Vivo Part. Esta reserva (R\$47.723), poderá ser utilizada para futuro aumento de capital pela Companhia. O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2012 e 2011 era de R\$2.735.930.

Ações em Tesouraria

Representam as ações da Companhia mantidas em tesouraria, provenientes dos processos: i) de incorporação da TDBH (ocorrida no exercício de 2006); ii) de incorporação das ações da Vivo Part. (ocorrido em 2011); e iii) do programa de recompra de ações ordinárias e preferenciais, sendo o valor até 31 de dezembro de 2012 de R\$94.385, o custo médio de aquisição de R\$44,74 para as ações ordinárias e R\$48,82 para as ações preferenciais, que correspondem a 40.700 ações ordinárias e 1.896.000 ações preferenciais. O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2012 era de R\$112.107 (R\$79.339 em 31 de dezembro de 2011).

Em 5 de novembro de 2012, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, a aprovação pelos membros do Conselho de Administração, para a aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, sem redução de capital, para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria, para fins de incrementar o valor aos acionistas. Para esta recompra será utilizada parte da reserva de capital existente em 31 de outubro de 2012, excetuadas as reservas referidas no artigo 7º letras (a) a (d) da Instrução CVM nº 10/80. Esta recompra tem início a partir da data de deliberação, permanecendo em vigor até 4 de novembro de 2013, sendo as aquisições realizadas na BMF&BOVESPA, a preços de mercado e cabendo à Diretoria decidir o momento e a quantidade de ações a serem adquiridas, seja em uma única operação, seja em uma série de operações bem como definir os parâmetros para realização das compras, tudo dentro dos limites legais e nas quantidades máximas de até 2.894.534 ações ordinárias e 24.257.777 ações preferenciais.

d. Reservas de Lucros

Reserva Legal

Essa reserva é constituída obrigatoriamente pela Companhia à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A Reserva Legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social e para compensar prejuízos acumulados. O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2012 era de R\$1.100.000 (R\$877.322 em 31 de dezembro de 2011).

e. Dividendos Intermediários e Propostos

Em 11 de abril de 2012, a AGO aprovou a destinação do saldo dos dividendos adicionais propostos do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no valor total de R\$1.953.029, prevista na proposta de destinação de resultados aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 11 de abril de 2012.

A partir de 2 de maio de 2012, teve início o pagamento da primeira parcela no valor de R\$1.075.550 e o restante, no valor de R\$877.479, teve início de pagamento em 12 de dezembro de 2012.

Em 5 de novembro de 2012, foi aprovado pelo Conselho de Administração a declaração de dividendos intermediários no montante de R\$1.122.522, com base nos lucros existentes no balanço trimestral de 30 de junho de 2012, aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 23 de novembro de 2012. O pagamento desses dividendos intermediários teve início em 12 de dezembro de 2012.

Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Demonstramos a seguir o cálculo de dividendos e juros sobre o capital próprio deliberados para os exercícios de 2012 e 2011:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	4.453.573	4.355.318
Apropriação à reserva legal	(222.678)	(217.766)
Lucro líquido ajustado	4.230.895	4.137.552
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% do lucro líquido ajustado	1.057.724	1.034.388
Dividendos e JSCP distribuídos no ano:		
Juros Sobre Capital Próprio (bruto)	-	1.867.000
Dividendos Intermediários	1.122.522	382.400
Lucro disponível para distribuição	3.108.373	1.888.152
(+) JSCP / Dividendos Prescritos	89.692	107.874
(-) (Ganhos)/Perdas atuariais reconhecidas e efeito da limitação dos ativos dos planos superavitários, líquidos de impostos e outros movimentos	(49.296)	(42.997)
Dividendo adicional proposto	3.148.769	1.953.029
	2012	
<u>Valores por ação (a)</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>
Dividendos intermediários declarados em novembro de 2012	0,937417	1,031158
	2011	
<u>Valores por ação (a)</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>
Dividendos intermediários declarados em março de 2011	3,139752	3,453727
Dividendos intermediários declarados em setembro de 2011	0,319058	0,350964
Juros sobre o capital próprio – líquido de imposto de renda	0,886505	0,975156
Juros sobre o capital próprio – líquido de imposto de renda	0,437720	0,481492
	2011	
<u>Valores por ação (a)</u>	<u>Valor bruto</u>	<u>Valor líquido</u>
JSCP - ações ordinárias	1,557913	1,324226
JSCP - ações preferenciais	1,713705	1,456649

(a) Não inclui montante de dividendos propostos.

A forma proposta pela Administração para pagamento dos dividendos a deliberar foi:

Para o exercício de 2011: Em 11 de abril de 2012, a AGO aprovou a destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 ainda não destinado, no montante de R\$1.888.152, mais os dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos em 2011 no montante de R\$107.874 e menos outros resultados abrangentes no montante de R\$(42.997) que totalizam o valor de R\$1.953.029, prevista na proposta de destinação de resultados aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 11 de abril de 2012.

Para o exercício de 2012: O saldo remanescente do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 ainda não destinado, no montante de R\$3.108.373, mais os dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos em 2012 no montante de R\$89.692 e menos outros resultados abrangentes e outros movimentos no montante de R\$(49.296) que totalizam o valor de R\$3.148.769, foram classificados como dividendos adicionais propostos dentro do patrimônio líquido de acordo com a proposta da Administração para destinação do lucro do exercício, a qual será submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

	Reais	Ordinárias	Preferenciais (1)
2012 - Total proposto para deliberação – por ação	3.148.769	2,629533	2,892487
2011 - Total proposto para deliberação – por ação	1.953.029	1,630092	1,793102

¹ 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme artigo 7º do Estatuto Social da Companhia.

f. Juros Sobre o Capital Próprio

Por proposta da Administração, no exercício de 2011 foram creditados juros sobre o capital próprio aos acionistas de acordo com o art. 9º da Lei nº 9.249/95, líquidos de imposto de renda na fonte, da seguinte forma:

	2011
Juros sobre o capital próprio bruto	1.867.000
Ações ordinárias	594.113
Ações preferenciais	1.272.887
Imposto de renda retido na fonte	(280.050)
Juros sobre o capital próprio líquido	1.586.950

Os acionistas imunes receberam os juros sobre o capital próprio integrais, sem retenção de imposto de renda na fonte.

g. Dividendos Prescritos

Prescrevem em 3 (três) anos, contados a partir da data do início de pagamento, os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados pelos acionistas, conforme artigo 287, inciso II, item “a” da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Serviço de telefonia	11.851.611	15.455.779	26.555.103	24.254.154
Uso de rede	1.061.907	623.535	4.453.340	3.785.017
Dados e SVAs	5.197.580	5.046.424	14.389.812	10.929.344
Serviços de TV por assinatura	-	-	805.319	865.376
Outros serviços (a)	749.370	588.498	1.282.632	1.104.095
Venda de mercadorias e aparelhos	-	-	2.792.611	2.135.165
Receita operacional bruta	18.860.468	21.714.236	50.278.817	43.073.151
ICMS	(3.570.439)	(4.629.916)	(10.048.616)	(8.800.749)
PIS e COFINS	(671.443)	(779.457)	(2.056.553)	(1.780.503)
ISS	(21.530)	(23.508)	(44.054)	(45.576)
Descontos e devoluções	(1.713.515)	(1.412.028)	(4.198.172)	(3.317.583)
Deduções da receita operacional bruta	(5.976.927)	(6.844.909)	(16.347.395)	(13.944.411)
Receita operacional líquida	12.883.541	14.869.327	33.931.422	29.128.740

- (a) Os montantes de contratos de *swap* de infraestrutura da Vivo, enquadrados no conceito de agente e principal (CPC 30 e IAS 18), que não estão sendo divulgados como custos e receitas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram de R\$44.758 e R\$23.980, respectivamente (nota 25).

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Todos os valores que compõem as receitas líquidas integram a base para o cálculo de imposto de renda e contribuição social.

25. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E MERCADORIAS VENDIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Depreciação e amortização	(2.101.974)	(1.825.579)	(4.132.456)	(3.582.633)
Pessoal	(250.516)	(232.387)	(459.707)	(380.067)
Interconexão	(3.291.793)	(4.537.399)	(4.012.065)	(4.537.124)
Serviços de terceiros	(1.646.299)	(1.591.450)	(3.288.842)	(2.817.324)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (a) (b)	(124.697)	(380.714)	(968.774)	(910.503)
Impostos, taxas e contribuições	(169.371)	(180.690)	(1.615.537)	(1.279.426)
Ônus de renovação de licenças (nota 1.b.1)	(83.991)	(84.284)	(194.442)	(142.252)
Outros	(47.912)	(50.319)	(90.749)	(106.055)
Total de custos dos serviços prestados	(7.716.553)	(8.882.822)	(14.762.572)	(13.755.384)
Custo das mercadorias vendidas	-	-	(1.801.892)	(1.284.279)
Total	(7.716.553)	(8.882.822)	(16.564.464)	(15.039.663)

- (a) Os montantes de contratos de *swap* de infraestrutura da Vivo, enquadrados no conceito de agente e principal (CPC 30 e IAS 18), que não estão sendo divulgados como custos e receitas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram de R\$44.758 e R\$23.980, respectivamente (nota 24).
- (b) Em 2012, a Companhia reverteu provisão junto ao Departamento de Estradas de Rodagens (DER) referente ao uso de faixas de domínio em rodovias no montante de R\$244.462, por entender ser remoto um desembolso referente a este tema.

26. DESPESAS COM COMERCIALIZAÇÃO

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Depreciação e amortização	(475.122)	(217.642)	(927.874)	(684.891)
Pessoal	(446.834)	(473.525)	(1.321.397)	(1.049.978)
Serviços de terceiros	(1.687.623)	(1.771.268)	(4.416.402)	(3.541.958)
Provisão para redução ao valor recuperável (nota 6)	(267.453)	(300.905)	(654.273)	(506.581)
Aluguéis/seguros/condomínio	(10.664)	(9.283)	(119.300)	(79.239)
Publicidade e propaganda	(164.022)	(215.721)	(867.364)	(735.622)
Doações e patrocínios	-	-	(253.756)	(251.597)
Outros	(43.116)	(15.319)	(133.330)	(98.345)
Total	(3.094.834)	(3.003.663)	(8.693.696)	(6.948.211)

27. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Depreciação e amortização	(57.520)	(67.054)	(432.829)	(318.470)
Pessoal	(270.665)	(264.326)	(623.341)	(556.058)
Serviços de terceiros	(336.896)	(276.534)	(832.493)	(693.260)
Aluguéis/seguros/condomínios e outras despesas	(30.743)	(61.848)	(259.813)	(217.870)
Total	(695.824)	(669.762)	(2.148.476)	(1.785.658)

28. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Multas e despesas recuperadas	170.767	221.377	380.553	366.124
Doações e patrocínios	(6.679)	(9.170)	(6.679)	(8.612)
Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis, líquidas	(575.487)	(251.178)	(770.646)	(367.554)
Resultado líquido na alienação/perdas de ativos (a)	67.435	111.435	1.100.934	513.891
Serviços técnicos administrativos	30.139	38.672	25.878	32.652
Outras receitas (despesas)	(12.872)	(78.378)	(42.537)	(94.343)
Total	(326.697)	32.758	687.503	442.158
Outras receitas operacionais	355.107	469.457	1.871.678	1.229.862
Outras despesas operacionais	(681.804)	(436.699)	(1.184.175)	(787.704)
Total	(326.697)	32.758	687.503	442.158

- (a) Durante o exercício de 2012, a Vivo alienou um total de 4.404 torres de transmissão/*rooftops* não estratégicos (1.358 torres em 2011) para diferentes compradores por um total de R\$1.462.916 (R\$476.038 em 2011). Após a transação de venda dos ativos, a Vivo efetuou um contrato de aluguel de parte das torres e *rooftops* vendidos para dar continuidade às transmissões de dados necessárias para a prestação dos serviços de telefonia móvel.

Cada transação de venda e aluguel foi considerada como uma operação de *sale and leaseback* conforme previsto no IAS 17. O *leaseback* de cada um dos ativos alienados (torres e *rooftops* individuais) foi analisado pela Administração e classificado como *leasing* operacional ou financeiro, considerando os requisitos qualitativos e quantitativos previstos no IAS 17.

Os riscos e benefícios de tais ativos foram repassados aos compradores durante o exercício de 2012, com exceção dos ativos classificados como *leasing* financeiro e de torres e *rooftops* cuja transferência de riscos e benefícios dependem de inspeções físicas e respectivo aceite técnico do comprador. Para tais itens, um total de R\$178.759 (R\$171.174 líquidos dos valores residuais) foi reconhecido como receita diferida (nota 21). Para os demais ativos, foi reconhecido um montante de R\$1.185.101 (R\$1.046.289 líquido dos valores residuais) como outras receitas operacionais em virtude da alienação dos ativos.

29. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	106.415	132.891	313.437	337.179
Ganho com operações de derivativos	93.069	151.922	345.412	251.758
Juros ativos	146.806	81.171	187.449	131.521
Variações monetárias/cambiais ativas	166.864	166.068	345.698	267.665
Outras receitas financeiras	21.632	17.465	89.558	115.236
	534.786	549.517	1.281.554	1.103.359
Despesas financeiras				
Juros passivos	(354.919)	(226.883)	(690.979)	(484.663)
Perdas com operações de derivativos	(65.592)	(127.901)	(230.216)	(140.725)
Variações monetárias/cambiais passivas	(164.420)	(194.513)	(409.907)	(308.966)
Pis/Cofins sobre juros sobre o capital próprio recebidos	(42.273)	(18.500)	(42.273)	(18.500)
Outras despesas financeiras	(50.274)	(66.783)	(198.994)	(290.197)
	(677.478)	(634.580)	(1.572.369)	(1.243.051)
Resultado financeiro, líquido	(142.692)	(85.063)	(290.815)	(139.692)

30. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia e suas controladas provisionam as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das demonstrações financeiras são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso.

Conciliação da despesa tributária com a alíquota padrão

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro antes dos tributos	4.902.169	4.569.425	6.921.474	5.657.674
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(1.666.737)	(1.553.605)	(2.353.301)	(1.923.609)
Diferenças permanentes				
Equivalência patrimonial, líquida dos efeitos dos JSCP recebidos	1.202.998	784.941	-	-
Despesas de juros sobre o capital próprio	-	566.780	-	634.780
Dividendos prescritos	(30.495)	(5.613)	(30.495)	(5.613)
Despesas indedutíveis, brindes, incentivos e dividendos recebidos	(2.817)	(3.698)	(68.052)	(47.576)
Outras (adições) exclusões	48.455	(2.912)	(17.445)	46.543
Despesa tributária	(448.596)	(214.107)	(2.469.293)	(1.295.475)
Taxa efetiva	9%	5%	36%	23%
IRPJ e CSLL corrente	-	(84.029)	(1.628.669)	(928.132)
IRPJ e CSLL diferido	(448.596)	(130.078)	(840.624)	(367.343)

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os valores relativos à movimentação dos ativos e passivos diferidos consolidados, totalizam R\$826.977 e R\$346.001, respectivamente, líquidos de outros movimentos.

As composições do ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre diferenças temporárias estão demonstradas na nota 8.2.

31. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no exercício. Não foram realizadas operações que pudessem gerar a emissão de ações potenciais até a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, não havendo, portanto, ajustes de efeitos diluidores inerentes a potenciais emissões de ações.

O quadro a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas detentores de ações:	4.453.573	4.355.318
Ordinárias	1.418.011	1.381.068
Preferenciais	3.035.562	2.974.250
Número de Ações:	1.123.463	928.005
Média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o exercício	381.338	313.748
Média ponderada das ações preferenciais em circulação durante o exercício	742.125	614.257
Resultado básico e diluído por ação:		
Ações ordinárias	3,72	4,40
Ações preferenciais	4,09	4,84

32. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

32.a) Termos e condições de transações com partes relacionadas:

- a) Serviços de telefonia fixa e móvel: serviços de telecomunicações fixa e móvel prestados as empresas do Grupo da Telefônica;
- b) Aluguel de prédios e vendas de ativos de *call center*: aluguel de prédios próprios onde está instalada a infraestrutura de *call center* e venda de bens do ativo imobilizado utilizado para a operação do *call center* para a Atento Brasil, Telefônica Serviços Empresariais do Brasil e Telefônica Transportes e Logística;
- c) Serviços de suporte de centro de tele-atendimento, cobrança, *back-office* e promotores de vendas: prestados pela Atento Brasil;
- d) Gastos repercutidos: são repassados à Companhia pela Media Networks Latin e Telefónica Del Peru;
- e) Serviços de TV digital: prestados pela Media Networks Latin;
- f) Aluguel e manutenção de equipamento de segurança: prestados pela Telefônica Engenharia e Segurança do Brasil;
- g) Serviços corporativos: são repassados, pelo custo efetivamente incorrido nesses serviços;
- h) Serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas: prestados pela Telefônica Global Technology;
- i) Infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados e serviços de conexão: prestados pela Telefónica International Wholesale Brasil, Telefónica International Wholesale Services e Telefónica Usa;
- j) Serviços de gestão administrativa: serviço financeiro, patrimônio, contabilidade e recursos humanos prestados pela Telefônica Serviços Empresariais do Brasil;
- k) Serviços de operador logístico, mensageria e *motoboy*: prestados pela Telefônica Transportes e Logística;
- l) Serviços de provedor de conteúdo portal de voz: prestados pela Terra Networks Brasil;
- m) Serviços de comunicação de dados e soluções integradas: prestados para Telefónica International Wholesale Services e Telefónica Usa;
- n) Serviços de chamada de longa distância e de *roaming* internacional: prestados por empresas pertencentes ao Grupo Telefônica;
- o) Reembolso de despesas: são provenientes de honorários de consultoria, despesas com salários e outros gastos pagos pela Companhia a serem reembolsados pelas empresas pertencentes ao Grupo Telefônica; e
- p) Brand Fee: cessão de uso de direitos da marca pagos à Telefónica.

Apresentamos, a seguir, um sumário dos saldos e das transações com partes relacionadas:

Balanco Patrimonial - Ativo							
		31.12.12			31.12.11		
		Ativo circulante		Ativo não circulante	Ativo circulante		Ativo não circulante
		Contas a receber, líquidas	Outros ativos	Outros ativos	Contas a receber, líquidas	Outros ativos	Outros ativos
Empresas							
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	o)	1	19	545	-	4	-
Telefónica Internacional	o)	-	149	17.393	-	221	17.022
Telefónica	o)	-	54	137	-	482	1.591
		1	222	18.075	-	707	18.613
Outras empresas do grupo							
Atento Brasil	a) / b)	-	-	-	13.350	1.370	-
Telefónica Usa	m)	1.925	-	-	913	-	-
Telefónica da Argentina	n)	2.462	-	-	2.452	-	-
Telefónica de Espanha	n)	2.476	-	-	5.320	-	-
Telefónica Del Peru	d) / n)	1.764	3.216	236	1.750	8.913	-
Telefónica Engenharia de Segurança do Brasil	a) / g) / o)	556	1.915	293	484	1.552	287
Telefónica International Wholesale Services Brasil	a) / g) / o)	641	218	22	1.683	448	22
Telefónica International Wholesale Services Espanha	m)	7.072	-	-	6.057	-	-
Telefónica Móviles Espanha	n)	3.239	-	-	5.424	-	-
Telefónica Serviços Empresariais do Brasil	a) / b) / g) / o)	1.770	15.605	1.009	1.068	15.622	932
Telefónica Transportes e Logística	a) / b) / g) / o)	206	102	7	16	147	-
Terra Networks Brasil	a) / g) / o)	3.286	6.054	13	3.729	5.776	16
Outras	a) / d) / g) / n)	15.624	10.701	463	15.654	5.750	344
		41.021	37.811	2.043	57.900	39.578	1.601
Total		41.022	38.033	20.118	57.900	40.285	20.214
Balanco Patrimonial - Passivo							
		31.12.12			31.12.11		
		Passivo circulante		Passivo não circulante	Passivo circulante		Passivo não circulante
		Fornecedores e contas a pagar	Outras obrigações	Outras obrigações	Fornecedores e contas a pagar	Outras obrigações	Outras obrigações
Empresas							
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	o)	2.685	4.028	4.689	-	-	-
Telefónica Internacional	o)	601	1.086	-	24.878	20.389	-
Telefónica	p)	3.168	35.162	-	4.394	38.346	-
		6.454	40.276	4.689	29.272	58.735	-
Outras empresas do grupo							
Atento Brasil	c)	-	-	-	182.654	4.038	338
Telefónica Usa	i)	1.051	6.680	106	-	42	97
Telefónica da Argentina	n)	1.577	-	-	1.260	-	-
Telefónica de Espanha	n)	2.158	-	-	3.997	-	-
Telefónica Del Peru	n)	49	-	-	61	-	700
Telefónica Engenharia de Segurança do Brasil	f)	3.828	-	8	5.704	43	210
Telefónica International Wholesale Services Brasil	i)	68.552	-	305	29.080	-	505
Telefónica International Wholesale Services Espanha	i)	869	2.342	-	716	2.686	-
Telefónica Móviles Espanha	n)	4.196	-	-	5.984	-	-
Telefónica Serviços Empresariais do Brasil	j) / o)	17.783	36	1.521	10.553	162	2.976
Telefónica Transportes e Logística	k)	32.648	272	165	36.341	269	144
Terra Networks Brasil	l)	1.366	19	291	1.081	19	-
Outras	e) / h) / n)	15.096	522	116	24.365	482	6
		149.173	9.871	2.512	301.796	7.741	4.976
Total		155.627	50.147	7.201	331.068	66.476	4.976

		Demonstração dos Resultados - Receitas (Custos e Despesas)			
		2012		2011	
Empresas	Natureza da transação	Receitas	Custos e Despesas	Receitas	Custos e Despesas
Controladoras					
SP Telecomunicações Participações	o)	-	(12.639)	4	(357.805)
Telefónica Internacional	o)	43.211	-	1	(603.066)
Telefónica	o) / p)	3.691	(142.791)	-	(578.363)
		46.902	(155.430)	5	(1.539.234)
Outras empresas do grupo					
Atento Brasil	a) / b) / c)	50.580	(979.672)	51.148	(1.041.829)
Telefónica Usa	m) / i)	3.318	(7.832)	2.431	(105)
Telefónica da Argentina	n)	3.563	(2.354)	3.254	(2.140)
Telefónica de España	n)	4.585	(3.736)	6.266	(5.643)
Telefónica Del Peru	d) / n)	3.844	-	3.788	-
Telefónica Engenharia de Segurança do Brasil	a) / f) / g) / o)	2.374	(7.077)	1.133	(5.454)
Telefónica International Wholesale Services Brasil	a) / g) / i) / o)	8.725	(120.876)	5.741	(88.642)
Telefónica International Wholesale Services Espanha	i) / m)	20.476	(13.917)	11.918	(14.625)
Telefónica Mviles España	n)	-	(4.841)	9.190	(7.985)
Telefónica Serviços Empresariais do Brasil	a) / b) / g) / j) / o)	6.125	(97.665)	6.553	(94.644)
Telefónica Transportes e Logística	a) / b) / g) / k) / o)	1.078	(86.710)	67	(80.887)
Terra Networks Brasil	a) / g) / l) / o)	7.317	(4.448)	8.461	(5.604)
Outras	a) / d) / e) / g) / h) / n)	5.027	(3.172)	8.445	(30.678)
		117.012	(1.332.300)	118.395	(1.378.236)
Total		163.914	(1.487.730)	118.400	(2.917.470)

32.b) Remuneração dos Administradores

O montante de remuneração (consolidado) pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de aproximadamente R\$21.586 (R\$27.476 em dezembro de 2011). Destes montantes, R\$16.856 (R\$21.225 em dezembro de 2011) correspondem a salários, benefícios e encargos sociais e R\$4.730 (R\$6.251 em dezembro de 2011) a remuneração variável.

Estes montantes foram contabilizados como despesas de pessoal, de acordo com a função nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas (notas 25, 26 e 27).

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

33. SEGUROS

A política da Companhia e suas controladas, bem como do Grupo Telefónica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefónica S.A. As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidade	Limites máximos de indenização
Riscos operacionais (com lucros cessantes)	1.095.420
Responsabilidade civil geral (RCG)	40.293
Seguro Garantia ANATEL	24.644

34. PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

Durante os exercícios de 2012 e 2011, a controladora da Companhia, Telefónica S.A., mantinha diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação de suas ações, os quais eram oferecidos também a dirigentes e empregados de suas controladas, entre elas a Telefônica Brasil e suas subsidiárias.

O valor justo das opções é estimado na data de concessão, com base em modelo binomial de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

A Companhia reembolsa a Telefónica S.A. o valor justo do benefício entregue na data de concessão aos dirigentes e empregados.

Os principais planos em vigor no encerramento dos exercícios de 2012 e 2011 estão detalhados a seguir:

a) Plano de direitos sobre ações da Telefónica S.A.: *Performance Share Plan* (PSP)

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica S.A., celebrada em 21 de junho de 2006, aprovou a aplicação de um plano de incentivos de longo prazo dirigido aos executivos da Telefónica S.A. e de suas controladas, que consiste na entrega aos participantes selecionados para esta finalidade, após cumprimento dos requisitos necessários fixados no mesmo plano, de um determinado número de ações da Telefónica S.A., como remuneração variável.

A duração total inicialmente prevista do plano é de sete anos. O plano está dividido em cinco ciclos, de três anos de duração cada um, iniciando-se cada um deles em 1º de julho ("Data de Início") e finalizando em 30 de junho do terceiro ano seguinte à Data de Início ("Data de Finalização"). No início de cada ciclo será determinado o número de ações que será objeto de entrega aos beneficiários do plano em função do grau de cumprimento dos objetivos fixados. Essa entrega ocorrerá, conforme o caso, uma vez transcorrida a Data de Finalização de cada ciclo. Os ciclos são independentes entre si, começando o primeiro ciclo em 1º de julho de 2006 (com entrega de ações em 1º de julho de 2009), e o quinto ciclo em 1º de julho de 2010 (com entrega de ações, conforme o caso, a partir de 1º de julho de 2013).

A entrega das ações está condicionada:

- Pela permanência na empresa durante os três anos de duração de cada ciclo, sujeito a determinadas condições especiais em relação às baixas.
- O número concreto de ações a serem entregues ao final de cada ciclo dependerá do nível de êxito e do número máximo de ações atribuído a cada executivo. O nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista considerando cotação e dividendos (*Total Shareholder Return* - TSR) da ação da Telefónica, em relação à evolução dos TSRs correspondentes a um conjunto de sociedades cotadas do setor de telecomunicações que constitui o Grupo de Comparação. A cada empregado inscrito no plano é atribuído no início de cada ciclo um número máximo de ações, e o número concreto de ações que serão entregues no final do ciclo é obtido multiplicando esse número máximo pelo nível de êxito alcançado nessa data. Este será 100% caso a evolução do TSR da Telefónica seja igual ou superior ao do terceiro quartil do Grupo de Comparação, e de 30% caso essa evolução seja igual à mediana. Caso a evolução se mantenha entre ambos os valores será feita uma interpolação linear, e caso seja inferior à mediana nada será entregue.

Em 30 de junho de 2011 e 2012 ocorreram os vencimentos do terceiro e quarto ciclos deste plano de incentivos que tiveram as seguintes ações máximas atribuídas aos executivos da Telefónica Brasil e suas subsidiárias:

Ciclos	Nº de ações	Valor unitário em Euros	Data de finalização
3º ciclo 1º de julho de 2008	186.186	8,39	30 de junho de 2011
4º ciclo 1º de julho de 2009	169.323	8,41	30 de junho de 2012

Após o vencimento do 3º e 4º ciclos do plano, no mês de julho de 2011 e 2012 foram entregues ao total de executivos da Telefónica Brasil e suas subsidiárias que estavam incluídos nesses ciclos, um montante de 186.186 e zero ações, respectivamente. No quarto ciclo não foram entregues ações por conta do não atingimento do mínimo estabelecido no programa para o TSR.

O número máximo de ações atribuído no ciclo em aberto em 31 de dezembro de 2012 é o seguinte:

Ciclos	Nº de ações	Valor unitário em Euros	Data de finalização
5º ciclo 1º de julho de 2010	170.219	9,08	30 de junho de 2013

b) Plano Performance & Investment Plan (PIP)

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica S.A., celebrada em 18 de maio de 2011, aprovou um programa de longo prazo com o objetivo de premiar o compromisso, o desempenho destacado e o alto potencial de seus Diretivos em nível global com a atribuição de ações da Telefónica S.A.

Os participantes não precisam pagar por suas ações iniciais atribuídas e poderão aumentar a quantidade de ações possíveis a receber no fim do plano se decidirem fazer um investimento conjunto em seu PIP. O co-investimento exige que o participante compre e mantenha até o final do ciclo o equivalente a 25% das ações iniciais atribuídas pela Telefónica S.A.. Sobre o co-investimento do participante a Telefónica S.A. incrementará as ações iniciais em mais 25%.

A duração total inicialmente prevista do plano é de três anos. O início do ciclo foi em 1º de julho de 2011 e se estenderá até 30 de junho de 2014. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data da concessão, as ações serão transferidas para o participante se atingida a meta.

A entrega das ações está condicionada a:

- manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefónica na data de consolidação do ciclo;
 - atingir por parte da Telefónica, resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano: o nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, obtido através (TSR), em relação à evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Comparação pré-definido.
- serão entregues 100% das ações se o TSR da Telefónica S.A superar o TSR das empresas que representem 75% da capitalização na bolsa de valores do Grupo de Comparação.

- serão entregues 30% das ações se o TSR da Telefónica S.A ficar no mesmo nível ou acima do TSR das empresas que representam 50% da capitalização na bolsa de valores do Grupo de Comparação.
- determinado por interpolação linear caso o TSR da Telefónica S.A esteja entre 50% e 75% da capitalização na bolsa de valores do Grupo de Comparação.
- não serão entregues ações se o TSR da Telefónica S.A ficar abaixo do TSR das empresas que representem 50% da capitalização na bolsa de valores de Grupo de Comparação.

O número máximo de ações atribuído nos dois primeiros ciclos em aberto em 31 de dezembro de 2012 é o seguinte:

Ciclo	Nº de ações	Valor unitário em Euros	Data de Finalização
1º ciclo 1º de julho de 2011	208.269	8,28	30 de junho de 2014
2º ciclo 1º de julho de 2012	345.026	8,28	30 de junho de 2015

c) Plano global de direitos sobre ações da Telefónica S.A.: *Global Employee Share Plan* (GESP)

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica S.A., celebrada em 18 de maio de 2011, aprovou um plano de compra incentivada de ações da Telefónica S.A. dirigido aos empregados do Grupo Telefónica em âmbito internacional, inclusive aos empregados da Telefônica Brasil e suas subsidiárias. Através deste plano, é oferecida a possibilidade de adquirir ações da Telefónica S.A. com o compromisso desta última de entregar gratuitamente aos participantes um determinado número de suas ações, sempre que forem cumpridos determinados requisitos.

A duração total inicialmente prevista do plano foi de dois anos. Os empregados inscritos no plano puderam adquirir ações da Telefónica S.A. mediante contribuições mensais de até 100 euros (ou o equivalente em moeda local), com um valor máximo de 1.200 euros ao longo de um período de doze meses (período de compra). A entrega de ações ocorrerá, conforme o caso, após o período de aquisição de direito do plano, a partir de 1º de dezembro de 2014, e está condicionada:

- Pela permanência na empresa durante os dois anos de duração do programa (período de aquisição de direito), sujeito a determinadas condições especiais em relação às baixas.
- O número exato de ações a serem entregues ao final do período de aquisição de direito dependerá do número de ações adquiridas e mantidas pelos empregados. Assim, os empregados inscritos no plano, e que continuem no Grupo, que tenham mantido as ações adquiridas por um período adicional de mais doze meses depois do fim do período de compra, terão direito a receber uma ação gratuita para cada ação que tenham adquirido e conservado até o fim do período de aquisição de direito.

O período de compra foi iniciado em novembro de 2012, e, em 31 de dezembro de 2012, o número total de empregados da Telefônica Brasil e suas subsidiárias inscritos no Plano totaliza 935.

A Telefônica Brasil e suas subsidiárias registraram as seguintes despesas de pessoal referentes aos planos de remuneração baseados em ações, nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

<u>Planos</u>	<u>31.12.12</u>	<u>31.12.11</u>
PSP	3.994	10.101
PIP	3.000	4.509
GESP	3.435	2.298
Total	10.429	16.908

35. PLANOS DE BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia patrocina com os devidos tipos de benefícios.

<u>Plano</u>	<u>Tipo ⁽¹⁾</u>	<u>Entidade</u>	<u>Patrocinador</u>
PBS-A	BD	Sistel	Telefonica Brasil e Vivo, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
PAMA / PCE	Assistência Médica	Sistel	Telefonica Brasil e Vivo, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
CTB	BD	Telefonica Brasil	Telefonica Brasil
PBS	BD/Híbrido	VisãoPrev	Telefonica Brasil e Vivo
PREV	Híbrido	VisãoPrev ⁽²⁾	Vivo
VISÃO	CD/Híbrido	VisãoPrev	A. Telecom, Telefonica Data, Telefonica Brasil, Vivo e Visão Prev Companhia de Previdência Complementar

⁽¹⁾ BD = Plano de Benefício Definido;

CD = Plano de Contribuição Definida;

Híbrido = Plano de benefícios que oferece tanto benefícios estruturados na modalidade de benefícios definidos como contribuições definidas.

⁽²⁾ Exceto o plano CELPREV, administrado pela Sistel.

A Companhia e suas controladas, juntamente com outras empresas do antigo Sistema Telebrás, patrocinam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados, apresentados a seguir: i) PBS-A; ii) PAMA; iii) CTB; iv) PBS-Telefônica, PBS-Telesp Celular, PBS-TCO, PBS Tele Sudeste Celular e PBS Tele Leste Celular; v) Plano TCP Prev, TCO Prev e CelPrev; e vi) Plano de Benefícios Visão Telefônica e Visão Celular – Celular CRT, Telerj Celular, Telest Celular, Telebahia Celular e Telergipe Celular.

A Companhia e suas controladas patrocinam, individualmente, um plano de benefícios definidos de aposentadoria - o Plano PBS, administrado pela Visão Prev. A Companhia e suas controladas participam, também, de um plano multipatrocinado de aposentadoria (PBS-A) e de assistência médica (PAMA) aos empregados aposentados da Companhia e a seus dependentes (administrado pela Fundação Sistel, com fundo já constituído e contribuição dos participantes), a custo compartilhado. As contribuições aos planos PBS são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é fixada em percentual de desconto sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano conforme segue:

<u>Plano</u>	<u>%</u>
PBS Telesp	6,82
PBS Telesp Celular	7,16
PBS Tele Sudeste Celular	6,64
PBS Telemig Celular	6,11
PAMA	1,5

Para os demais empregados da Companhia e suas controladas, há um plano individual de contribuição definida – o Plano de Benefícios Visão, sendo ambos administrados pela Visão Prev Companhia de Previdência Complementar. Esses planos são viabilizados através de contribuições feitas pelos participantes (empregados) e pelas patrocinadoras, que são creditadas em contas individuais dos participantes. A Companhia e suas controladas são responsáveis pelo custeio de todas as despesas administrativas e de manutenção dos planos, inclusive pelos riscos de morte e invalidez dos participantes. As contribuições da Companhia e suas controladas para esses planos são iguais às dos participantes, variando de 2% a 9% do salário dos participantes, e de 0% a 8% do salário para os participantes do plano Vivo Prev de sua controlada Vivo, em função do percentual escolhido pelo participante.

Adicionalmente, a Companhia complementa aposentadoria de alguns empregados da antiga CTB – Companhia Telefônica Brasileira.

A Vivo também patrocina o CelPrev. O participante pode fazer três tipos de contribuições ao plano, sendo: (a) contribuição normal básica: percentual variável de 0% a 2% do seu salário de participação; (b) contribuição normal adicional: percentual variável de 0% a 6% da parcela do seu salário de participação que for maior que 10 Unidades de Referência Padrão do Plano; e (c) contribuição voluntária: percentual livremente escolhido pelo participante e aplicado sobre seu salário de participação. A patrocinadora pode fazer quatro tipos de contribuições, sendo: (a) contribuição normal básica: contribuição igual à contribuição normal básica do participante, deduzida a contribuição para o custeio do benefício de auxílio-doença e aquela destinada ao custeio das despesas administrativas; (b) contribuição normal adicional: igual à contribuição normal adicional do participante, descontada a despesa administrativa; (c) contribuição eventual: efetuada de modo voluntário e com frequência determinada pela patrocinadora; e (d) contribuição especial: contribuição destinada exclusivamente aos funcionários da patrocinadora que não pertencem ao PBS e que ingressaram no prazo de 90 dias da data de início de vigência do CelPrev.

A avaliação atuarial dos planos foi efetuada em dezembro de 2012 e 2011, com base no cadastro dos participantes de 31 de agosto e 31 de julho de 2012 para os planos administrados pela VisãoPrev e Sistel, respectivamente, ambos projetados para 31 de dezembro de 2012 e com base no cadastro dos participantes de 31 de agosto e 30 de setembro de 2011 para os planos administrados pela VisãoPrev e Sistel, respectivamente, ambos projetados para 31 de dezembro de 2011, tendo sido adotado o método do crédito unitário projetado. Os ganhos e perdas atuariais gerados em cada exercício são reconhecidos de forma imediata no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).

Os ativos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente, sendo que para os planos multipatrocinados (PAMA e PBS-A), o rateio dos ativos dos planos foi feito com base no passivo atuarial da empresa em relação ao passivo atuarial total do plano.

As provisões atuariais referentes aos planos citados acima, estão registradas em Provisões (nota 20).

O passivo atuarial consolidado registrado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 era o seguinte:

	2012	2011
CTB	50.652	34.615
PAMA	341.617	273.373
PBS	-	905
Total	392.269	308.893

a. Conciliação dos ativos e passivos

	PBS-A (i)	CTB	PAMA (i)	PBS	VISÃO	PREV	TOTAL
Total do passivo atuarial	1.376.229	50.652	437.241	229.119	34.666	53.559	2.181.466
Valor justo dos ativos	2.136.722	-	95.624	342.323	61.189	106.150	2.742.008
Passivo (ativo) líquido	(760.493)	50.652	341.617	(113.204)	(26.523)	(52.591)	(560.542)
Limitador dos ativos	760.493	-	-	112.246	8.685	23.339	904.763
Passivos (ativos), líquidos, em 31.12.12							
Ativo não circulante	-	-	-	(958)	(17.838)	(29.252)	(48.048)
Passivo não circulante	-	50.652	341.617	-	-	-	392.269

	PBS-A (i)	CTB	PAMA (i)	PBS	VISÃO	PREV	TOTAL
Total do passivo atuarial	1.214.453	34.615	366.660	242.227	33.986	46.251	1.938.192
Valor justo dos ativos	1.882.195	-	93.287	294.602	108.793	73.689	2.452.566
Passivo (ativo) líquido	(667.742)	34.615	273.373	(52.375)	(74.807)	(27.438)	(514.374)
Limitador dos ativos	667.742	-	-	53.195	44.375	26.745	792.057
Passivos (ativos), líquidos, em 31.12.11							
Ativo não circulante	-	-	-	(85)	(30.432)	(693)	(31.210)
Passivo não circulante	-	34.615	273.373	905	-	-	308.893

- (i) Refere-se à participação proporcional da Companhia e suas controladas nos ativos e passivos dos planos multipatrocinados PAMA e PBS-A.

b. Total de despesa reconhecida na demonstração de resultado

	2012					
	CTB	PAMA	PBS	VISÃO	PREV	TOTAL
Custo do serviço prestado	-	165	853	4.601	3.872	9.491
Custo dos juros	3.164	35.026	22.780	3.085	4.260	68.315
Rendimento esperado dos ativos	-	(10.847)	(35.944)	(13.392)	(9.001)	(69.184)
Total	3.164	24.344	(12.311)	(5.706)	(869)	8.622

	2011					
	CTB	PAMA	PBS	VISÃO	PREV	TOTAL
Custo do serviço prestado	-	252	821	3.971	2.482	7.526
Custo dos juros	1.978	29.173	17.838	3.062	3.487	55.538
Rendimento esperado dos ativos	-	(8.163)	(25.654)	(6.940)	(5.795)	(46.552)
Total	1.978	21.262	(6.995)	93	174	16.512

c. Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes

	2012					
	CTB	PAMA	PBS	VISÃO	PREV	TOTAL
(Ganhos) e perdas atuariais	17.216	43.940	(48.381)	57.611	(20.559)	49.827
Efeito limitador	-	-	59.051	(35.690)	(3.406)	19.955
Custo total reconhecido em outros resultados abrangentes	17.216	43.940	10.670	21.921	(23.965)	69.782

	2011					
	CTB	PAMA	PBS	VISÃO	PREV	TOTAL
(Ganhos) e perdas atuariais	15.398	36.581	22.643	30.628	(6.552)	98.698
Efeito limitador	-	-	(12.231)	(28.903)	7.612	(33.522)
Custo total reconhecido em outros resultados abrangentes	15.398	36.581	10.412	1.725	1.060	65.176

d. Movimentação do (ativo) passivo atuarial líquido

	PBS-A	CTB	PAMA	PBS	VISÃO	PREV	TOTAL
Passivo (ativo) em 31.12.11	-	34.615	273.373	820	(30.432)	(693)	277.683
Despesas em 2012	(129.671)	3.164	24.344	(12.311)	(5.706)	(869)	(121.049)
Contribuições das patrocinadoras em 2012	-	(4.343)	(40)	(136)	(3.621)	(3.725)	(11.865)
Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	129.671	17.216	43.940	10.669	21.921	(23.965)	199.452
Passivo (ativo) em 31.12.12	-	50.652	341.617	(958)	(17.838)	(29.252)	344.221
Ativo atuarial reconhecido no balanço	-	-	-	(958)	(17.838)	(29.252)	(48.048)
Passivo atuarial reconhecido no balanço	-	50.652	341.617	-	-	-	392.269

	PBS-A	CTB	PAMA	PBS	VISÃO	PREV	TOTAL
Passivo (ativo) em 31.12.10	-	20.818	198.182	-	(27.171)	-	191.829
Combinação de negócios	(17.809)	-	17.431	(50.294)	(11.048)	(19.961)	(81.681)
Despesas em 2011	(92.030)	1.978	21.262	(6.995)	93	174	(75.518)
Contribuições das patrocinadoras em 2011	-	(3.579)	(83)	(294)	(5.016)	(1.100)	(10.072)
Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	109.839	15.398	36.581	58.403	12.710	20.194	253.125
Passivo (ativo) em 31.12.11	-	34.615	273.373	820	(30.432)	(693)	277.683
Ativo atuarial reconhecido no balanço	-	-	-	(85)	(30.432)	(693)	(31.210)
Passivo atuarial reconhecido no balanço	-	34.615	273.373	905	-	-	308.893

e. Movimentação do passivo atuarial

	PBS-A	CTB	PAMA	PBS	VISÃO	PREV	TOTAL
Passivo em 31.12.11	1.214.453	34.615	366.660	242.227	33.986	46.251	1.938.192
Custo do serviço corrente	-	-	165	853	4.601	3.872	9.491
Juros sobre o passivo atuarial	113.362	3.164	35.026	22.780	3.085	4.260	181.677
Benefícios pagos no exercício	(101.793)	(4.343)	(14.821)	(13.323)	(1.322)	(1.606)	(137.208)
Contribuição de participantes vertidas no exercício	-	-	-	270	180	113	563
(Ganhos) perdas atuariais no exercício	150.207	17.216	50.211	(23.688)	(5.864)	669	188.751
Passivo em 31.12.12	1.376.229	50.652	437.241	229.119	34.666	53.559	2.181.466
Passivo em 31.12.10	1.138.330	20.818	272.140	94.177	31.915	-	1.557.380
Combinação de negócios	35.091	-	23.936	117.481	161	49.656	226.325
Custo do serviço corrente	-	-	251	821	3.970	2.482	7.524
Juros sobre o passivo atuarial	114.725	1.978	29.173	17.838	3.062	3.487	170.263
Benefícios pagos no exercício	(97.917)	(3.579)	(13.390)	(13.385)	(5.900)	(1.113)	(135.284)
Contribuição de participantes vertidas no exercício	-	-	-	345	-	-	345
(Ganhos) perdas atuariais no exercício	24.224	15.398	54.550	24.950	778	(8.261)	111.639
Passivo em 31.12.11	1.214.453	34.615	366.660	242.227	33.986	46.251	1.938.192

f. Movimentação dos ativos dos planos

	PBS-A	PAMA	PBS	VISÃO	PREV	TOTAL
Valor justo dos ativos do plano em 31.12.11	1.882.195	93.287	294.602	108.793	73.689	2.452.566
Benefícios pagos no exercício	(101.793)	(14.821)	(13.323)	(1.322)	(1.606)	(132.865)
Contribuições totais no exercício	-	39	406	3.801	3.840	8.086
Rendimento esperado dos ativos no exercício	243.033	10.847	35.944	13.392	9.001	312.217
(Ganhos) perdas atuariais no exercício	113.287	6.272	24.694	(63.475)	21.226	102.004
Valor justo dos ativos do plano em 31.12.12	2.136.722	95.624	342.323	61.189	106.150	2.742.008
Valor justo dos ativos do plano em 31.12.10	1.717.746	-	73.959	121.378	-	2.024.695
Combinação de negócios	52.900	-	6.505	167.775	11.209	308.006
Benefícios pagos no exercício	(97.917)	(3.579)	(13.390)	(13.385)	(5.900)	(135.284)
Contribuições totais no exercício	-	3.579	81	640	5.017	10.416
Rendimento esperado dos ativos no exercício	206.757	-	8.163	25.654	6.940	253.309
(Ganhos) perdas atuariais no exercício	2.709	-	17.969	2.306	(29.851)	(8.576)
Valor justo dos ativos do plano em 31.12.11	1.882.195	-	93.287	294.602	73.689	2.452.566

g. Despesas previstas para o exercício de 2013

	CTB	PAMA	PBS	VISÃO	PREV	TOTAL
Custo do serviço prestado	-	139	643	4.147	4.270	9.199
Juros líquidos sobre o ativo / passivo atuarial líquidos	4.127	30.811	(101)	(1.721)	(2.703)	30.413
Total	4.127	30.950	542	2.426	1.567	39.612

h. Premissas atuariais

Plano	Taxa de retorno esperado sobre os ativos dos planos	Taxa de crescimento salarial futuro	Taxa de crescimento dos custos médicos	Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	Idade prevista para aposentadoria	Taxa utilizada para desconto a valor presente do passivo atuarial
PBS	8,7% a 8,91%	6,18%	N/A	4,5%	N/A	Elegibilidade do benefício de aposentadoria normal	8,7% a 8,91%
VISÃO	8,32% a 8,84%	6,18%	N/A	4,5%	N/A	Elegibilidade do benefício de aposentadoria normal	8,32% a 8,84%
PREV	8,5% a 9,05%	6,18%	N/A	4,5%	N/A	Elegibilidade do benefício de aposentadoria normal	8,5% a 9,05%
CTB	8,57%	6,18%	N/A	4,5%	N/A	Elegibilidade do benefício de aposentadoria normal	8,57%
PAMA	9,02%	N/A	7,64%	N/A	5% ao atingir 52 anos e 10 anos de participação; 3% a cada ano subsequente; 100% na elegibilidade à aposentadoria normal	N/A	9,02%
PBS-A	8,67%	N/A	N/A	4,5%	N/A	N/A	8,67%

Além das premissas acima, foram adotadas outras premissas comuns a todos os planos, como segue:

- Taxa de inflação: 4,5%;
- Fator de capacidade para salários e benefícios: 98%;
- Rotatividade: 0,15 (anos de serviço +1), nula a partir de 50 anos;
- Tábua de entrada em invalidez: Mercer Disability;
- Tábua de mortalidade: AT2000 segregada por sexo, e
- Tábua de mortalidade de inválidos: IAPB-57.

Plano	2011						Taxa utilizada para desconto a valor presente do passivo atuarial
	Taxa de retorno esperado sobre os ativos dos planos	Taxa de crescimento salarial futuro	Taxa de crescimento dos custos médicos	Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	Idade prevista para aposentadoria	
PBS	11,60%	6,54%	N/A	4,5%	N/A	Elegibilidade do benefício de aposentadoria normal	9,73%
VISÃO	11,60%	7,20%	N/A	4,5%	N/A	Elegibilidade do benefício de aposentadoria normal	9,73%
PBS TELEMIG	12,08%	N/A	N/A	4,5%	N/A	Elegibilidade do benefício de aposentadoria normal	9,73%
CELPREV / PREV	Celprev: 11,10% Prev: 11,60%	Celprev: 7,19% Prev: 7,20%	N/A	4,5%	N/A	Elegibilidade do benefício de aposentadoria normal	9,73%
CTB	N/A	N/A	N/A	4,5%	N/A	Elegibilidade do benefício de aposentadoria normal	9,73%
PAMA	11,07%	N/A	7,64%	N/A	5% ao atingir 52 anos e 10 anos de participação; 3% a cada ano subsequente; 100% na elegibilidade à aposentadoria normal	N/A	9,73%
PBS-A	12,08%	N/A	N/A	4,5%	N/A	N/A	9,73%

Além das premissas acima, foram adotadas outras premissas comuns a todos os planos, como segue:

- Taxa de inflação: 4,5%;
- Fator de capacidade para salários e benefícios: 98%;
- Rotatividade: 0,15 (anos de serviço +1), nula a partir de 50 anos;
- Tábua de entrada em invalidez: Mercer Disability;
- Tábua de mortalidade: AT2000 segregada por sexo, e
- Tábua de mortalidade de inválidos: IAPB-57.

i. Rendimento esperado de longo prazo dos investimentos

	2012	2011
Percentual de alocação dos ativos dos planos		
Instrumentos de capital	11,52%	5,87%
Instrumentos de dívida	88,30%	92,87%
Outros	0,18%	1,26%
Total	100,00%	100,00%
	2012	2011
Retorno esperado dos ativos dos planos		
Instrumentos de capital	8,5% a 11,4%	16,36%
Instrumentos de dívida	8,5% a 9,06%	12,46%
Outros	8,5% a 10,57%	11,67%

As taxas esperadas de retorno dos investimentos de longo prazo relativas aos planos avaliados foram selecionadas pela Companhia, tendo sido determinadas a partir das expectativas de rentabilidade de longo prazo, com base nas projeções de longo prazo fornecidas pela Tendências Consultoria e dados da ANBIMA, entre outros, conforme segue:

- Ativos de renda variável: foi utilizado o prêmio histórico de risco apurado pelo atuário consultor;
- Títulos pré-fixados: taxa média, ponderada pelas LTN's disponíveis e portfólio do mercado de NTN-F's;
- Ativos atrelados à inflação: taxa média, ponderada pela carteira das NTN-B's e NTN-C's disponíveis no mercado;
- Títulos cambiais: taxa ponderada da SELIC pela taxa da variação cambial projetada para os próximos 10 anos;
- Ativos de renda fixa: variação da taxa média de juros nominais internos, projetada para os próximos 10 anos;
- Empréstimos a participantes: é considerada a maior taxa entre o CDI e a meta atuarial do plano;
- Imóveis: foi utilizada a meta atuarial do plano utilizada por seu administrador.

j. Histórico dos ativos e passivos observados

	2012	2011	2010	2009	2008
Valor presente das obrigações	805.236	723.739	419.050	386.722	337.480
Valor justo dos ativos	605.286	570.371	309.949	289.239	253.695
Déficit dos planos	199.950	153.368	112.101	97.483	83.785
Ajuste por experiência dos passivos	38.543	87.413	5.397	30.043	39.929
Ajuste por experiência dos ativos	(11.283)	(11.284)	(1.352)	(19.826)	(8.598)

k. Calendário de benefícios a serem pagos nos próximos exercícios

	2013	2014	2015	2016	2017	2018 em diante
Planos de pensão definida	143.430	149.216	155.112	161.678	168.029	7.577.033

l. Considerações relevantes sobre o Plano PAMA

O efeito de um aumento de um ponto percentual e o efeito de uma redução de um ponto percentual nas taxas de tendência dos custos médicos é o seguinte:

	31.12.12	31.12.11
Efeito nas taxas presumidas de tendência de custos médicos		
Pelo aumento de 1% nas taxas presumidas de tendência de custos médicos		
(i) Efeito total sobre os custos de serviços correntes e custos de juros sobre as obrigações	6.431	5.639
(ii) Efeito total sobre o valor presente das obrigações	70.393	57.677
Pela redução de 1% nas taxas presumidas de tendência de custos médicos		
(i) Efeito total sobre os custos de serviços correntes e custos de juros sobre as obrigações	(5.278)	(4.653)
(ii) Efeito total sobre o valor presente das obrigações	(57.867)	(47.581)

36. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas procederam uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

O quadro abaixo apresenta a composição dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Em 31 de dezembro de 2012:

	Controladora					
	Valor justo		Custo amortizado		Nível 2 Estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil
	Cobertura	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis	Nível 1 Preço de mercado		
Ativos Financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes a caixa (nota 5)	-	-	3.079.282	-	-	3.079.282
Operações com derivativos (nota 36)	39.197	-	-	-	39.197	39.197
Não Circulante						
Participações societárias (nota 36)	-	23.683	-	23.683	-	23.683
Operações com derivativos (nota 36)	21.465	-	-	-	21.465	21.465
Total de ativos financeiros	60.662	23.683	3.079.282	23.683	60.662	3.163.627

	Controladora					
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado		Custo Amortizado		Nível 2 estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil
				Coberturas		
Passivos Financeiros						
Circulante						
Empréstimos e financiamentos (nota 18)	332.518	411.423	-	-	332.518	743.941
Debêntures (nota 18)	6.013	696.202	-	-	6.013	702.215
Operações com derivativos (nota 36)	455	-	8.292	8.747	8.747	8.747
Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos (nota 18)	3.055	579.367	-	-	3.055	582.422
Debêntures (nota 18)	90.235	2.163.455	-	-	90.235	2.253.690
Operações com derivativos (nota 36)	-	-	3.733	3.733	3.733	3.733
Total de passivos financeiros	432.276	3.850.447	12.025	444.301	4.294.748	4.316.711

	Consolidado					
	Valor justo		Custo amortizado		Nível 2 Estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total valor contábil
	Cobertura	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis	Nível 1 Preço de mercado		
Ativos Financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes a caixa (nota 5)	-	-	7.196.079	-	-	7.196.079
Operações com derivativos (nota 36)	41.109	-	-	-	41.109	41.109
Não Circulante						
Participações societárias (nota 36)	-	23.683	-	23.683	-	23.683
Operações com derivativos (nota 36)	286.278	-	-	-	286.278	286.278
Total de ativos financeiros	327.387	23.683	7.196.079	23.683	327.387	7.547.149

	Consolidado					
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Coberturas	Nível 2 estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo
Passivos Financeiros						
Circulante						
Empréstimos e financiamentos (nota 18)	365.192	890.131	-	365.192	1.255.323	1.456.466
Debêntures (nota 18)	6.013	696.202	-	6.013	702.215	811.919
Operações com derivativos (nota 36)	470	-	29.116	29.586	29.586	29.586
Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos (nota 18)	1.009.673	2.746.328	-	1.009.673	3.756.001	3.581.630
Debêntures (nota 18)	90.235	2.163.455	-	90.235	2.253.690	2.158.008
Operações com derivativos (nota 36)	-	-	26.545	26.545	26.545	26.545
Total de passivos financeiros	1.471.583	6.496.116	55.661	1.527.244	8.023.360	8.064.154

Em 31 de dezembro de 2011:

	Controladora								
	Valor justo			Custo amortizado			Nível 2 Estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Cobertura	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis	Investimentos mantidos até o vencimento	Nível 1 Preço de mercado			
<u>Ativos Financeiros</u>									
Circulante									
Caixa e equivalentes a caixa (nota 5)	-	-	-	826.902	-	-	-	826.902	826.902
Operações com derivativos (nota 36)	674	-	-	-	-	-	-	674	674
Não Circulante									
Participações societárias (nota 36)	-	-	35.317	-	-	35.317	-	35.317	35.317
Operações com derivativos (nota 36)	-	35.142	-	-	-	-	35.142	35.142	35.142
Valores vinculados ao Tesouro Nacional (nota 10)	-	-	-	-	13.819	-	-	13.819	13.819
Total de ativos financeiros	674	35.142	35.317	826.902	13.819	35.317	35.142	911.854	911.854

	Controladora					
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Coberturas	Nível 2 estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo
Passivos Financeiros						
Circulante						
Empréstimos e financiamentos (nota 18)	5.816	505.083	-	5.816	510.899	593.424
Debêntures (nota 18)	5.537	463.087	-	5.537	468.624	521.057
Operações com derivativos (nota 36)	181	-	10.779	10.960	10.960	10.960
Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos (nota 18)	290.416	987.367	-	290.416	1.277.783	1.160.538
Debêntures (nota 18)	81.853	705.954	-	81.853	787.807	722.453
Operações com derivativos (nota 36)	-	-	13.382	13.382	13.382	13.382
Total de passivos financeiros	383.803	2.661.491	24.161	407.964	3.069.455	3.021.814

	Consolidado								Total valor contábil	Total valor justo
	Valor justo			Custo amortizado			Nível 2 Estimativas baseadas em outros dados de mercado			
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Cobertura	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis	Investimentos mantidos até o vencimento	Nível 1 Preço de mercado				
<u>Ativos Financeiros</u>										
Circulante										
Caixa e equivalentes a caixa (nota 5)	-	-	-	2.940.342	-	-	-	2.940.342	2.940.342	
Operações com derivativos (nota 36)	730	1.110	-	-	-	-	1.840	1.840	1.840	
Não Circulante										
Participações societárias (nota 36)	-	-	37.696	-	-	37.696	-	37.696	37.696	
Operações com derivativos (nota 36)	-	225.935	-	-	-	-	225.935	225.935	225.935	
Valores vinculados ao Tesouro Nacional (nota 10)	-	-	-	-	13.819	-	-	13.819	13.819	
Total de ativos financeiros	730	227.045	37.696	2.940.342	13.819	37.696	227.775	3.219.632	3.219.632	

	Consolidado					
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Coberturas	Nível 2 estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo
Passivos Financeiros						
Circulante						
Empréstimos e financiamentos (nota 18)	34.802	953.611	-	34.802	988.413	1.220.811
Debêntures (nota 18)	5.537	463.087	-	5.537	468.624	521.057
Operações com derivativos (nota 36)	1.327	-	49.835	51.162	51.162	51.162
Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos (nota 18)	969.977	2.989.138	-	969.977	3.959.115	3.586.462
Debêntures (nota 18)	81.853	705.954	-	81.853	787.807	722.453
Operações com derivativos (nota 36)	-	-	78.369	78.369	78.369	78.369
Total de passivos financeiros	1.093.496	5.111.790	128.204	1.221.700	6.333.490	6.180.314

Participações Societárias

A Companhia possui participações societárias de forma direta e indireta. Tais investimentos, avaliados a valor de mercado, consideram a última cotação de 31 de dezembro de 2012 e 2011.

O quadro a seguir apresenta a composição das participações societárias a valor de mercado em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	31.12.12	31.12.11
Zon Multimídia (a)	-	9.117
Outros investimentos	23.683	28.718
Total	23.683	37.835

(a) Em 8 de maio de 2012, a Companhia alienou as 1.618.652 ações ordinárias, representativas de 0,52% do capital social (com direito a voto) da Zon Multimídia – Serviços de Telecomunicações e Multimídia, SGPS, S.A..

Hierarquia de valor justo

A Companhia e suas controladas utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem transferências entre avaliações de valor justo nível 3 e nível 2. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros com avaliação de valor justo nível 3.

Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia e suas controladas é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia e suas controladas administram sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia e suas controladas podem efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, operações com derivativos, menos caixa e equivalentes de caixa.

Política de Gestão de Riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas a diversos riscos de mercado, como consequência da sua operação comercial, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia e suas controladas são:

a. Risco de Taxa de Câmbio

Há o risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas decorrentes de seu passivo de empréstimo em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2012, 19,9% (19,3% em 31 de dezembro de 2011) da dívida financeira eram denominadas em moeda estrangeira. A Companhia e suas controladas contratam operações de derivativos (*hedge* cambial) junto a instituições financeiras para proteger-se da variação cambial decorrente da totalidade de seu endividamento financeiro em moeda estrangeira (R\$1.586.711 em 31 de dezembro de 2012 e R\$1.198.483 em 31 de dezembro de 2011). Desta forma, a totalidade do endividamento nestas datas era coberta por posições ativas de operações de *hedge* cambial com *swap* para CDI.

Há também o risco cambial associado aos ativos e passivos não financeiros denominados em moeda estrangeira, que podem gerar um menor valor a receber ou um maior valor a pagar, de acordo com a variação cambial do período.

A partir de maio de 2010 foram contratadas operações de cobertura para minimizar o risco associado à variação cambial de seus ativos e passivos não financeiros em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia visa cobrir o saldo líquido destes direitos e obrigações (US\$ 16.130 e €4.140 a pagar em 31 de dezembro de 2012 e US\$13.917 e €17.818 a pagar em 31 de dezembro de 2011) para minimizar seus riscos cambiais.

b. Risco de Taxa de Juros e Inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros internas, que podem afetar negativamente as despesas financeiras decorrentes da parcela das debêntures referenciadas ao CDI e das posições passivas em derivativos (*hedge cambial* e IPCA) contratados a taxas de juros flutuantes (CDI).

A dívida com o BNDES tem como indexador a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), fixada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional, que se manteve em 6,0% a.a. de julho de 2009 a junho de 2012. De julho a dezembro de 2012, a TJLP foi de 5,5% a.a. e foi reduzida para 5,0% a.a. a partir de janeiro de 2013.

O risco de taxa de inflação decorre das debêntures da Telemig (empresa incorporada pela Vivo Part. em 1º de junho de 2010), indexadas ao IPCA, que pode afetar negativamente as despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável neste indexador.

Para reduzir a exposição à taxa de juros variável local (CDI), a Companhia e suas controladas investem o excesso de disponibilidade de R\$7.101.625 (R\$2.862.938 em 31 de dezembro de 2011), principalmente em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) de curto prazo baseadas na variação do CDI. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

c. Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações.

A Companhia e suas controladas estruturam os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota 18, e de seus respectivos derivativos conforme demonstrado no cronograma de pagamentos divulgado nesta nota, de modo a não afetar a sua liquidez.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas são efetuados diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

d. Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia e suas controladas vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes e das vendas de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados para a rede de distribuidores.

O risco de crédito com as contas a receber é diversificado e minimizado por um controle estrito da base de clientes. A Companhia e suas controladas monitoram constantemente o nível de contas a receber de serviços pós-pagos e limita o risco de contas indêbitas cortando o acesso à linha telefônica se a fatura está vencida. Na Vivo, a base de clientes é predominantemente na modalidade pré-pago, a qual requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito. São feitas exceções aos serviços de telefonia que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

O risco de crédito na venda de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de *credit scoring*, análise de demonstrações e informações financeiras e consulta as bases de dados comerciais, além da solicitação de garantias.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a carteira de clientes da Companhia e suas controladas não apresentavam registros de assinantes cujos recebíveis eram, individualmente, superiores a 1% do total de contas a receber de serviços.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras, de cartas fiança recebidas como garantia de algumas operações e valores a receber de operações de derivativos. A Companhia e suas controladas atuam controlando o limite de crédito concedido a cada contraparte e diversificando esta exposição entre instituições financeiras de primeira linha, conforme política de crédito de contrapartes financeiras vigente.

Derivativos e Política de Gestão de Risco

Todas as contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia e suas controladas têm o objetivo de proteção de risco cambial decorrentes de ativos e passivos em moeda estrangeira e proteção ao risco de variação da inflação de sua debênture indexada ao IPCA com prazo mais curto. Desta forma, eventuais variações nos fatores de risco geram um efeito inverso na contrapartida que se propõem a proteger. Não há, portanto, instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os possíveis riscos cambiais estão protegidos (*hedged*).

A Companhia e suas controladas mantêm controles internos com relação aos seus instrumentos derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação a seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

A Companhia e suas controladas calculam a efetividade dos derivativos contratados para cobertura de seus passivos financeiros no início da operação e em bases contínuas (trimestralmente). Em 31 de dezembro de 2012, os derivativos contratados apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Desde que estes contratos de derivativos sejam qualificados como contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo conforme as regras de *hedge accounting*.

A Companhia e suas controladas firmaram contratos de *swap* em moeda estrangeira a diversas taxas de câmbio para cobertura de seus ativos e passivos em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos de derivativos embutidos.

Valores justos dos instrumentos financeiros

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos passivos financeiros (quando aplicável) e instrumentos derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da BM&FBovespa e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para *swaps*, divulgadas pela BM&FBovespa.

Os valores de mercado dos derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis.

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na CETIP, sendo todos classificados como *swaps*, não requerendo depósitos de margem.

		Consolidado					
		Valor de referência (nacional)		Valor justo		Efeito acumulado	
Descrição	Indexador	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11	Valor a receber (a pagar)	
		31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Contratos de swaps							
Ponta Ativa							
Moeda estrangeira (a)		1.329.065	1.106.438	1.672.895	1.248.514	253.189	212.262
Citibank	US\$	181.230	187.845	216.270	199.872	39.617	32.219
Votorantim	US\$	7.744	13.434	9.311	14.028	-	-
Banco do Brasil	US\$	258.900	258.900	326.263	282.205	38.576	19.629
Bradesco	US\$	415.464	196.728	519.481	231.391	32.931	43.137
Itaú	US\$	22.520	6.324	22.239	6.371	-	57
JP Morgan	US\$	443.207	443.207	579.331	514.647	142.065	117.220
Moeda estrangeira (b)		11.773	44.098	11.772	43.059	-	-
Bradesco	EUR	2.613	13.828	2.613	13.773	-	-
Itaú	EUR	9.160	30.270	9.159	29.286	-	-
Moeda estrangeira (c)		179.533	179.533	238.422	213.062	52.112	-
Bradesco	LIBOR US\$	179.533	179.533	238.422	213.062	52.112	-
Índices de inflação		72.000	72.000	96.249	87.390	22.086	15.513
Itaú	IPCA	72.000	72.000	96.249	87.390	22.086	15.513
Taxa pós (c)		-	4.644	-	4.638	-	-
Bradesco	CDI	-	896	-	899	-	-
Itaú	CDI	-	3.748	-	3.739	-	-
Ponta Passiva							
Taxa pós (a)		(1.412.838)	(1.222.536)	(1.059.243)	(1.280.672)	(55.545)	(125.435)
Citibank	CDI	(181.230)	(187.845)	(180.418)	(186.324)	(3.765)	(18.672)
Votorantim	CDI	(7.744)	(13.434)	(21.336)	(34.139)	(12.025)	(20.111)
Banco do Brasil	CDI	(258.900)	(258.900)	(287.686)	(262.576)	-	-
Bradesco	CDI	(418.077)	(210.556)	(463.910)	(230.901)	(26.273)	(28.874)
Itaú	CDI	(103.680)	(108.594)	(105.893)	(112.680)	(333)	(1.153)
JP Morgan	CDI	(443.207)	(443.207)	-	(454.052)	(13.149)	(56.625)
Moeda estrangeira (b)		(179.533)	(179.533)	(238.422)	(213.062)	(586)	-
Bradesco	LIBOR US\$	(179.533)	(179.533)	(238.422)	(213.062)	(586)	-
Taxa pós (b)		(72.000)	(72.000)	-	(75.926)	-	(4.049)
Itaú	IPCA	(72.000)	(72.000)	-	(75.926)	-	(4.049)
Moeda estrangeira (c)		-	(4.644)	-	(4.685)	-	(47)
Bradesco	US\$	-	(896)	-	(937)	-	(38)
Itaú	US\$	-	(3.748)	-	(3.748)	-	(9)
Ponta ativa						327.387	227.775
Ponta passiva						(56.131)	(129.531)
Valores a receber, líquidos						271.256	98.244

a) *Swaps* de moeda estrangeira (Dólar) x CDI (R\$1.643.413) – operações de *swap* contratadas com vencimentos variados até 2019, com o objetivo de proteger risco de variação cambial da operação de empréstimo em dólares americanos (valor contábil da dívida financeira de R\$1.586.470).

b) *Swap* de moeda estrangeira (Euro e Dólar) e (CDI x EUR) (R\$41.254) – operações de *swaps* contratadas com vencimentos até 1º de março de 2013, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de valores líquidos a pagar em Euro e em Dólar (valor contábil de R\$32.962 em dólar e R\$11.163 em Euro).

c) *Swap* IPCA x percentual do CDI (R\$96.249) – operações de *swap* contratadas com vencimento anuais até 2014 com o objetivo de proteger o fluxo idêntico ao das debêntures (4ª emissão – 3ª série) indexadas ao IPCA (saldo de mercado R\$96.249).

Abaixo segue a distribuição de vencimentos dos contratos de *swap* em 31 de dezembro de 2012:

Contrato de swap	Vencimento em				Valor a receber (pagar) em 31.12.12
	2013	2014	2015	2016 em diante	
Moeda Estrangeira x CDI	10.902	19.395	147.851	71.022	249.170
VOTORANTIM	(8.292)	(3.733)	-	-	(12.025)
BRADESCO	(10.300)	(8.325)	5.787	71.022	58.184
JP MORGAN	(6.234)	(6.914)	142.064	-	128.916
BANCO DO BRASIL	38.576	-	-	-	38.576
CITIBANK	(2.515)	38.367	-	-	35.852
ITAÚ	(333)	-	-	-	(333)
IPCA x CDI	621	21.465	-	-	22.086
ITAÚ	621	21.465	-	-	22.086
Total	11.523	40.860	147.851	71.022	271.256

Para fins de preparação das demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas adotaram a metodologia de contabilidade de *hedge* para os seus *swaps* de moeda estrangeira x CDI e IPCA x CDI destinados a cobertura de dívida financeira. Nessa sistemática, tanto o derivativo quanto o risco coberto são valorados pelo seu valor justo.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as operações de derivativos geraram resultados positivos consolidados de R\$115.196 e R\$111.033, respectivamente, conforme nota 29.

Em 31 de dezembro de 2012 temos os saldos consolidados de R\$327.387 registrado no ativo e R\$56.131 no passivo para reconhecer a posição de derivativos naquela data.

Análise de Sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

A Deliberação CVM 604/09 estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto no CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (equivalente ao IFRS 7) devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

A ineficácia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foi de R\$2.188 e R\$1.263, respectivamente.

Em cumprimento ao disposto acima, cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização provável e dois cenários que possam gerar resultados adversos para a Companhia.

No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBovespa. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros de derivativos já apresentados acima. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Como a Companhia e a Vivo possuem somente instrumentos derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulgou o saldo do objeto protegido e do instrumento financeiro derivativo em linhas separadas do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida consolidada, em cada um dos três cenários mencionados, conforme demonstrado abaixo:

Análise de Sensibilidade – Exposição Líquida

Consolidado				
<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Provável</u>	<u>Deterioração 25%</u>	<u>Deterioração 50%</u>
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda US\$)	1.131.174	1.422.210	1.716.672
Dívida em US\$	Dívidas (Risco aumento US\$)	(1.131.414)	(1.422.510)	(1.717.033)
	Exposição Líquida	(240)	(300)	(361)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda EUR)	11.772	13.927	16.717
Contas a pagar em EUR	Contas a pagar EUR (Risco aumento EUR)	(12.317)	(15.396)	(18.475)
	Exposição Líquida	(545)	(1.469)	(1.758)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda US\$)	29.482	38.251	45.921
Contas a pagar em US\$	Dívida (Risco aumento US\$)	(34.904)	(43.630)	(52.356)
	Exposição Líquida	(5.422)	(5.379)	(6.435)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda IPCA)	96.249	91.755	92.200
Dívida em IPCA	Dívidas (Risco aumento IPCA)	(96.249)	(91.755)	(92.200)
	Exposição Líquida	-	-	-
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda US\$)	480.151	653.045	799.457
Dívida em UMBNDES	Dívidas (Risco aumento UMBNDES)	(477.105)	(647.908)	(793.157)
	Exposição Líquida	3.046	5.137	6.300
Hedge (Ponta CDI)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(1.553.915)	(1.552.622)	(1.606.484)
	Exposição Líquida	(1.553.915)	(1.552.622)	(1.606.484)
Exposição líquida total em cada cenário		(1.557.076)	(1.554.633)	(1.608.738)
Efeito líquido na variação do valor justo atual		-	2.443	(51.662)

Premissas para a Análise de Sensibilidade

<u>Variável de Risco</u>	<u>Provável</u>	<u>Deterioração 25%</u>	<u>Deterioração 50%</u>
US\$	2,0435	2,5544	3,0653
EUR	2,6962	3,3702	4,0443
IPCA	5,84%	7,30%	8,76%
CDI	6,90%	8,63%	10,35%

Para cálculo da exposição líquida da análise de sensibilidade, todos os derivativos foram considerados a valor de mercado e apenas os elementos protegidos designados sob a metodologia de contabilidade de *hedge* também foram considerados pelo seu valor justo.

Os valores justos, demonstrados no quadro acima, partem de uma posição da carteira em 31 de dezembro de 2012, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 10 de janeiro de 2013, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, a destinação de dividendos intermediários no montante de R\$1.650.000, com base nos lucros existentes no balanço trimestral de 30 de setembro de 2012, aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 21 de janeiro de 2013. O pagamento desses dividendos intermediários teve início em 18 de fevereiro de 2013.